

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

NAMY CHEQUER BOU-HABIB FILHO

**A REVOLTA DE XANDOCA:
DESAFIO À OLIGARQUIA MONTEIRO NO ES (1916)**

Vitória
2007

NAMY CHEQUER BOU-HABIB FILHO

**A REVOLTA DE XANDOCA:
DESAFIO À OLIGARQUIA MONTEIRO NO ES (1916)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História.

Área de concentração: História Social das Relações Políticas.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Nara Saletto.

Vitória
2007

NAMY CHEQUER BOU-HABIB FILHO

**Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção
do título de Mestre em História.**

Aprovada em ____ de _____ de 2007.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Nara Saletto

Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes
Orientador

Prof.

Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes

Prof.

Universidade Federal do Espírito Santo – Ufes

Agradeço a todos aqueles que, de alguma forma, me auxiliaram na execução deste trabalho.

Particularmente, ao meu tio Prof. José Tristão, que manteve em sua prodigiosa memória detalhes fundamentais do episódio histórico que é tema desta dissertação.

Em especial, à Prof^a. Dr^a. Nara Saletto, pela segura orientação deste trabalho.

RESUMO

Pesquisa sobre disputa política e militar entre coronéis no Espírito Santo, no cenário da sucessão estadual de 1916. A oposição local compareceu estimulada pelo governo Federal, enfrentando a oligarquia Souza Monteiro, que se consolidava como a mais bem sucedida na República Velha. Trapaças eleitorais típicas daquele período republicano resultaram em duplicatas de eleitos em todos os municípios, dois legislativos e dois governantes estaduais, além de duas capitais no Espírito Santo. Um pedido de intervenção federal acendeu debate nacional e o desfecho da crise revelou a influência das facções oligárquicas mineiras sobre a política capixaba. O tema destaca o protagonismo das lideranças oposicionistas, particularmente a ação de Alexandre Calmon, de cujo apelido serviu-se a historiografia para celebrar a *Revolta de Xandoca*.

Palavras-chave: Coronelismo - Xandoca - poder.

ABSTRACT

Research about political and military disputes among Espírito Santo colonels, under the 1916 State succession scenery. The local opposition was present, encouraged by the Federal Government challenging the Souza Monteiro oligarchs, consolidated as the most powerful in the Old Republic. Election frauds, typical of that Republican period resulted in double election winners in every municipality, two sets of Congresses and two State Governors, on top of two capital cities in the State of Espírito Santo. A request of federal intervention fired up a national discussion and the crisis conclusion disclosed the influence of the oligarchical factions from Minas Gerais over the ones in Espírito Santo. The theme emphasizes the main role played by the opposition leaders, specially Alexandre Calmon, whose nickname was taken by History to turn the *Xandoca Rebellion* as a famous case.

Key words: Colonelism (colonel domination system) - Xandoca - power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 - A OLIGARQUIA MONTEIRO	19
1.1 NASCIMENTO NA CASA-GRANDE.....	19
1.2 LIGAÇÕES E CONDICIONAMENTOS À POLITICA MINEIRA.....	23
1.3 O CONDE PAPALINO.....	28
1.4 A SUCESSÃO E A OPOSIÇÃO.....	30
1.5 OS DESMANDOS DA OLIGARQUIA.....	33
CAPITULO 2 - WENCESLAU ENCORAJA A OPOSIÇÃO	44
2.1 O GOLPE DA REFORMA.....	47
2.2 A POLÊMICA NO CONGRESSO NACIONAL.....	53
2.3 AS DUPLICATAS DE ELEITOS.....	57
2.4 A DISPUTA ARMADA.....	65
2.5 PERSEGUIÇÃO E DESTERRO.....	73
2.6 A DECISÃO NA CÂMARA.....	78
2.7 A ANISTIA.....	85
CAPÍTULO 3 - OS LÍDERES DA REVOLTA	88
3.1 JOSÉ GOMES PINHEIRO JÚNIOR.....	88
3.2 ALEXANDRE CALMON.....	89
3.3.1 O coronel Xandoca.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

No dia 26 de maio de 1916, o presidente da República, Wenceslau Brás (1914-1918), recebia dois telegramas enviados da Vila de Colatina, município de Linhares.

Um daqueles telegramas informava que lá estava instalada a sede do governo estadual,¹ sob a direção do ex-deputado estadual José Gomes Pinheiro Júnior, eleito e empossado três dias antes em Vitória.

O outro era do Congresso Legislativo Estadual,² dando ciência da transferência da sua própria sede, da capital para o interior.

Ambos os telegramas seguiram com cópias para as presidências do Senado e da Câmara Federal.

Na noite da sua investidura, no salão do Hotel Internacional - localizado a poucos metros do palácio do Governo, no centro de Vitória -, Pinheiro Júnior enfrentara intenso tiroteio que durou toda a madrugada do dia 24.

Ao amanhecer, temendo por sua vida e pelas dos demais líderes opositores, ele rumaria para Colatina a fim de exercer de lá a presidência estadual, também reclamada pelas forças governistas do Espírito Santo.

É que, da capital capixaba, desde o dia 23, tinham sido transmitidos outros telegramas, todos comunicando que o senador Bernardino Monteiro também

1 "Vitória, 27, - Tenho subida honra comunicar V.Ex. que nos termos da lei vinte e cinco corrente votada em razão grave alteração ordem tranqüillidade em Victória foi installado hoje nesta Villa de Collatina, município de Linhares, Poder Executivo Estado. Apresento V. Ex. meus protestos grande estima consideração. Saudações. Collatina, 26 de maio 1916. – Dr. Pinheiro Júnior, Presidente Estado Espírito Santo." (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume II. Sessão de 03.06.1916, p. 30).

2 "Vitória, 27. – Mesa Congresso Legislativo Estado tem honra communcar V. Ex. que em razão lei 25 corrente votada em virtude funda alteração da ordem e tranquillidade em Victória e naquela mesma data sancionada foi hoje instalado com presença do Exmo Sr. Dr. Presidente Estado, nesta Villa de Collatina, município de Linhares, o Poder Legislativo do Estado, conforme autorizam artigo 39, alínea nona, Constituição Estadual e os termos da referida lei. Mesa apresenta V. Ex. seus protestos da mais alta consideração. Collatina, 26 maio 1916. – Joaquim Guimarães, presidente. – Flávio Pessoa, 1º secretário. – Mário Aguirre, 2º secretário." (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume II, Sessão de 03.05.1916, p. 31).

elegera-se e havia sido igualmente empossado como presidente estadual do Espírito Santo, só que por um outro Congresso Estadual.³

Eram, portanto, dois mandatários devidamente eleitos em 25 de março de 1916 e empossados no dia 23 de maio por dois congressos distintos, configurando duplicatas dos Poderes Executivo e Legislativo capixaba.

Atingia seu ponto de inflexão o “Caso do Espírito Santo,” como ficou conhecido nacionalmente o controvertido episódio da sucessão estadual daquele ano, que arrebatou ao debate, por seis meses, as mais importantes lideranças do país. Durante aquele período, muitas pessoas morreram baleadas⁴ e quase mil foram obrigadas a deixar o Estado, até que uma anistia aos revoltosos - decretada pelo Congresso Nacional - pusesse termo à acirrada disputa travada pelo poder, no terreno institucional e militar, no Espírito Santo, na República Velha.

Na historiografia capixaba o caso é conhecido superficialmente como *Revolta de Xandoca*, tomado do apelido de um dos seus protagonistas, o coronel Alexandre Calmon - eleito vice na chapa de Pinheiro Júnior e a quem competiu a direção da resistência nos 33 dias da fase mais exacerbada do conflito que se deu na sucessão de Marcondes de Souza (1912-1916). A crise aparecera ainda em 1915, mas seria realmente deflagrada em 18 de janeiro do ano seguinte com a publicação de uma vária⁵ autorizada pelo presidente da República, no então *Jornal do Commercio*, do Estado do Rio de Janeiro - RJ, condenando os esforços da oligarquia situacionista do Espírito Santo em favor do irmão do então ex-presidente estadual, Jerônimo Monteiro (1908-1912).

3 “Victória, 14 de maio – A Mesa do Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo tem a honra de comunicar a V.Ex. que o Congresso na sessão de hoje perante numerosa assistência popular e de altas autoridades do Estado, reconheceu e proclamou pelo voto unânime de vinte e dois deputados Presidente e Vice-Presidente deste Estado para o quadriênio de 1916 a 1920, respectivamente, os Srs. Drs. Bernardino de Souza Monteiro e Antonio Athayde. Attenciosas saudações. – Geraldo Vianna, presidente. – Virgilio Silva, 1º secretário. – João Deus, 2º secretário. – A Comissão de Constituição e Diplomacia.” (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume I, Sessão de 15.05.1916, p. 203).

4 Denúncia do deputado federal, Paulo de Mello, da tribuna da Câmara dos Deputados, em sessão de 10 de julho de 1916: “De todas as comarcas recebemos telegramas de queixas. Na de Afonso Cláudio, infestada pela força de polícia do Sr. Bernardino Monteiro, que quase toda foi para lá transportada para oprimir a população, deram-se conflitos em que se verificaram mais de 20 mortes, e entre elas, consta a de um deputado estadual.” Mais adiante, no mesmo pronunciamento, o deputado registra: “Só na cidade de Carangola, em Minas, existem trezentas pessoas lá refugiadas (...) Em Natividade de Manhuassú, Sr. Presidente, está refugiada toda a população de Colatina (...) todos têm de se ir refugiando em lugares seguros, onde não possam chegar as vinganças terríveis dessa gente.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 10.07.1916, p. 714/716).

⁵A vária é uma nota pública oficiosa, utilizada para a emissão de opinião oficial.

A situação mundial girava em torno da Primeira Guerra (1914-1918), que produzia seu impacto no Brasil. Além da queda das exportações de café, o país enfrentava a escassez de recursos externos. E o Espírito Santo era acusado de agravar o quadro financeiro nacional, ao deixar de honrar empréstimos contraídos com bancos europeus e garantidos pelo Tesouro do Governo Federal.⁶ Além disso, havia inúmeras denúncias de corrupção e falcatruas ancoradas no Banco Hipotecário, criado em 1911, com os juros de seus empréstimos cobertos pelo Tesouro Estadual.⁷

A pesquisa histórica ora empreendida analisa as disputas pelo poder entre facções oligárquicas capixabas no período da República Velha (1889-1930). Para tanto, é necessário compreender melhor a ação dos coronéis, pois eram estes chefes políticos municipais os principais personagens do sistema regional de poder no período histórico delimitado. A sucessão estadual de 1916, a crise dela irrompida e o curso no qual enveredou a política capixaba como consequência do seu desfecho, permitem que a investigação deslinde o que até agora ficou como um acontecimento isolado e de importância secundária na história do Espírito Santo.

O que estava em jogo na sucessão de 1916 era a consolidação da primeira e mais importante oligarquia erigida nos 40 anos de República Velha no Espírito Santo: a dos Souza Monteiro. A disputa que então foi travada carregou-se de dramaticidade em razão de uma radicalizada oposição estimulada pelo Presidente da República - uma oposição que se decantava, naquele momento, a partir da divisão das forças situacionistas, reunidas no Partido Republicano Espírito-Santense, mas que vinha se firmando desde 1912. Naquele ano, o então presidente estadual, Jerônimo Monteiro, impusera o nome de Marcondes de Souza à sua própria sucessão. Os

⁶ O senador eleito pelo Espírito Santo, João Luís Alves (1908-1917), em 11 de maio de 1916, na tribuna do Senado, a propósito da mensagem do presidente estadual, Marcondes de Souza, apresentada quatro dias antes perante o Congresso Estadual: “[Marcondes de Souza] confessa que apenas depositou o dinheiro necessário para o pagamento de dois cupons dos quatro cupons vencidos, dinheiro este que ainda não tinha sido entregue até ontem aos credores externos.” Depois de acrescentar que a dívida externa flutuante do Estado chegava a seis mil contos de réis, para uma receita máxima de quatro mil e uma despesa interna ordinária mínima de dois mil e quatrocentos contos, o senador relata que levou o assunto ao Governo Federal, por saber que, amparando os Estados, a União poderia também salvar seus créditos, pois são “esses os créditos que estão em jogo.”

⁷ Em Mensagem aos deputados em 1915, Marcondes de Souza concluía: “Impossível se tornará ao Estado solver o compromisso da garantia de juros para com o banco [Hipotecário] e isto pelo fato de haver este empregado mais de 15 mil contos com a maior imprudência, em companhias como a Industrial de Itapemirim, Fabril Progresso, Brasileira de Minas e Imprensa. Destas, a que mais sacrificou o banco foi a Companhia Industrial do Itapemirim.”

agrupamentos que se organizaram depois das divergências passariam a recorrer ao apoio de diferentes facções oligárquicas mineiras, que no Estado vizinho disputavam poder local e, no plano nacional, desfrutavam de larga influência na República.

Em 31 de maio de 1916, o presidente Wenceslau Brás enviou ao Congresso Nacional mensagem com as cópias de dezenas de telegramas que recebera dos dois lados até aquela data, submetendo a exame a necessidade de intervenção no Espírito Santo.

Desde o dia 12 de maio já se encontrava na Comissão de Constituição e Diplomacia do Senado Federal - instância máxima da época para confirmação ou não dos eleitos - uma indicação do senador João Luiz Alves, questionando a legalidade da autoprorrogação do mandato dos deputados estaduais capixabas.

Por meio de uma sorrateira reforma constitucional e eleitoral, em outubro de 1915, haviam eles estendido seus próprios mandatos por mais quatro meses - tempo hábil de que precisavam para escrutinar e, em seguida, proclamar a eleição de Bernardino Monteiro.

Sobre as duas questões em apreciação manifestaram-se juristas como Ruy Barbosa, Clóvis Beviláqua, Eptácio Pessoa, João Barbalho, Adolpho Gordo e Prudente de Moraes, entre outras figuras de destaque também nos meios políticos e jurídicos do país.

No primeiro capítulo deste trabalho trata-se da formação da oligarquia que constituía-se da família Souza Monteiro, dirigindo as ações políticas e de mando no Espírito Santo.⁸

Seu fundador foi Jerônimo Monteiro, que sucedeu a Henrique Coutinho (1904-1908) na presidência estadual, pondo fim à direção política de Moniz Freire (1892-1896 e 1900-1904), até então a maior liderança republicana no Espírito Santo. Com o título de conde, honraria concedida pela Santa Sé, Jerônimo Monteiro exerceu forte controle, inclusive, sobre a religião, através do seu irmão, Dom Fernando de Souza Monteiro, bispo que comandava a Igreja Católica no Espírito Santo.

⁸ “Satrapia”, “agremiação partidário-católico-familiar” eram expressões correntes usadas pelos adversários da oligarquia *monteirista* em diversos pronunciamentos feitos na Câmara Federal e Senado.

Ao reconstituir a etapa de formação da oligarquia monteirista, ainda no primeiro capítulo, examinou-se como Jerônimo Monteiro unificou os grupos oligárquicos locais⁹ e como buscou estabelecer suas relações com as forças do poder nacional, através de sua ligação com o influente coronel mineiro Francisco Antonio Sales.¹⁰ Em virtude do domínio que as oligarquias de Minas Gerais e São Paulo exerciam sobre o Governo Federal - submetido a um revezamento entre elas -, descreve-se no presente trabalho como foram forjadas as instáveis alianças da oligarquia Monteiro com a facção mineira, que passou a mediar seus interesses junto ao poder central.

Naquelas alianças o Espírito Santo figurava como linha auxiliar das pretensões de poderosos coronéis que, no estado vizinho, estavam voltados para a disputa pela presidência da República.¹¹

Embora o período de Jerônimo Monteiro tenha sido um dos mais freqüentados pelos historiadores, certamente, em razão da farta documentação legada pelo líder oligarca, a lacuna a respeito da sua intervenção histórica está na precária valorização de versões reconstituídas sob perspectiva da oposição que lhe fora permanentemente feita. A revista dos acontecimentos, agora sob o prisma das forças oposicionistas, vai acrescentar àquele período uma versão ainda ausente na historiografia. A investigação realizada, portanto, tratou de fatos históricos duvidosamente conhecidos por terem ficado tanto tempo desprovidos da versão que

⁹ Jerônimo Monteiro surge no cenário ainda no governo do coronel Henrique Coutinho (1904-1908), de quem, segundo Nara Saletto (Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República, 1998), “tornara-se homem forte de seu governo realizando transações referentes à dívida do estado e à venda da Estrada de Ferro Sul do Espírito Santo, articulava apoios políticos em São Paulo e em Minas e, quando chegou o momento da sucessão, conseguiu reunir a maior parte das forças políticas do Estado em torno do seu nome e se elegeu, com um vasto e audacioso programa de governo.”

¹⁰ O coronel Francisco Antonio Sales foi presidente do Estado de Minas Gerais, secretário de Estado, ministro da República, teve seu nome articulado para a presidência da República e exercia indiscutível controle sobre o Partido Republicano Mineiro.

¹¹ A propósito do caráter precário das alianças firmadas por Jerônimo Monteiro com forças mineiras, o deputado federal do Rio de Janeiro, Maurício de Lacerda, em discurso na Câmara Federal em 11 de julho de 1916, comentou que, em 1909, o então Presidente da República, Afonso Penna, estava interessado em fazer vingar a candidatura do seu Ministro da Fazenda, David Campista: “Acenou ao Sr. Jerônimo Monteiro, com essa candidatura e esperou apoio. O oligarca não se fez esperar e, *incontinenti*, deu o seu apoio ao Sr. Penna, na sua fase de temporização, de subserviência e matreira. Era preciso salvar seus negócios (...). Querendo salvar essa massa enorme de interesses e tornar tanto mais bojudia a sua bolsa privada, quanto mais magra ia tornando a estadual (...). O fato é que o Sr. Afonso Penna contava absoluto com o apoio do Sr. Jerônimo Monteiro (...) e, afinal, quando respondeu estava do lado da candidatura do Sr. Marechal Hermes.” Lacerda seria, no governo do marechal, Oficial de gabinete.

só poderia ser encontrada na ação forças políticas derrotadas no processo de consolidação do *monteirismo* no Espírito Santo.

No segundo capítulo está em tela o quadro político e a conjuntura econômica em que vivia o Espírito Santo naquele período de Guerra Mundial, com os seus personagens, partidos e interesses em disputa. Mostra-se como a disputa deixou o campo institucional para ganhar as ruas, a revolta, as ações militares, o envolvimento dos diversos coronéis municipais e o Espírito Santo dividido politicamente. As ações que se deram no Estado são narradas no compasso do andamento da batalha que tinha curso naquele momento na capital da República. É privilegiada a controvérsia dos pareceres e as motivações políticas reveladoras das opções jurídicas adotadas quando a disputa é levada ao Congresso Nacional.

Por último, no terceiro capítulo, é resgatado o papel dos líderes da revolta, suas origens familiares e políticas e biografia não devidamente considerada pela historiografia existente. Destaque-se a importância da Estrada de Ferro Vitória a Minas - conferindo importância econômica e política a Colatina -; a expansão da fronteira cafeeira para o Norte capixaba; a resistência de Colatina como *capital* do Estado. De forma especial, o trabalho confere relevo ao protagonismo da figura de Alexandre Calmon.¹² Só então torna-se mais compreensível o que de fato houve na sucessão de 1916 e o efeito produzido por ela na conformação de uma conduta-padrão da oligarquia que iria sobrepujar todas as demais até a Revolução de 1930.

No Espírito Santo, como de resto em todo o país, as disputas políticas seriam quase um monopólio das oligarquias da República Velha. E a figura dos coronéis era inerente a elas - funcionava como seu elemento intrínseco. O que se chama coronelismo surgiu no sistema de verticalizado de poder, que começava pelo presidente da República, passava pelos governadores até chegar aos coronéis. Dentro deste sistema, as forças eram condicionadas pela importância de seus respectivos estados. Assim, quanto menos importante fosse o estado, maior a influência do Governo Federal ou mesmo das oligarquias dos estados mais poderosos - particularmente os de Minas Gerais e São Paulo.

Para Décio Saes (*Formação do estado burguês no Brasil (1888-1889)*) o coronel seria um remanescente das classes fundiárias e também de outras a elas ligadas,

¹² Segundo Serafim Derenzi, em *Os italianos no Estado do Espírito Santo (1974)*, capítulo X, o coronel Alexandre Calmon foi o “primeiro cacique político, a quem Colatina deve serviços (...).”

como a burguesia mercantil, num Brasil já com seu sistema capitalista em formação. Num outro trabalho, especificamente tratando do tema (*Coronelismo e Estado burguês*), o autor vê uma vocação do coronel para o poder local, o qual controla eleitoralmente para o Estado burguês, como forma de pagamento pela intocabilidade da grande propriedade fundiária ao longo da industrialização capitalista.

O conceito de coronelismo está difundido nos meios acadêmicos desde a edição do clássico *Coronelismo, Enxada e Voto*, de Victor Nunes Leal ((1978) e é usado nos mais variados sentidos. José Murilo de Carvalho (apud BELOCH, ISRAEL e ABREU 1984) polemiza com autores que, segundo ele, incorrem em “imprecisão” ou simplesmente divergem no uso de conceitos básicos como mandonismo, coronelismo, clientelismo, patrimonialismo e feudalismo. Para este autor, definir com mais exatidão tais conceitos é, atualmente, uma exigência para o êxito das novas pesquisas neste campo. Por isso, Carvalho (apud BELOCH, ISRAEL e ABREU 1984) resgata o significado original que Leal deu à expressão: “um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis.” Os outros fenômenos, supostamente correlatos, estariam mais em outros domínios conceituais - embora eventualmente presentes no interior do sistema coronelista. Tem-se, assim, que o coronelismo de ambos os autores é *datado historicamente*, quando o federalismo republicano é implantado, subtraindo poderes do governo central em favor dos fazendeiros, que recorreriam ao uso do poder público como forma de manter a submissão de seus dependentes e se imporem aos rivais.

No decorrer da República Velha, a correlação de forças entre os grandes proprietários e o Estado inclinar-se-ia crescentemente em favor deste. É essa a tendência mais geral que aos poucos “penetra a sociedade e engloba as classes, via patrimonialismo, clientelismo, coronelismo, populismo e corporativismo”, conforme hipótese levantada por Carvalho (1996) para identificar a natureza do poder de dominação no Brasil. A transição política em curso encontrava, evidentemente, correspondência na transição econômica que se operava naquele período. Fazia-se, formalmente, desde 1888, a passagem do regime escravista para o de mão-de-obra assalariada e isto produzia impactos de toda ordem. Era uma fase em que a produção capitalista convivía com as formas não-capitalistas, sob a hegemonia da primeira. De acordo com José de Souza Martins (1979, p. 21) isso se dá onde e enquanto a vanguarda da expansão capitalista está no comércio:

O capitalismo engendra relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não-capitalista do capital, naqueles lugares e naqueles setores de economia que se vinculam ao modo capitalista de produção, através das relações comerciais. A primeira etapa da expansão do capitalismo é a produção de mercadorias e não necessariamente a produção de relações de produção capitalista.

O consumo do café e dos demais produtos primários da pauta das exportações brasileiras dependia cada vez mais do avanço no processo de industrialização dos países importadores, que naquele momento massificavam seus mercados sobre grandes contingentes assalariados. A permanente integração do modelo agrário exportador ao capital estrangeiro - formato básico da política econômica da República Velha - passaria a exigir do Estado maior participação nas atividades públicas. Como consequência, as oligarquias passariam a ter uma maior dependência das políticas econômicas e públicas promovidas pelas ações do Estado.

Precisavam não só das estradas para escoar seus produtos, importação de mão-de-obra para substituir os escravos, justiça, segurança, saúde e educação, mas também da política cambial - e neste ponto residia uma contradição com a burguesia industrializante, que demandava taxas vantajosas para a importação de bens de capital e outros produtos a ela necessários. Sobretudo depois de 1900, quando foi implantado o imposto sobre o consumo - ampliando significativamente o universo de contribuintes - antes tributados com taxas de importação que aos poucos iam ficando insuficientes para cobrir os gastos do setor público. (MARTINS, 1979).

O que se tinha, portanto, era uma sociedade fundamentalmente agrária, mas com uma burocracia pública progressivamente dependente do imposto sobre o consumo e, portanto, dependente da industrialização. E a urbanização, que é própria de uma formação industrial, na medida em que se processava, o fazia reduzindo a força do sistema baseado nas relações verticais que caracterizavam o coronelismo. Mas, até que as classes sociais, enquanto tais, alcançassem visibilidade e passassem a protagonizar as ações sociais, as oligarquias (CARONE, 1971)¹³ manter-se-iam no panorama político como elementos principais.

¹³ Para Edgar Carone (1971), "oligarquia é um governo em que a autoridade está nas mãos de poucas pessoas - juntou-se, no Brasil, um conceito mais específico: o de governo baseado na estrutura familiar patriarcal."

Adotou-se neste trabalho o entendimento de Edgard Carone (1971) acerca do predomínio das oligarquias, naquele período, no Brasil. Este autor demarca a existência de duas categorias de oligarquias, sendo uma própria dos estados mais desenvolvidos e outra dos menos. No primeiro caso os partidos republicanos eram instrumentalizados para moderação e combate das “formas de desvio” das facções oligárquicas. Os conflitos podiam ser “amortecidos” via orientação partidária. Carone (1971).

Carone (1971) situa o Espírito Santo dentro da segunda categoria – onde estava também a maioria dos Estados: “O partido representa, nestas condições, vontade particular e não o equilíbrio de várias facções, o que conduz a formas políticas violentas e radicais.” Embora o autor inclua Jerônimo Monteiro na relação dos oligarcas “prepotentes, tentaculares, açambarcando postos e posições, ligadas a empregos e negociatas,” um exame mais detido não aponta para uma espécie de *jeronimismo* no Espírito Santo. Parece mais conveniente a classificação da oligarquia como *monteirista*, por causa da proeminência familiar sobre a pessoal, evidenciada na presente pesquisa.

Neste cenário, o controle das oligarquias sobre as instâncias públicas de decisão, por isso mesmo, rigorosamente se impunha. Porém, as regras do jogo político e eleitoral para assumi-lo na jovem República ainda estavam em consolidação. As próprias instituições ainda exercitavam as suas primeiras experiências como substitutas estáveis das que haviam sido liquidadas com o fim da monarquia (1889). Os dez primeiros anos republicanos foram de desordem institucional. A jovem República conservaria do Império aquilo que os republicanos tanto repudiaram nas campanhas pelo fim da Monarquia: as mesas eleitorais, que continuaram sendo objeto de manipulação.

No início, os mesários eram nomeados pelo Intendente, o principal dirigente das intendências que substituíram as municipalidades. Como aquele cargo era da livre escolha do presidente estadual, estava montado, portanto, um sistema de absoluta impossibilidade para a vitória da oposição. Só depois da Assembléia Constituinte Nacional e das Assembléias Constituintes Estaduais é que os governantes municipais puderam ser eleitos. No caso do Espírito Santo, foi instituído, em cada município, o Conselho Municipal, com um presidente anualmente eleito por seus

pares, que eram os coronéis, chefes locais que aí surgiam como elementos integrantes da base da estrutura de poder na República Velha.

A possibilidade maior de alternância de poder somente apareceria em 1904, com a Lei Rosa e Silva, que introduzia o voto cumulativo e opcionalmente secreto, além de um novo alistamento eleitoral e juízes. Mesmo assim, esta lei tratava apenas das eleições federais, permitindo às oposições estaduais a representação na Câmara dos Deputados. As eleições estaduais eram reguladas por legislação instituída no seu próprio âmbito. Cada estado tinha a sua. O escrutínio realmente secreto não seria conquistado e universalizado na República Velha.

Edgar Carone (1971, p. 298) observa que, embora as diversas leis eleitorais chegassem a corrigir imperfeições, nada realmente obstaculizou o controle oligárquico:

As oposições, todavia, reclamam constantemente apenas contra este predomínio oligárquico, e nunca contra formas jurídicas, pois também quando elas ocupam o poder, violências e fraudes se repetem, baseando-se nos mesmos direitos da lei. Se a isto acrescentarmos todas as formas e fórmulas de abusos pessoais e partidários – empreguismo, coerções políticas, jurídicas e policiais -, teremos um quadro dos meios legais e extralegais predominantes no sistema político.

O controle oligárquico seria consolidado na *Política dos Governadores*, como ficou conhecida a reforma do presidente Campos Salles (1898-1902), realizada em 1900, quando é modificado o mecanismo da Verificação de Poderes¹⁴ da Câmara dos Deputados, alteração que se reproduzirá nos estados e municípios, sob o inteiro controle dos governadores e dos coronéis municipais. (CARONE, 1971).¹⁵ Buscava

¹⁴ “Verificação de Poderes é um órgão constituído por uma comissão de elementos da Câmara dos Deputados ou Assembléias estaduais para receber as atas eleitorais, isto é, os livros de votação dos eleitores, verificar se houve ou não fraude, proclamar os deputados vencedores e diplomá-los. Na verdade, depois do funcionamento de todo mecanismo de pressão – brigas de coronéis pelo poder, voto de cabresto, controle das mesas eleitorais, formação de duplicatas de deputados e câmaras etc. – este organismo é a última instância.” (Idem, p. 308).

¹⁵ As mesas eleitorais contavam os votos quando se encerrava a votação e lavravam as atas. Uma comissão do Conselho Municipal de Vitória (no caso do Espírito Santo, que não tinha distritos) que somava os resultados das atas, registrava os protestos e redigia nova ata, da qual dava cópia aos que considerava eleitos – era o diploma. Assim era a apuração. O papel da Comissão de Verificação de Poderes era o de reconhecer, ou não, a eleição de cada um, bem como receber os recursos dos protestantes.

Campos Salles isolar o governo federal das disputas legislativas daquele ano eleitoral, nos estados, que ameaçavam desestabilizar todo o Congresso. Contudo, ao hipertrofiar os poderes dos governadores, a reforma abriu caminho para uma virtual absolutização do situacionismo nos estados. O recurso às revoltas armadas quase tornou-se rotina. E as reformas acabariam celebrizando os chefes políticos locais conhecidos como coronéis da República Velha - figuras remanescentes dos coronéis, patenteados pela antiga Guarda Nacional, criada no Império pelo Regente Diogo Antonio Feijó, em 1831. Em 1915, Wenceslau Brás tentaria uma nova reforma eleitoral, mas fracassaria.

É de uma dessas revoltas que esta dissertação se ocupa; uma revolta como tantas que se conhecem da República Velha, mas que no Espírito Santo os vencedores souberam minimizar, lançando-a as raias do folclore político estadual. Uma revolta que se deu há 90 anos atrás, mas que somente agora começa a interessar a historiografia. Daí a necessidade de restabelecer sua importância, suas dimensões e seu significado na vida política capixaba; daí a razão da opção metodológica de analisar todo o processo sob a perspectiva dos vencidos. E a voz destes, na qual está contido o sentido e a explicação para o emprego do recurso extremo da revolta, só pôde ser encontrada fora do Espírito Santo. Nos Anais do Congresso Nacional, onde estão transcritos os acessos debates, acalorados discursos, controvertidos pareceres e contundentes denúncias que somam quase mil páginas, estão as provas de que não foi pacífico o comportamento daqueles que interpuseram reação ao *monteirismo*. E são os Anais da Câmara e do Senado Federal a base material mais importante sobre a qual está assentada a pesquisa histórica, tanto no que diz respeito à disputa havia nos marcos puramente políticos e institucionais, como na batalha militar travada em quase todos os municípios.¹⁶

¹⁶ Informações neste sentido foram publicadas nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz*, *Jornal do Brasil*, entre outros. Também na Câmara o deputado Maurício de Lacerda fez requerimento ao Ministério da Guerra a fim de que este informasse o número de metralhadoras do depósito de armamento da força. O parlamentar estava preocupado com o papel do obscuro Oldemar Lacerda (que seria, em 1921, o autor das Cartas Falsas atribuídas ao presidente Artur Bernardes) como intermediário na aquisição das metralhadoras, embora considerasse justificáveis as razões de Pinheiro Júnior: "Sr. Presidente [da Câmara] até certo ponto, é explicável o muniamento, o armamento de um governo, nas condições do que estão se instalando em Colatina, desprovido da máquina administrativa e sem um corpo policial, para a segurança da ordem que lhe competia garantir, na suposição, na sua crença ou na sua origem jurídica; até certo ponto explicável que esse governo adquirisse armamento para a organização do seu corpo militar."

Já na sessão de abertura do ano legislativo, em 3 de maio de 1916, o assunto estava em pauta: o presidente da República comunicava, na Mensagem tradicionalmente lida aos parlamentares das duas casas nestas ocasiões, as providencias que adotara para salvaguardar as repartições públicas federais no Espírito Santo.¹⁷

¹⁷ Na Mensagem ao Congresso Nacional, em 3 de maio de 1916, o presidente Wenceslau Brás informa ter enviado a Vitória 50 praças do Exército para guardar os prédios da Alfândega e dos Correios, porque os “adversários do governo local queixam-se de perseguições e vexames,” enquanto o presidente estadual alegava que havia “um plano revolucionário para depô-lo.” Tomara esta iniciativa a fim de “manter com regularidade os serviços da União no estado do Espírito Santo.”

CAPÍTULO 1 - A OLIGARQUIA MONTEIRO

1.1 NASCIMENTO NA CASA-GRANDE

No final do regime monárquico, o Espírito Santo era um Estado produtor de café e carente de mão-de-obra livre, como tantos outros naquele período de transição econômica para o capitalismo. Porém, com a particularidade de ser, a um só tempo, periférico e situado bem próximo da capital. Mesmo a descentralização do federalismo republicano não foi capaz de romper com um certo atrelamento ao Rio de Janeiro, que manter-se-ia, por algum tempo ainda, como centro exportador do café que saía da principal região produtora do Espírito Santo. A lavoura de café capixaba tivera sua origem especialmente na expansão cafeeira do estado vizinho e, além disso, as empresas comerciais sediadas naquele estado monopolizavam os negócios do que era produzido no Sul do estado.

Somente quando a estrutura de comercialização passou a existir em Vitória é que o café da região ganharia o exterior, a partir do Porto de Vitória. A Estrada de Ferro Sul Espírito Santo - construída antes do término do século XIX - consolidaria posteriormente a estratégica mudança de rota comercial. Situada entre o Rio de Janeiro e Vitória, Cachoeiro de Itapemirim era, até então, o epicentro da região mais próspera do Espírito Santo. Sua importância econômica deu-lhe, inclusive, expressão intelectual e política e a prova está no pioneirismo do movimento organizado em favor do novo regime.¹⁸ E suas lideranças, em vários momentos, se imporiam sobre as demais do Estado, durante as quatro décadas da República Velha.

Seguramente, a oligarquia fundada pelo cachoeirense Jerônimo Monteiro seria a mais bem sucedida no controle do poder até a Revolução de 1930. Porém, considerando que aquele era um tempo em que as lutas se davam entre facções oligárquicas, nem sempre os interesses representados especificamente pela figura de Jerônimo Monteiro puderam preponderar no seu próprio agrupamento. Aos

¹⁸ O primeiro clube criado para fazer propaganda das idéias republicanas foi o de Cachoeiro de Itapemirim, em 1887, com apoio do jornal *O Cachoeirano*.

alinhamentos políticos seguiam dissensões e realinhamentos posteriores, fenômeno ligado à política de maneira geral e, de forma particular, à prática do coronelismo que caracterizou aquela fase republicana.

Jerônimo de Souza Monteiro nasceu em 1870, na “casa-grande” (GUALBERTO, 1995, p. 136)¹⁹ da Fazenda Monte Líbano, que tinha 2.598 hectares - onde moravam 62 famílias de colonos nacionais e estrangeiros - de propriedade do seu pai, coronel Francisco Monteiro (1823-1887), grande produtor de café na região sul do Espírito Santo. A mãe de Jerônimo Monteiro, Henriqueta Rios de Souza (1839-1927) teve, ao todo, onze filhos e filhas. Dois deles governariam o Espírito Santo, um outro seria um dos religiosos mais influentes da Igreja Católica no Estado, e a filha caçula da família se casaria com dos mais importantes presidentes estaduais. Dona Henriqueta era filha do sócio de seu marido, Bernardino Rios, que no tempo do império foi ligado ao Partido Liberal em Minas Gerais, de onde fugira exatamente por razões políticas. Mas Henriqueta enviuvava prematuramente, tendo que assumir grandes responsabilidades como matriarca. (GUALBERTO, 1995).

A formação de Jerônimo Monteiro foi, certamente, condicionada pela típica família latifundiária do século XIX. E, ainda no campo das relações pessoais e familiares, contou com a amizade de longa data e influência do sogro, o comendador Cícero Bastos, mineiro que ascendeu socialmente quando passou a morar no Espírito Santo, de onde se mudou, com a família, para São Paulo. (NOVAES, 1979). Jerônimo Monteiro foi promotor público, advogado e chegou a desenvolver atividades como comerciante e industrial. Além de ter sido presidente do Espírito Santo, foi deputado estadual, federal e senador.

Bernardino Monteiro era um dos seus irmãos, seis anos mais velho. Iniciaram suas carreiras políticas na mesma época, mas em facções diferentes. Bernardino, como membro do Conselho Municipal de Cachoeiro de Itapemirim, no ano de 1896, no campo da oposição ao presidente estadual, Moniz Freire (1892-1896) (1900-1904). E Jerônimo, um ano antes, quando tinha sido eleito deputado estadual pelo situacionista Partido Republicano Construtor, pelo qual obteria somente um mandato

¹⁹ João Gualberto (1995, p. 136) assim descreve o imóvel: “A nova casa era majestosa, plantada no alto de uma colina, em forma de U e contando com 58 janelas. Ela tinha salões enormes, uma capela, jardim, pomar, colméias, aviários, pocilgas, currais, engenhos de cana, de café, serraria, olaria, forno de cal, pastos, cafezais (...) móveis austríacos e em jacarandá, piano de cauda, lustres de cristal, porcelana chinesa, grandes espelhos e louças estilo Império.”

de deputado federal (1897-1901). Como abandonaria o partido ao romper com Moniz Freire, antes de terminar a legislatura, Jerônimo Monteiro seria excluído da chapa de candidatos a um novo mandato.

A primeira tentativa de firmar-se como liderança independente ocorre quando Jerônimo Monteiro funda sua própria agremiação, o Partido da Lavoura, para lançar o coronel Ramiro de Barros Conceição - chefe político de Afonso Cláudio – como candidato à presidência estadual. Ele disputaria a eleição com o próprio Moniz Freire. Jerônimo Monteiro deixara o partido alegando que este estava submetido à influência dos antigos monarquistas da família Monjardim. (SALETTTO, 1996). A campanha eleitoral que se seguiu foi violenta e com denúncias de ambas as partes. Venceu Moniz Freire, e Jerônimo Monteiro se afastou temporariamente da política estadual, passando a dedicar-se às atividades empresariais, na Fazenda Monte Líbano.

Depois de restabelecido da moléstia do tifo, contraída durante procura de ouro e pedras preciosas, num córrego da região, mudou-se para a cidade paulista de Santa Rita do Passa Quatro, onde já estava residindo o sogro, de onde só retornaria em 1906. Lá, começou a advogar e a escrever em um jornal local. Bernardino conservou-se na oposição e, àquela altura, já era o Intendente de Cachoeiro de Itapemirim.

As facções oligárquicas começaram suas disputas, no Espírito Santo logo nos primeiros e instáveis anos da República. O novo regime havia ensejado novos quadros políticos, mas, muitas das antigas lideranças monárquicas voltariam ao cenário. Os novos partidos estruturaram-se com os novos e os tradicionais chefes políticos, num conturbado processo que refletia as incertezas da política nacional. Somente depois de aprovada a nova Constituição Estadual é que haveria uma relativa estabilidade política, mesmo com as lideranças transitando de um partido para outro.²⁰ O Partido Construtor conservaria o poder até o ano de 1908. Contudo,

²⁰ O contragolpe de Floriano Peixoto, obrigando Deodoro da Fonseca a renunciar em 23 de novembro de 1891, produziu grande impacto no Espírito Santo. Menos de um mês depois, dia 18 de dezembro, numa madrugada de revolta em frente ao palácio do governo, foi criada uma Junta que depôs Antonio Aguirre da presidência do Estado. O presidente estadual nomeado por Deodoro da Fonseca, Barão de Monjardim, já havia se afastado do poder, ante a união da oposição com as tropas federais. Daí novas eleições foram convocadas, uma nova Constituição foi aprovada e ela mesma elegeu o novo presidente do Estado, Moniz Freire. De acordo com Nara Saletto, a partir daí estava terminada a fase de instabilidade do início da República no Espírito Santo (Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República, 1998).

sem sua fisionomia original - em razão das inúmeras dissidências, incluindo aí o alijamento político do próprio Moniz Freire durante o governo do seu sucessor, Henrique Coutinho, que o acusava de tentar manipulá-lo. Depois, os dois mediram forças nas eleições federais de 1905 e o ex-presidente logrou êxito. Coutinho, mesmo na condição de presidente estadual, veria seus adversários obter vitórias a partir de articulações nacionais, como foi o caso do reconhecimento da eleição de Moniz Freire ao Senado Federal, em 1906. Os três deputados federais eleitos naquele pleito fariam parte da oposição a Henrique Coutinho. O presidente ainda teve que conviver com a instabilidade dos deputados do Congresso Estadual, que quase o destituíram do cargo para viabilizar a ascensão do seu vice-presidente, Argeu Monjadim, genro de Moniz Freire.

O processo todo fora desgastante e logo determinaria o começo do declínio da liderança de Moniz Freire, e o governo estadual ficaria mais enfraquecido, agravando o seu quadro financeiro. O agrupamento político formado por Moniz Freire, quinze anos antes, estava ruindo enquanto tal, abrindo espaço para uma recomposição oligárquica. No entanto, a alternativa de poder somente se apresentaria num quadro em que uma facção oposicionista se somasse às forças que estavam se desvinculando, justamente, da liderança que as havia aglutinado e dado coesão.

Foi neste contexto que Jerônimo Monteiro retornou ao Espírito Santo em 1906, nomeado por Henrique Coutinho, inicialmente para cuidar das transações relacionadas com as dívidas estaduais. O governo estava virtualmente inviabilizado por causa dos compromissos financeiros e o novo auxiliar executaria um plano para mudar o perfil da dívida. Não obstante o êxito imediato alcançado pela operação, ela custaria, politicamente, muito caro ao líder oligarca, porque carregada de suspeição. O que contou, porém, foi o pronto resultado oferecido pela empreitada, que devolveu ao governo as condições de atender demandas rotineiras da administração. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, v. IV, 1912).²¹ Tinha em seu favor, ainda, a recomendação

²¹ Na fase de articulação da sua candidatura, Jerônimo Monteiro vai a São Paulo e lá procura por um antigo colega de faculdade de Moniz Freire, de sobrenome Villaboim, para dizer-lhe que tinha “as melhores disposições” em relação a Moniz Freire. Villaboim escreve ao amigo relatando o encontro e aconselhando-o a não hostilizar a candidatura de Jerônimo, o que de fato se deu. Na sucessão de 1908, Moniz liberaria os amigos que pretendiam apoiar a Jerônimo Monteiro, mas considerou-se “incompatibilizado para fazer política” com o candidato situacionista. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume IV, Sessão de 22.08.1912, p. 187/188).

do seu irmão, Dom Fernando Monteiro de Souza - bispo diocesano -, cujo prestígio era crescente junto a Henrique Coutinho.

1.2 LIGAÇÕES E CONDICIONAMENTOS À POLÍTICA MINEIRA

Jerônimo Monteiro foi eleito em abril de 1908, tomou posse no mês seguinte e, ainda em dezembro daquele ano, fundaria o Partido Republicano do Espírito Santo, reunindo a totalidade das forças políticas do Estado. As condições para isto já estavam dadas desde a construção da candidatura. Naquela oportunidade, houve harmonização entre as forças situacionistas locais e as nacionais. A candidatura de Jerônimo Monteiro fora levada ao crivo do presidente da República, Afonso Pena (1906-1909). O então deputado federal mineiro, João Luís Alves, tinha recebido a incumbência do presidente Pena para acompanhar as discussões sucessórias no Espírito Santo.

O êxito da missão e o prestígio que conseguiu colher, em função disso, deram a João Luís Alves um lugar na política capixaba. Seria eleito, em 1908, senador pelo Espírito Santo. Alves, porém, jamais se afastaria dos interesses da política mineira, na qual de fato fez a sua carreira política.²² Alves foi importante membro do Partido Republicano Mineiro, tendo participado do chamado Jardim de Infância na Câmara Federal - tendência de jovens republicanos prestigiados no governo de Afonso Pena e de João Pinheiro, em Minas. Em 1916, seria personagem importante na crise política, mas não mais compunha o bloco situacionista. Ao contrário, era o elemento de ligação da oposição local com as forças nacionais refratárias à oligarquia monteirista.

No Senado Federal, no entanto, João Luís Alves apoiou a administração de Jerônimo Monteiro, inclusive, eventualmente defendendo-o dos ataques que eram

²² Foi secretário estadual da Fazenda no governo de Arthur Bernardes, em Minas (1919-1922), de quem seria também ministro da Justiça e Negócios Interiores (1922-1924). Foi ainda membro do Supremo Tribunal Federal, do Instituto da Ordem dos Advogados, da Academia Brasileira de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB).

desferidos por Moniz Freire²³ - já senador desde 1906. Particularmente sobre as acusações relacionadas à participação de Jerônimo Monteiro nas transações das dívidas do governo de Henrique Coutinho, o senador João Luís Alves não foi nada enfático. Limitou-se a ler, em sessão do Senado, a defesa superficialmente elaborada, anteriormente, pelo deputado federal Torquato Moreira, na Câmara dos Deputados, quando este fora encarregado por Jerônimo de rebater um pronunciamento do deputado federal oposicionista Graciano Neves - o primeiro a levantar o assunto no Congresso.²⁴

A contundência destas denúncias e a fragilidade das respectivas defesas iriam inviabilizar a nomeação de Jerônimo Monteiro para uma das diretorias do Departamento de Correios e Telégrafos quando ele deixasse a presidência do estado, já no período do governo do presidente da República Marechal Hermes da Fonseca (1910-1914). O veto ao nome de Jerônimo seria decidido pelo poderoso presidente do Senado Federal, Pinheiro Machado. João Luiz Alves, embora adepto da política de Afonso Pena, guardava viva consideração em relação a Pinheiro Machado. (ANAI DO SENADO FEDERAL, v. I, 1916).²⁵

Jerônimo Monteiro, antes de assumir o governo estadual, fizera contatos em São Paulo e Minas Gerais, estados dominantes na República Velha. Chegou a trazer, de São Paulo, auxiliares para sua administração, como é o caso do educador Gomes Cardim, a quem se atribui a organização do Ensino Público no Espírito Santo. O sogro do presidente estadual eleito, Cícero Bastos, indicou o paulista Augusto Ramos para dirigir as reformas urbanas, em Vitória. Para as obras de saneamento foram levados ao Governo experientes engenheiros que haviam trabalhado na construção da Estrada de Ferro Diamantina (Vitória a Minas), como Ceciliano Abel de Almeida e Pedro Bosísio.

²³ O pronunciamento de Moniz Freire foi feito no dia 7 de agosto de 1912, na tribuna do Senado Federal.

²⁴ Graciano Neves fizera a denúncia ainda no ano de 1907, mas Jerônimo Monteiro não a rebateu, alegando que isso poderia prejudicar o andamento das negociações das dívidas do governo Coutinho. E que, além disso, já se explicara ao presidente estadual.

²⁵ Em pronunciamento no Senado, em 9 de maio de 1916, dia do aniversário de Pinheiro Machado, assassinado no ano anterior, disse que cultuava quatro mortos: Silviano Brandão (eleito vice-presidente de Rodrigues Alves), Afonso Pena, Floriano Peixoto e Pinheiro Machado, “cuja alma boníssima só desconheciam aqueles que a não sabiam interpretar, cujo espírito de dedicação à República só negavam os que não conviveram na sua intimidade, cuja alta envergadura de condutor de homens foi, quiçá, a causa do seu brusco desaparecimento do cenário (...)” (ANAI DO SENADO FEDERAL, Volume I, Sessão de 9.5.1916, p. 170/171).

Foram feitos contratos para prestação regular dos serviços de abastecimento de água, luz e esgoto. Jerônimo Monteiro dotou a capital capixaba de infra-estrutura e construções arrojadas no lugar onde foram demolidos imóveis seculares. No esforço modernizante, foram abertas fábricas em Jucutuquara e em Vila Velha, usina de açúcar em Paineiras e serrarias em Jabaquara, estas últimas, respectivamente, no Norte e no Sul do estado. O empreendimento mais ousado foi a tentativa de industrializar o vale do Itapemirim, depois de haver construído a Usina Hidroelétrica no rio Fruteiras. Desde a ordem de serviço para o início das obras até a sua inauguração, tudo era feito com muita divulgação e pompa. Jerônimo Monteiro sempre teve preocupação com a publicidade e a cerimônia. Fez-se, assim, prestigiado dentro e fora do Estado.

Ainda na fase de presidente eleito, Jerônimo Monteiro deslocara-se para Minas Gerais a fim de tratar dos planos para o seu quadriênio com o presidente daquele Estado, João Pinheiro. Intelectual republicano que morreria naquele mesmo 1908, aos 48 anos de idade, João Pinheiro fazia um governo marcado pelos feitos na área da Educação, e já era festejado como uma das maiores promessas da política mineira. Ele havia sido antes senador da situação, apoiando Afonso Pena no plano federal e o então governo mineiro do coronel Francisco Antonio Sales. O próprio Sales apresentara o nome de João Pinheiro à sua sucessão em Minas Gerais, em 1905, para neutralizar as pretensões do então deputado federal Wenceslau Brás.

Com o governo de Hermes da Fonseca, em 1910, o coronel Sales é nomeado ministro da Fazenda. Jerônimo Monteiro estreitará relações com o novo ministro, ao qual se agregará politicamente. Sales, imediatamente, iniciou um processo de ascenso e seu nome passou a ser articulado para disputar a sucessão presidencial. Na linha de frente desta articulação estava o filho e ajudante de ordens do marechal, tenente Mário Hermes, muito ligado à bancada mineira, que o tinha como necessário contraponto à influência do senador Pinheiro Machado sobre o presidente da República. Já no conturbado final do governo do pai, ele seria eleito deputado federal pela Bahia, onde conviveria com os adversários do marechal. A Bahia seria um dos primeiros estados a sinalizar em favor da candidatura de Wenceslau Brás, em 1914.

Três obstáculos, entretanto, estavam diante da pretensão do ministro da Fazenda Francisco Sales. O primeiro era a idêntica ambição do condestável da República, o

senador Pinheiro Machado - à sombra do qual ficava o governo de Hermes da Fonseca. O segundo é que, precisamente na área financeira, dirigida pelo coronel Sales, estava o ponto frágil do governo do marechal. (CALÓGERAS, 1967).²⁶ O outro problema foi a chamada “Questão da prata”, rumorosa compra de barras de prata para a cunhagem de moedas. Foi um escândalo que levou o Tribunal de Contas a questionar a gestão do coronel Sales à frente do ministério. (CARVALHO, 1963).²⁷ Inviabilizada a candidatura de Sales e, logo depois, a do próprio Pinheiro Machado - neste caso por resistência das oligarquias paulistas e mineiras - foi confirmado o nome do vice-presidente da República, Wenceslau Brás, que àquela altura já havia governado Minas Gerais e naquele estado integrava facção oligárquica rival do coronel Sales. Wenceslau Brás viabilizara-se com a chamada *Coligação*,²⁸ que reeditava a fórmula do *café-com-leite* interrompida justamente pelo governo do gaúcho Hermes da Fonseca. Em 1915, o coronel Francisco Sales se elegeu senador, mantendo a forte influência que sempre tivera sobre a numerosa bancada mineira, cujo líder na Câmara era o deputado mineiro Antonio Carlos Ribeiro de Andrada - liderança que aspirava suceder a Delfim Moreira (1914-1918) na presidência do seu estado, pretensão esta que passava por Sales. O líder da bancada mineira na Câmara era o deputado José Monteiro Ribeiro Junqueira²⁹, espécie de porta-voz do senador Sales entre os parlamentares do seu estado. Junqueira era o mais ardoroso defensor do arquivamento do pedido de intervenção no Espírito Santo, na crise de 1916, favorecendo a confirmação de Bernardino

²⁶ “Tão difícil se tornou a situação que, em agosto de 1914, se teve de lançar mão do expediente malsinado de emitir papel-moeda inconversível e, em 19 de outubro, teve de ser contraído, em Londres, um segundo *funding-loan*.” (CALÓGERAS, 1967, p. 349).

²⁷ Por trás das denúncias contra Sales estava uma disputa entre doutrinas econômicas. A este respeito, o biógrafo de Sales, Daniel de Carvalho, diz: “Leopoldo de Bulhões, economista de doutrinas ortodoxas em plena voga, gozava de aura popular e tinha o apoio do *Correio da Manhã* e de *O Imparcial* no seu sonho de alcançar a paridade do mil-réis e instituir a circulação metálica. Paralisando o movimento no sentido da alta do câmbio, Salles cumpria fielmente o programa do Convênio de Taubaté e da Caixa de Conversão, isto é, a estabilidade da moeda. Isso desagradava os doutrinadores e seus prosélitos, em maioria na imprensa carioca.” (CARVALHO, 1963, p. 38).

²⁸ A chamada *Coligação* teve como objetivo barrar a candidatura do senador Pinheiro Machado, que se impunha quase que irresistivelmente. O presidente da Câmara dos Deputados, Sabino Barroso, de Minas, fez ver ao senador gaúcho que o Brasil poderia ficar dilacerado em lutas oligárquicas com sua candidatura.

²⁹ O deputado Ribeiro Junqueira era de Leopoldina, Minas, e descende de barões do café de São Paulo, da família Monteiro de Barros, que seguiu para a região no início do século XIX a fim de explorar sesmarias adquiridas. Na região, os Monteiro de Barros ligam-se aos Junqueira. Na sua biografia de Jerônimo Monteiro, Maria Stela de Novaes (1979) diz: “(...) descendia Francisco de Souza Monteiro [pai de Jerônimo] da elevada estirpe reinol dos Monteiros vindos de Braga, para a zona do Casca. Foram ascendentes de viçosos troncos: - Souza Monteiro, Monteiro de Barros (...) e outros.”

Monteiro como presidente estadual. Já vinha de antes o condicionamento da política capixaba à influência mineira. A raiz pode ser encontrada na *Política dos Governadores*, instituída pelo presidente da República, Campos Salles (1898-1902), no início do século XX. Em seu governo, ele organizou o sistema de poder que já vinha funcionando daquela forma, mas de maneira fragmentada e dispersiva. Campos Salles conferiu institucionalidade ao sistema, de modo a salvaguardar o Poder Executivo Federal das disputas estaduais.

A modificação que introduziu no mecanismo da Verificação de Poderes da Câmara Federal em 1900 resultou “num controle geral dos Estados” (CARONE, 1972) inviabilizando bancadas federais hostis ao governo federal. As contendidas oligárquicas se mantiveram limitadas aos estados. Em contrapartida, o presidente da República passou a apoiar os governadores que, a partir de então, ficaram politicamente ainda mais hipertrofiados frente às oposições estaduais. Minas Gerais, neste quadro, ficou em vantagem em relação aos outros estados, porque contava com 37 deputados federais, além dos 3 senadores. Por esse motivo, pôde compartilhar com São Paulo a presidência da República durante longo período. Era a *política do café-com-leite* colocando, inapelavelmente, na esteira dos dois estados mais poderosos os demais, periféricos.

Ao confrontar seus interesses nos momentos decisórios, as oligarquias paulistas e mineiras passaram a se valer também das forças residuais capturadas dos estados ao redor, a fim de se reforçarem. Na sucessão anterior - de Afonso Pena -, quando este articulava o nome do seu ministro da Fazenda, David Campista, para a presidência da República, Jerônimo Monteiro prometera-lhe apoio. Porém, iria refugar em seguida, quando o marechal Hermes da Fonseca, em 1910, indo de navio do Rio de Janeiro para a Bahia, aportou em Vitória. O presidente estadual ofereceu-lhe um banquete e, na ocasião declarou seu apoio à candidatura do marechal.³⁰

³⁰ Testemunhado por Maurício de Lacerda, então auxiliar e acompanhante do marechal, Jerônimo Monteiro surpreendeu Hermes da Fonseca beijando-lhe a mão publicamente, quando este desembarcava do navio do *Lloyd*. O marechal, constrangido, evitou que D. Cecília, mulher de Jerônimo, fizesse o mesmo ao ser instada pelo marido. Maurício de Lacerda, já deputado federal pelo Distrito Federal, narrou este episódio durante pronunciamento feito a 11 de julho de 1916, para destacar o que ele considerava como um comportamento a um só tempo “matreiro” e “subserviente” do oligarca. (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 11.7.1916, p. 743).

1. 3 O CONDE PAPALINO

Por influência do irmão bispo diocesano, Dom Fernando Monteiro de Souza (1866-1916), Jerônimo foi agraciado pela Santa Sé com o título de conde - honraria conferida àqueles cujas ações na vida empresarial ou política reforçavam o catolicismo no Brasil laico da República Velha. Daí o apelido - Conde Papalino - abonado pelos adversários do oligarca. Contudo, de maneira alguma estava longe da realidade a jocosa abordagem da *oligarquia-familiar-católica* erguida pelo *monteirismo*.

Inúmeras foram as denúncias da existência do implacável controle religioso exercido por Dom Fernando. Uma delas foi feita pelo monsenhor Eurípedes Calmon Nogueira da Gama Pedrinha. Orador sacro e deputado estadual por várias legislaturas, monsenhor Pedrinha havia acompanhado o deputado estadual Pinheiro Júnior quando este se desligara do Partido Republicano Construtor, em protesto contra a escolha de Jerônimo Monteiro como candidato, em 1908. Pedrinha chegou a ser muito prestigiado pelo papa Leão III, que lhe concedera o título de monsenhor, por causa de sua ação em favor da instalação da Diocese do Espírito Santo. Mas, no tempo de Dom Fernando, sofreria duras perseguições do bispo, ficando, inclusive, privado de atuar como vigário. Dom Fernando, segundo o monsenhor, isolou sistematicamente os padres tradicionais, substituindo-os por estrangeiros. O jornalista Affonso Lyrio (apud ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessão de 11.07.1916, p. 740), publicou um trabalho em favor do Monsenhor Pedrinha e dos religiosos acossados. Diz um trecho da denúncia:

Por este tempo [do governo de Jerônimo Monteiro] os eclesiásticos alienígenas começaram a invadir o Estado, atraídos por instantes chamados do bispo, que queria ter gente às suas ordens e a quem convinha mais o padre estrangeiro por estropiador da pureza do idioma vernáculo, fariscador de fortuna e, portanto, dócil, sem vontade própria, um autômato enfim. Os poucos clérigos nacionais foram, pois, alijados; nem outro resultado se poderia esperar - tinham amor próprio, tinham pundonor e não se resignariam a que o prelado por superior na hierarquia da Igreja, os espezinhassem e deprimissem por efeito das suas sãs ambições pessoais.³¹

³¹ As denúncias do jornalista Affonso Lyrio (1915) estão contidas na publicação *Feitos e proezas de um piedoso conde do Papa* (subsídios para a *História do Brasil Republicano*) impresso na tipografia de *A Tarde* em 1915. A oposição fez farto uso do material para atacar a oligarquia monteirista, freqüentemente tachada de "teocrática."

Na denúncia, levada ao debate na Câmara Federal, consta que um vigário do atual município de Serra e um de Guarapari tiveram que deixar o Espírito Santo. Outro sacerdote, de Cachoeiro de Itapemirim - onde moravam seus pais -, “refugiou-se na cidade da Serra.” Lá, este padre, “diante das exigências políticas do Conde, teve um assomo de independência e liberdade, e se fez ao mar.” (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 11.7.1916, p. 739/740). O padre Martins Teixeira, mineiro que durante 16 anos atuou na paróquia das freguesias Córrego do Veado e Alegre, foi coagido a vender todas as suas propriedades por dez réis e mudar-se para Vitória, onde faleceu.

Há ainda o caso do octogenário padre Carneiro, de São Mateus, que teve sua residência invadida pela polícia. O padre José Vanzeller, vigário de Queimado, ficou reduzido a pensionista da Irmandade de São Pedro, tendo o mesmo acontecido com o cônego Azambuja Meirelles. Ao todo, apenas quatro padres brasileiros, sendo que dois deles *encostados*, teriam permanecido no Espírito Santo.

Dom Fernando substituiu a totalidade dos vigários no momento em que a população do interior sofria modificações em seu perfil, resultante da convivência advinda da chegada dos imigrantes. A oposição estava convencida de que o objetivo do bispo era romper os laços que os párocos antigos tinham com as comunidades católicas. E, através dos novos padres, manipular o povo em favor do governo da oligarquia.³² Não faltaram também denúncias sobre negociatas entre o governo e o bispado. Uma delas se refere a uma “indenização” paga pelo governo por causa de um incêndio numa capela durante a construção de uma linha férrea. Jerônimo Monteiro teria pago 20:000\$000 (vinte mil réis) à diocese, quando o imóvel danificado não valia mais do que \$800 (oitocentos réis).

Naquele tempo, o palácio presidencial (atualmente, Palácio Anchieta) era localizado ao lado da Igreja de São Tiago, que servia como capela imperial antes da República. O templo, junto com seus bens, pertencia ao governo provincial desde o confisco aos jesuítas. E assim ficara durante o Império, que tinha o catolicismo como a religião oficial do Brasil. Com a República, todo o conjunto do imóvel, incluindo a capela, foi incorporado ao governo. A capela, porém, naturalmente, ficara aos cuidados da Igreja Católica. Durante o governo de Jerônimo Monteiro, inclusive, uma

³² Dizia-se mesmo que a Santíssima Trindade governava o estado: Jerônimo era o Pai, Bernardino o Filho e o Bispo, o Espírito Santo.

porta fora aberta ligando os dois prédios. Depois disso, alegando que precisava de mais espaço para melhor instalar as repartições públicas, o presidente estadual adquiriu a capela por 200\$000 (duzentos mil réis), quantia considerada, na época, exorbitante.

O deputado Torquato Moreira criticou abertamente a transação em favor de Dom Fernando que, segundo se zombava, teria *excomungado* o parlamentar. Dos cofres do Tesouro Estadual, Dom Fernando também recebeu 50:000\$000 (cinquenta mil contos de réis) a título de indenização de uma rua que descobrira ter pertencido, em um passado remoto, ao Convento de São Francisco. Até mesmo os operários da Mitra recebiam seus salários do governo.

1.4 A SUCESSÃO E A OPOSIÇÃO

Ajudado pelo fim da crise do café e pela unidade das forças que conseguira reunir em torno do seu governo, Jerônimo Monteiro se fortaleceu. O oligarca soube se aproveitar da *política dos governadores*, do peso político do irmão como principal liderança do importante município de Cachoeiro de Itapemirim e do largo controle exercido pelo bispo diocesano junto às paróquias de todo o Espírito Santo. No final do ano de 1911, a sucessão de Jerônimo Monteiro era pautada por ele mesmo. O presidente estadual dizia-se muito preocupado com a continuidade do seu programa de governo, particularmente com a industrialização em curso no Vale do Itapemirim.

Na última semana de outubro daquele ano, Jerônimo Monteiro foi à fazenda Monte Líbano para uma reunião com o irmão Bernardino, já senador desde 1909. Bernardino, então, sugeriu o nome do coronel Marcondes de Souza. Natural de Minas Gerais, o coronel era uma liderança sem muita expressão, vez que fôra lavrador e comerciante na pequena localidade sulina de São João de Muqui, onde era chefe político (subordinado aos Monteiro) e compadre de Bernardino Monteiro. Escolhido o coronel Marcondes, Muqui foi então emancipado de Cachoeiro de Itapemirim por Lei Estadual (nº 826), datada de 22 daquele mesmo mês.

Todavia, aquilo que os irmãos Monteiro pretendiam fosse um acerto político reservado virou notícia, impregnada de alarmismo, na imprensa local e no Rio de Janeiro. Jerônimo e Bernardino apressaram-se em desmentir o que fora publicado. No entanto, a oposição recrudescceu e esteve por trás do envio de tropas federais - que o presidente Hermes da Fonseca ordenou a 14 de novembro para guardar as repartições públicas - Alfândega, Delegacia Fiscal, Correios e Telégrafos etc. (NOVAES, 1979). Jerônimo Monteiro, então, determinou que as forças estaduais se recolhessem ao Quartel, a fim de evitar a continuação dos atritos. Só que, no dia 29 de novembro, a convenção do partido situacionista aprovou a candidatura de Marcondes de Souza à presidência estadual.

Assim, quatro anos depois de haver unificado as forças estaduais em torno do seu governo e, com isto, colocado fim à era de Moniz Freire, Jerônimo Monteiro enfrentaria adversários que ele próprio gerara, ao impor o nome de Marcondes de Souza. O temor de que Jerônimo Monteiro buscava, concretamente, montar uma oligarquia-padrão no Espírito Santo passou a mover a oposição. E o opositorista Moniz Freire não continuou isolado, sendo reforçado por lideranças que se descolaram do situacionismo, como o Barão de Monjardim, o deputado federal Torquato Moreira, Thiers Veloso, Cirilo Tovar, Emílio Silva e o coronel Joaquim Lyrio.

O candidato definido pela oposição foi o militar capixaba - que residia no Rio de Janeiro, onde mais tarde seria o Intendente - Getúlio Florentino dos Santos, médico da família do presidente Hermes da Fonseca. As três vice-presidências ficaram com Pinheiro Júnior, César Velloso e Antonio Marins. Para o Senado, foi apresentado o nome de Aristides Guaraná e, para a Câmara Federal, Torquato Moreira, Argeu Monjardim e o capitão-tenente Alfredo Reginaldo Teixeira. Getúlio dos Santos era um candidato que se pretendia integrante de um extenso movimento nacional que ficou conhecido como *salvações*, um surto político protagonizado por militares, com ampla repercussão e voltado para a deposição das oligarquias corruptas e autoritárias instaladas em quase todos os estados da federação.

No governo do presidente Hermes da Fonseca, muitos militares foram potencializados pela situação nacional como alternativa às velhas oligarquias estaduais.

Getúlio dos Santos, lançado pelo Centro Espírito-Santense,³³ pretendia alcançar a vitória através desta senda, por isso a oposição adotou o procedimento característico, ao levar ao presidente da República um manifesto desqualificando Marcondes de Souza para o cargo de presidente estadual. Tal procedimento implicava, também, na expectativa de uma eventual intervenção federal, no caso de trapaça eleitoral. Neste sentido, pesava em favor do candidato da oposição a estreita ligação que mantinha com o marechal, seu paciente e camarada de farda, como o eram também muitos que cercavam o presidente da República.

Entretanto, Jerônimo Monteiro também possuía relações consolidadas com o ministro da Fazenda, coronel Francisco Sales. Valeu-se disso para neutralizar a oposição.³⁴ Marcondes de Souza venceu as eleições, realizadas em meio a muita agitação e violência em todo o Estado.³⁵ O capitão Getúlio dos Santos chegou a ser preso no Rio de Janeiro, por ordem do próprio marechal, ao tentar embarcar para o Espírito Santo - presumivelmente a fim de contestar o resultado eleitoral e criar um ambiente favorável a uma intervenção federal.

A refrega toda, contudo, daria origem ao aparecimento, pela primeira vez, de uma oposição organizada contra a oligarquia monteirista. E, por um breve período, o próprio Marcondes de Souza se juntou ao Barão de Monjardim, a Argeu Monjardim, a Graciano Neves e a Moniz Freire nas críticas aos desmandos do governo de Jerônimo Monteiro. Até 1916, a oposição estava reforçada com Torquato Moreira, Pinheiro Júnior, César Velloso, Antonio Marins, Dioclécio Borges, Paulo de Mello, João Luís Alves e outros. A tendência política que se desenvolveu em todo o país, intitulada *salvações*, independentemente dos seus resultados em outros estados, deu grande impulso à oposição do Espírito Santo. Temia-se que a oligarquia monteirista alcançasse logo a sua consolidação. Jerônimo deixou o governo, mas manteve total controle sobre o partido, o grupo político situacionista e até sobre o novo presidente. O domínio político era tal que, quando Marcondes de Souza iniciou

³³ De acordo com Nara Saletto (1996, p. 16), o Centro Espírito-Santense era uma entidade que, “fundada por Afonso Cláudio e o marechal Rodrigues de Campos, entre outros, reunia capixabas residentes na capital federal, alguns deles participantes ativos da vida do Estado, inclusive da política estadual, na qual o Centro sempre procurara influir.”

³⁴ O deputado fluminense Maurício de Lacerda analisou que Jerônimo Monteiro escapou da onda das “salvações”, “não só pelo beijo à mão presidencial como pelo concurso do Ministro da Fazenda, Sr. Francisco Sales, consolidando seu poder através de todas as nomeações que fazia este último (...).”

³⁵ Um comício da oposição, em 3 de janeiro de 1912, foi violentamente reprimido pela polícia.

o processo de denúncias relacionadas ao precário quadro financeiro herdado do governo anterior, não pôde ir adiante. (MELLO apud ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 48ª Sessão, p. 634).³⁶ A oposição, que na sucessão de 1912 perdera a batalha por ter comparecido de forma improvisada - confiando num apoio federal que jamais chegou - não seria mais a mesma em 1916. Haveria de estar reforçada pela adesão ainda maior de novas dissidências da facção monteirista. Um importante líder do norte capixaba, Alexandre Calmon, eleito naquela ocasião para uma das vice-presidências de Marcondes de Souza, aderiu à oposição. A sucessão de Marcondes se deparou com uma oposição fortalecida, melhor articulada no plano federal e, sobretudo, bem mais informada acerca da maior fragilidade do campo situacionista, que era a questão da moralidade administrativa. O combate oposicionista entrou por este flanco, propalando a desqualificação do *monteirismo* em escala nacional.

1.5 OS DESMANDOS DA OLIGARQUIA

Foram muitos os dossiês elaborados para denunciar irregularidades do quadriênio de Jerônimo Monteiro e de antes, quando era ainda presidente estadual o coronel Henrique Coutinho. Os autores de tais documentos foram também variados, começando por dois ex-presidentes do estado, Graciano Neves e Moniz Freire. A *posteriori*, vieram os pronunciamentos de Torquato Moreira, Dioclécio Borges, Paulo de Mello e João Luís Alves - para citar somente os que um dia haviam sido aliados políticos de Jerônimo Monteiro. Os adversários daquela facção oligárquica queixavam-se, também, das perseguições e da violência recorrente empregada pelo

³⁶ Para Maurício de Lacerda, foi o senador Pinheiro Machado quem estimulou Marcondes (que era compadre do gaúcho, padrinho de uma filha falecida precocemente) a revelar o descalabro administrativo deixado por Jerônimo Monteiro, porque este lhe negara apoio à presidência da República, mesmo depois de sucumbido o nome do coronel Sales. A versão foi confirmada por Torquato Moreira, que acrescentou: "Posso acrescentar, o ano passado [1915], em janeiro, o Sr. Jerônimo foi apresentado candidato a senador pela unanimidade dos membros da convenção do seu partido, mas foi forçado a renunciar a esta candidatura, porque o general Pinheiro Machado a vetou. Está aqui quem foi chamado de Palmyra para ser candidato contra o Sr. Jerônimo, se este insistisse; e o Sr. Paulo de Mello sabe disso porque assistiu às conferências." Em aparte, o deputado Paulo de Mello disse: "É exato." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 48ª Sessão, p. 634).

monteirismo. Porém, os ataques mais danosos foram os relacionados aos desmandos e à corrupção, a começar pela transação envolvendo a privatização da Estrada de Ferro Sul Espírito Santo.

Algumas das denúncias tiveram grande repercussão, pois foram feitas por senadores e deputados federais nas tribunas do Congresso, chegando, imediatamente, ao conhecimento do presidente da República. Outras ficaram restritas à imprensa partidária dos oposicionistas estaduais. Pelo que se pode observar, a partir dos Anais da Câmara e do Senado, Jerônimo Monteiro chegou a pedir, em algumas poucas ocasiões, que parlamentares aliados fizessem a sua defesa na tribuna parlamentar. Quando isso acontecia, no entanto, era sempre de forma prosaica, parecendo o cumprimento de uma formalidade. A exceção parece ter sido um discurso pronunciado por Bernardino Monteiro em agosto de 1912, refutando um outro feito no mesmo mês por Moniz Freire.

O próprio Jerônimo Monteiro só se pronunciaria na tribuna da Câmara Federal sobre as acusações especificamente relacionadas à corrupção, uma única vez, no dia 29 de novembro de 1916, quando já havia se encerrado o que ficou conhecido como “Caso do Espírito Santo”. Fizera antes três discursos limitados às denúncias de perseguições políticas atribuídas ao seu grupo, todos depois do caso decidido no final de agosto daquele ano, e sempre procurando desqualificar seus opositores:

Com relação a cada um dos dignos representantes do Espírito Santo, nesta Casa, eu poderia demonstrar que a solidariedade que SS. EEx. mantiveram com o governo, de 1908 a 1912 e depois, com o governo de 1912 a 1916, foi a mais completa e a mais absoluta, com a exceção apenas do Sr. Deputado Torquato Moreira que, em dezembro de 1911, dissentiu da orientação dominante no Estado. Nestas condições não podem SS. EEx. se insurgir hoje contra atos que apoiaram e aplaudiram ontem. (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 4.9.1916, p. 217).

Ele alegava que, ao polemizar, poderia prejudicar o andamento das negociações do governo estadual com os credores europeus que se fazia em 1916.

Resumidamente, a rumorosa transação com o Banco da República se deu da seguinte forma: Jerônimo Monteiro obteve do governo estadual, em 1906, uma procuração com plenos poderes para negociar a dívida totalizando 2\$300 (dois mil e trezentos contos de réis). O banco credor facilitou e resolveu aceitar o pagamento de

\$300 (trezentos contos) em dinheiro e \$700 (setecentos contos) em apólices emitidas pelo governo do Espírito Santo. Portanto, uma solução vantajosa para o governo.

Só que Jerônimo Monteiro, em seguida, pediu ao presidente Henrique Coutinho que lhe entregasse 2\$250 (dois mil e duzentos de réis) em apólices da dívida estadual, simulou um contrato em cartório com um coronel (compadre do seu sogro),³⁷ pelo qual o *testa-de-ferro* passou a ser o dono das apólices. Uma firma comercial foi procurada para ficar com 1.000 daquelas apólices, em troca de \$300 (trezentos contos) em dinheiro. Assim, a vantagem que o banco dera ao governo estadual acabou ficando com o coronel, usado como intermediário da negociata. Entre o entendimento com o banco e a efetivação da transação passaram-se doze dias, durante os quais operou-se a introdução da figura do coronel no negócio.

O resgate dos \$700 (setecentos contos) em apólices - que ficaram com a firma comercial - foi feito depois, quando Jerônimo Monteiro obteve nova procuração do governo estadual para negociar a privatização da Estrada de Ferro Sul-Espírito Santo. A ferrovia custara 16:000\$000 (dezesesseis mil contos de réis), investidos pelo governo estadual, segundo o ex-presidente, Moniz Freire. Porém, a ferrovia foi vendida por apenas 3:000\$000 (três mil contos de réis). A transação continha uma cláusula, pela qual \$300 (trezentos contos) em dinheiro, obrigatoriamente, seriam destinados ao pagamento de débitos estaduais junto à praça do Rio de Janeiro, exatamente onde estava localizada a mesma firma comercial³⁸ que ficara com as mil apólices da transação anterior.

Outra fonte de problemas financeiros do Espírito Santo foram as ruinosas operações do Banco de Crédito Hypotecário e Agrícola, fundado por Jerônimo Monteiro em 1911. Este banco tinha como Diretor Fiscal - principal cargo operacional - José de Souza Monteiro,³⁹ irmão de Jerônimo e de Bernardino. O Hypotecário fora constituído a partir de um contrato que o governo de Jerônimo Monteiro firmou com o banco francês J. Loste & Cia., com um capital de 10 milhões de francos. A

³⁷ O coronel é José Vicente Xavier Lisboa, residente da cidade de Campanha, Minas Gerais.

³⁸ Esta empresa era a Fonseca Machado & Comp., envolvida no fornecimento de carvão para a Ferrovia Central do Brasil sem a necessária concorrência pública, mas cuja defesa foi feita pelo deputado mineiro Ribeiro Junqueira, em pronunciamento dia 10 de julho de 1916. A firma operava usando outra razão social: Fonseca & Comp., com sede em outra cidade.

³⁹ Afonso Lyrio (apud GUALBERTO, 1995, p. 163) conta que "18 membros da família Monteiro ocupavam altos postos na administração."

finalidade era apoiar empreendimentos agrícolas, com juros garantidos pelo Tesouro Estadual. Só que, no quadriênio de Jerônimo Monteiro apenas 600:000\$000 (seiscentos mil contos de réis) foram destinados à agricultura. Quase todos os negócios foram desviados para as atividades comerciais e industriais.

Em suas mensagens de prestação de contas da administração, anualmente, ao Congresso Estadual, o presidente Marcondes de Souza fixava-se nos problemas decorrentes das suspeitas operações bancárias do Hypotecário, sempre afirmando que o Estado não tinha como consignar em seu orçamento os pagamentos dos juros exigidos pelos financiamentos feitos pelo banco. Disse ele na mensagem de 1915:

Os orçamentos anteriores, como o deste exercício, não comportaram a verba necessária ao pagamento da garantia de juros; e aí tendes a prova mais evidente de que o estado não pode suportar essa enorme obrigação, salvo se se verificar aumento nas rendas estaduais.

O aumento das rendas a que se refere o coronel Marcondes de Souza dependia do retorno dos investimentos feitos na Companhia Industrial do Estado do Espírito Santo, organização criada pelo governo estadual para implantar as fábricas, usinas, serraria etc, que constituíam o projeto modernizante de Jerônimo Monteiro. Entretanto, depois de haver consumido 12:000\$000 (doze mil contos de réis) do Banco Hypotecário, garantidos pelo tesouro do Estado, nada estava funcionando, exceto a fábrica de açúcar.

Além daquele prejuízo, somava-se outro, ainda maior, conforme relatou Marcondes de Souza aos deputados estaduais:

Impossível se tornará ao Estado solver o compromisso da garantia de juros para com o banco e isto pelo fato de haver este empregado mais de 15 mil contos com a maior imprudência, em companhias, como a Industrial do Itapemirim, Fabril Progresso, Brasileira de Minas e Imprensa. Destas, a que mais sacrificou o banco foi a Companhia Industrial de Itapemirim.

As duas empresas - a Companhia Fabril Progresso e a Imprensa - tinham sede no Rio de Janeiro e pertenciam ao mesmo dono, senador daquele Estado, Alcindo

Guanabara (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 7.7.1916, p. 523)⁴⁰ - político de má fama dentro do Congresso Nacional. Ele tomara, no governo de Jerônimo Monteiro, 861:765\$968 junto ao Hypotecário, para posteriormente pagar o empréstimo com 80 por cento de desconto. Na ata de fundação das empresas de Alcindo Guanabara consta que em Vitória estaria localizada uma *sucursal* da firma, mas que o foro da sociedade era a praça do Rio de Janeiro, e apenas lá poderia ser demandada judicialmente. No entanto, todo o dinheiro da constituição da empresa saiu do Hypotecário, em dezembro de 1911. Em 1915, o maquinário das duas empresas seria vendido ao livreiro Francisco Alves, no Rio de Janeiro, por \$300 (trezentos contos de réis). Um sócio de Guanabara nesta firma era Gabriel Chouffour, personagem que apareceria em outra negociata. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessão de 7.7.1916, p. 523-527).

Em 31 de agosto de 1912, Chouffour fez um contrato com a União, pelo qual obteve a concessão para explorar areias monazíticas, no Espírito Santo, por um período de 14 anos. Jerônimo Monteiro, que havia terminado o mandato em 23 de maio daquele ano, assumiu, no dia 9 de setembro, a presidência da recém-criada Companhia Brasileira de Minas. Era esta uma empresa de sociedade anônima, privada, com sede em Vitória, com o objetivo de celebrar contrato de execução do empreendimento do concessionário Gabriel Chouffour. Novamente aí o Hypotecário sofreu um prejuízo no valor de \$720 (setecentos e vinte contos de réis). É que, nos estertores do seu governo, Jerônimo Monteiro autorizara ao banco a liberação do *empréstimo* sem que a empresa estivesse sequer organizada e equipada para tal fim. A celeridade com a qual isso se fez escapou ao conhecimento do novo presidente estadual, ainda insuficientemente informado acerca de toda realidade herdada.

Em sua mensagem de 1915, aos deputados estaduais, Marcondes de Souza diria que fora aquela a única operação de financiamento autorizada em seu governo “mesmo porque esta [Companhia Brasileira de Minas] já havia recebido o dinheiro (...)” (ANAIS DO SENADO FEDERAL, 1915, p. 19). Ele tentava esclarecer que o repasse já efetuado tinha sido autorizado no tempo do seu antecessor, que deixara

⁴⁰ Disse o deputado Torquato Moreira sobre Alcindo Guanabara; “É um senador da República que se bateu galhardamente para que fosse arquivado o parecer do Senado sobre o caso do Espírito Santo.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessão de 7.7.1916, p. 523).

tudo assinado. Mas que, quando soube dos detalhes da transação, logo determinou o bloqueio, inclusive dos 1\$250 (mil e duzentos e cinquenta contos de réis) restantes que estavam previstos originalmente. A exploração da areia monazítica jamais começou e o então ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Rivadávia da Cunha Correia (1910-1913), decretou a caducidade do contrato de concessão. Jerônimo Monteiro, então, dividiu os \$720 (setentos e vinte contos de réis) com os sócios H. Gatine e Ernesto Durich. Quanto ao Hypotecário, ficara com mais um passivo.

Bernardino Monteiro também utilizou o Hypotecário para seus negócios. Ele criou as empresas ferroviárias *Victoria Brazil Railway* e *The Victoria and Bahia Railway*, que tinham como diretor o contador Nestor Gomes.⁴¹ Aquelas empresas contraíram empréstimos, no Banco Hypotecário, somando 27:000\$000 (vinte e sete mil contos de réis). Os juros eram subsidiados e garantidos *incondicionalmente* pelo governo estadual. Esta garantia, assumida pelo Tesouro Estadual, oneraria o Estado em 4\$290 (quatro mil e duzentos e noventa contos de réis) anuais, em uma época em que a receita estadual não ultrapassava 3\$500 (três mil e quinhentos contos de réis). Os bens que ficaram como hipoteca dos empréstimos eram terrenos adquiridos do próprio Estado e empreendimentos agrícolas e industriais falidos. (MENSAGEM DO PRESIDENTE MARCONDES DE SOUZA, 1915, p .20-25).⁴²

No governo de Marcondes de Souza, José de Souza Monteiro manteve-se como diretor fiscal do Hypotecário, cumprindo o papel de livrar o banco dos prejuízos diretos, lançando-os ao Tesouro Estadual. Enquanto existiu - antes de ser incorporado anos após - o Hypotecário sustentou-se com as taxas de água, luz e esgoto, que arrecadava da população de Vitória.

⁴¹ Nestor Gomes foi, no governo de Bernardino Monteiro, Diretor Fiscal do Banco Hypotecário. A nomeação de Nestor Gomes se deu imediatamente à posse de Bernardino Monteiro, quando a mesma ainda era apenas uma duplicata eleitoral e objeto de questionamento na Comissão de Constituição e Justiça. Em 1920, seria escolhido por Bernardino Monteiro como seu sucessor na presidência do Espírito Santo.

⁴² Como Nestor Gomes integrava a direção da ferrovia em questão, os deputados Maurício de Lacerda e Torquato Moreira estavam certos de que Bernardino era, de fato, dono da empresa a que Marcondes se referia em sua mensagem de 1915, nas páginas 20 e 25.

O irmão mais velho de Jerônimo Monteiro - coronel Antonio de Souza Monteiro, o Tônico -⁴³ foi outro que tirou vantagens do Banco Hypotecário. Ele, que foi deputado estadual até 1913 (quando morreu), era o procurador da sua mãe, Henriqueta Rios de Souza. Naquela condição, assinou contrato, em 6 de junho de 1912, com a Companhia Industrial - sob o controle do Banco Hypotecário - para a extração de calcário da Fazenda Monte Líbano. No ato da assinatura, recebeu 1:000\$000 (mil contos de réis), de um total de 1:500\$000 (mil e quinhentos contos de réis). Só que, quatro anos antes, a mesma fazenda fora hipotecada ao sogro de Jerônimo Monteiro, Cícero Bastos, pelo valor de apenas 24\$000 (vinte e quatro mil contos de réis). De acordo com o deputado Torquato Moreira, o químico, Emilio Viret, proveniente da Europa a serviço dos credores franceses, avaliou que a jazida era insignificante. Não possuía qualidade nem quantidade de calcário suficiente para servir como matéria-prima necessária ao fabrico do cimento, cuja fábrica Jerônimo Monteiro pretendia montar em Cachoeiro de Itapemirim - empresa que só chegou a funcionar no final dos anos 20.

As denúncias feitas contra o presidente Jerônimo Monteiro, no entanto, não ficaram limitadas às operações que fizera a partir do Banco Hypotecário. Sua prática administrativa também seria objeto de críticas. Ele fazia pagamentos a pessoas através de portarias que assinava dentro do gabinete e que somente tempos depois seriam de conhecimento público. Há, até, o caso de um empréstimo secreto feito a uma instituição estrangeira. Trata-se de uma soma tomada em 1908 ao banco francês Charles Victor & Comp S/A, operação que não estava devidamente registrada no Contencioso do Tesouro, e que só foi descoberta por Marcondes de Souza depois da cobrança feita pelo banqueiro. O registro, então, foi encontrado em um pequeno pedaço de papel almaço, escrito em francês, quando Marcondes de Souza resolveu examinar os documentos deixados pelo ex-procurador do Estado na França, Domingos Braga. (DA MENSAGEM DO PRESIDENTE MARCONDES DE SOUZA, 1915, p. 135).

Tem-se, assim, que, se Jerônimo Monteiro governou até maio de 1912 praticamente sem oposição. Tão logo deixou o poder, seus adversários - antigos e novos -, deram

⁴³ Jerônimo Monteiro e seus irmãos e irmãs tinham apelidos carinhosos, segundo Maria Stela de Novaes (1979), a Stelinha: Antonio (Tônico), Bárbara (Sinhá Bárbara), Maria Bárbara (Maricota), Maria Graciana (Lota), Bernardino (Dindinho), Helena (Dodona), Bárbara (Barbinha), Henriqueta (Quequeta), O apelido de Jerônimo era Nhonhô e Fernando e José não possuíam apelidos.

início a uma espécie de desconstrução do seu caprichoso e promovido governo. O senador Moniz Freire fez seu conhecido pronunciamento em 7 de agosto daquele ano, época em que o nome de Jerônimo Monteiro era cogitado para assumir uma das diretorias do Departamento de Correios e Telégrafos. Já no ano seguinte seria a vez do seu próprio sucessor, Marcondes de Souza, fornecer à oposição farta argumentação, legada por suas mensagens anuais.

Na sessão de 19 de agosto de 1912, o então senador Bernardino Monteiro deu início a uma série de cinco discursos em favor do irmão. Pretendeu o senador responder a todos os itens da denúncia de Moniz Freire, e o fez aceitando curtos apartes do opositor - presente a todas aquelas sessões. Ao todo, a contestação de Bernardino Monteiro somou 100 páginas dos Anais do Senado Federal (1912)⁴⁴. Falou primeiro sobre a liquidação da dívida do Estado com o Banco da República, argumentando que fora aquela uma transação rotineira em negócios daquela natureza financeira.

A *posteriori*, discorrendo sobre a privatização da Estrada de Ferro Sul-Espírito Santo, Bernardino Monteiro defendeu aquela solução como comercialmente válida nas condições de dificuldades em que se encontrava o Estado, exaurido em sua capacidade de manter a deficitária ferrovia em funcionamento. Culpou Moniz Freire pela definição do complicado e dispendioso traçado,⁴⁵ destacando que, nos 12 anos em que o governo estadual estivera sob o domínio de Moniz Freire, houve pelo menos uma sondagem para a venda da ferrovia junto à mesma compradora, a Leopoldina *Railway*. O senador exibiu como prova o testemunho, por escrito, de um administrador da empresa, cujo teor confirmava as conversas mantidas neste sentido e lembrava que, naquela ocasião, até se chegara a aventar o valor de 3:000\$000 (três mil contos de réis), o mesmo pelo qual a ferrovia seria depois vendida, no governo de Henrique Coutinho.

O senador Moniz Freire aparteou, dizendo que ignorava tal fato e que a suposta iniciativa, tomada por alguém a ele ligado, nunca tivera a sua autorização pessoal, reafirmando ter sido sempre contra a privatização da Estrada de Ferro Sul-Espírito Santo. Bernardino também esclareceu que o procurador, designado por Henrique

⁴⁴ (1912, v. IV, páginas 125 a 148, 151 a 168, 207 a 219, 234 a 238 e 253 a 295).

⁴⁵ A ferrovia ligava Cachoeiro de Itapemirim (de onde ia ao Rio de Janeiro) a Vitória. Mas ficou parada na metade do caminho, em Matilde, por 12 anos. Bernardino e outros defendiam que a estrada de ferro fosse litorânea.

Coutinho para fechar o negócio, tinha sido o senador João Luís Alves, aliado dos Monteiro em 1907.

Sobre os \$300 (trezentos contos de réis) que, por imposição contratual do negócio, foram parar na praça do Rio de Janeiro, Bernardino explicou que o dinheiro fora destinado ao pagamento de dívidas externas, contraídas justamente em função das despesas com a ferrovia. O dinheiro teria sido empregado também nos gastos advindos da política de imigração. No dia 22 daquele mês, seria a vez de Moniz Freire assumir a tribuna para reafirmar as acusações e contestar o discurso de Bernardino em defesa do irmão. Bernardino também aparteou, e o debate se fez intenso naquele agosto de 1912.

Moniz Freire insistiu que se explicasse o porque da presença do coronel Xavier na negociação, se o Banco da República já havia concordado em receber \$300 (trezentos contos de réis) em dinheiro e 1:000\$000 (mil contos de réis) em apólices - uma transação que, inclusive, poderia ser feita diretamente entre a instituição bancária e o próprio governo estadual. Questionava também a razão da pressa em se negociar a dívida com o banco, cujo desfecho dera-se em 7 de fevereiro de 1907, se em 22 de abril daquele ano, o governo disporia de 3:000\$000 (três mil contos de réis), apurados com a venda da ferrovia, portanto, podendo saldar débito sem precisar emitir apólices desvalorizadas - já que no mercado era bastante conhecida a falta de crédito do governo do Espírito Santo.

Bernardino fez questão de falar, ainda, sobre a ruidosa repressão ao comício oposicionista, em 3 de janeiro de 1912, em que várias pessoas saíram feridas. Preferiu minimizar a ação policial apresentando, como provas da irrelevância do episódio, cópias de inquéritos feitos pela polícia estadual, à época. Quase todo discurso foi, na verdade, de pesadas críticas relacionadas à violência do tempo do governo de Moniz Freire. Lembrou o senador Bernardino Monteiro das barbaridades atribuídas ao truculento tenente Evaristo de Lima que, antes de ser assassinado por um homem - que teve sua esposa abusada pelo militar-, foi policial de confiança de Moniz Freire.

Daí em diante seguiram-se apenas ataques à administração do opositor, em todas as áreas do seu governo, estabelecendo-se comparação entre as administrações:

Não se lembra S. Ex. [Moniz Freire] que hoje, graças à administração que tanto condena, pode ir ao seu teatro de madeira [Melpômene], em bonde elétrico banhado de farta luz, também elétrica; que suas casas, em Vitória, já estão servidas de magnífica água potável, de esgoto e de outros benefícios, que S. Ex., como espírito-santense, pode também vangloriar-se do aspecto progressista e risonho, com que atualmente se enfeita a capital do Espírito Santo? (ANAIS DO SENADO FEDERAL, 1912).

Bernardino Monteiro não se esqueceu, também, de tratar da acusação de violação de correspondência atribuída a Jerônimo Monteiro - denúncia levada a Pinheiro Machado e que contribuiria para inviabilizar sua nomeação como diretor da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT). A correspondência era um envelope contendo os nomes dos suplentes para o Juizado Federal no Espírito Santo, que seriam nomeados pelo ministro da Justiça, Tavares Bastos.

A denúncia de Moniz Freire dava conta de que os nomes, originalmente indicados pelo deputado Torquato Moreira, haviam sido substituídos por outros, impostos por Jerônimo Monteiro, tendo este, para tanto, violado o envelope que chegara a Vitória. Bernardino refutou que tivesse havido a manipulação, dizendo que fora o senador João Luís Alves o autor da abertura da correspondência, porque Jerônimo Monteiro o recomendara que confirmasse, antes das nomeações, quantos eram os juizes federais suplentes que poderiam ser substituídos por terem seu quadriênio vencido.

O fato é que as denúncias eram feitas e rebatidas, sendo posteriormente refeitas e novamente recusadas. Assim se desenvolvia o ambiente de radicalização que encontraria na sucessão de 1916 o momento de acerto de contas entre a oligarquia e a oposição. A oligarquia buscava a sua consolidação e era exatamente este o temor que movia a oposição. A facção *monteirista* possuía, a seu favor, a vantagem de ser a força situacionista, condição praticamente insuperável na República Velha (das eleições trapaceadas).

Entretanto, a oposição não poderia ser subestimada naquela disputa, pois, naquele embate, estava em jogo a sua própria sobrevivência. Quem perdesse, fatalmente desapareceria, enquanto tal, do cenário político capixaba. Marcondes de Souza ainda refluíu e recompôs com o seu agrupamento político original, já no final do seu mandato - um ano depois da morte do seu compadre, senador Pinheiro Machado.

E o senador Moniz Freire renegaria sua postura histórica em relação aos Monteiro. (NOVAES, 1979).⁴⁶

⁴⁶ “E o Dr. Moniz Freire teve, ainda, a elevação e a coragem de declinar do convite feito pelo presidente Wenceslau Brás, para que se aliasse à oposição à candidatura [de Bernardino Monteiro] em apreço.” (NOVAES, 1979, p. 215).

CAPÍTULO 2 - WENCESLAU ENCORAJA A OPOSIÇÃO

Em 1916, o governo de Wenceslau Brás entrava na sua segunda metade, convivendo com inauditas dificuldades próprias da Primeira Grande Guerra Mundial. O Produto Interno Bruto (PIB) daquele ano ficou negativo em 1,25% (um vírgula vinte e cinco por cento). (ELIAS, 2006, p. 57). O segundo *funding-loan*,⁴⁷ contraído ao final do governo do Marechal Hermes, ainda produzia seus efeitos. Em outubro de 1914, os credores haviam dado três anos para que as finanças nacionais fossem restabelecidas, mas o quadro geral no Brasil e no mundo não favorecia. A principal fonte da arrecadação federal constituía-se dos tributos alfandegários cobrados sobre a importação - que era mínima, em função da guerra, na qual o Brasil acabaria entrando formalmente em outubro do ano seguinte, quando estivessem esgotados os esforços do governo para manter a neutralidade.

O governo federal tinha dificuldades para criar novas taxas e, principalmente, para arrecadá-las. Os capitais estrangeiros estavam quase inacessíveis, aumentando a responsabilidade dos Estados quanto ao rigor na pontualidade de pendências com bancos no exterior. As exportações sofriam queda jamais vista, porque o principal mercado para o café brasileiro - o europeu - estava desorganizado e se orientando para a produção da guerra. Wenceslau Brás vinha, desde o início do governo, buscando a austeridade. Simbolicamente, ele chegou a enviar ao Congresso mensagem cortando o próprio salário pela metade, o que só não ocorreu porque os parlamentares aliviaram o corte em apenas 20% (vinte por cento). Havia restringido as mordomias palacianas e evitado politizar a escolha no Ministério da Fazenda, entregue ao fluminense, mas ligado à política mineira, Pandiá Calógeras. Na Agricultura, nomeou o mineiro Sabino Barroso. O resultado do zelo administrativo imprimido se apresentaria somente em 1917, quando o PIB alcançaria a marca dos 9,8% (nove vírgula oito por cento) positivos.

Além da conturbada frente externa, o governo enfrentava conflagrações internas em Mato Grosso e, principalmente, na região do Contestado - entre Paraná e Santa Catarina. No ano anterior, já havia conseguido solucionar o sério conflito eleitoral no

⁴⁷ O primeiro foi em 1898, no governo de Campos Salles.

Rio de Janeiro, apegando-se à legalidade definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em favor do candidato Nilo Peçanha. Este episódio político foi tomado como uma providencial oportunidade para a imposição de limites à ação de Pinheiro Machado - de quem se esperava, no governo do jovem e moderado Wenceslau Brás, a manutenção do poder de influência exercido pelo veterano senador gaúcho no período de Hermes da Fonseca. Serviu também para que Wenceslau Brás explicitasse o sentido do seu governo como uma contraposição à administração anterior, proclamando sua missão de “paz e de restauração do crédito, tanto moral como financeiro, do País,” nas palavras de Calógeras (1967, p. 351).

Estava, no propósito apregoado pelo governo federal, a justificativa para a vária presidencial que Wenceslau Brás autorizou a publicação no diário carioca *Jornal do Commercio*, do dia 18 de janeiro de 1916. Os parlamentares da oposição estiveram com o presidente Wenceslau Brás às vésperas da publicação da vária, exibindo sobre a sua mesa documentos comprovando os desmandos da oligarquia *monteirista* no Espírito Santo. O presidente da República já tinha uma idéia da situação em razão de inúmeras denúncias que eram feitas no Congresso Nacional. Porém, estava particularmente preocupado com a dívida que o governo espírito-santense mantinha junto às instituições financeiras internacionais.

Neste encontro, depois da exposição do quadro político-administrativo do governo de Marcondes de Souza, os opositores anunciaram os seus planos de disputar as eleições contra a oligarquia. Avisaram que, no caso de trapaça, pediriam intervenção federal e que, para tanto, contavam com o apoio do presidente da República. Segundo revelou o deputado Torquato Moreira, em pronunciamento no dia 13 de julho de 1916, na Câmara dos Deputados, o presidente, após examinar a documentação e ouvir a pretensão dos parlamentares (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessão de 13.7.1916, p. 896), disse:

- Mas eu não posso nem devo fazer desta questão uma questão governamental; não posso intervir junto dos meus amigos do Congresso, pedindo-lhes que votem dessa ou daquela forma.

Ao que Torquato Moreira responderia (Idem, *ibidem*):

- Realmente, este é o papel de Vossa Excelência; e estou, apenas como prova da alta consideração em que tenho a pessoa de Vossa Excelência, comunicando o que pretendemos fazer.

Combinou-se, então, a elaboração e publicação de uma vária, na qual ficasse explícita a opinião de Wenceslau Brás, contrária aos esforços da oligarquia em se manter no poder. A vária deveria conter, também de forma clara, a manifestação do apoio do presidente da República ao candidato que saísse dos quadros da oposição à oligarquia dominante no Espírito Santo, apontando as razões da sua decisão. Acordou-se que a publicação seria num jornal de circulação nacional e capaz de repercutir em todo o país. O que foi tratado no Palácio do Catete seria imediatamente concretizado, com a vária nos seguintes termos (*JORNAL DO COMMERCIO*, 1916):

Estamos autorizados a declarar que o Sr. Presidente da República, ao aceitar o cargo para o qual foi eleito pelo povo brasileiro, assumiu perante a sua consciência e perante a Nação o compromisso formal de empenhar todos os seus esforços no sentido da regeneração moral e financeira do paiz. Reconheceu desde logo que para a grave situação actual do Brazil, concorreram não só os erros da União, como os de alguns Estados, que suspenderam os seus pagamentos externos, sem, nem sequer, terem tentado um accordo prévio com os seus credores. Quanto a successão presidencial desses Estados, o Sr. Presidente da República declarou aos próceres republicanos, que não podia deixar de ter o mais vivaz interesse de concorrer para que fossem indicados e eleitos homens capazes. Assim o exigiam os grandes interesses nacionaes. O Sr. Presidente da República não tem tido candidatos, nem os quer ter, sendo, como é, seu único desideratum que os chefes locais escolham nomes dignos, que conciliem os melhores elementos políticos do Estado e tenham o prestígio moral necessário para a grande obra que terão de enfrentar. Com relação ao Estado do Espírito Santo, que não pagou três coupons do seu empréstimo externo e que está em grande atrazo quando ao seu avultado debito resultante da organização do Banco Hypotecário, o Sr. Presidente da República fez um appello aos chefes desse Estado, para que se harmonizassem em torno de um nome à altura das grandes dificuldades a vencer e que fosse geralmente aceito. Chegou mesmo a fazer um appello especial ao senador Bernardino Monteiro, a fim de que concorresse para a escolha de outro nome que não determinasse a scisão das forças republicanas do Estado. Não tendo sido attendido, o Sr. Presidente fez ver que respeitava a autonomia do Estado e que as forças políticas poderiam indicar os nomes que quizessem, mas que ao Governo Federal ficava o direito de amparar politicamente e sem offensa aos princípios constitucionaes, o agrupamento que estivesse de accordo com o programma da Administração Federal. Com a maior franqueza, não occultou ao senador Bernardino Monteiro, que não prestigiaria a sua candidatura, não só porque ella poderia ser inquinada de oligarchica, como porque seria a sancção da administração anterior à actual, acusada, como é público, documentadamente, de graves erros. O Sr. Presidente, ainda deste vez não foi attendido. Sente, portanto, que lhe cumpre prestigiar, sem motivos subalternos e dentro dos limites constitucionaes, o agrupamento (...)

(...) oposto à candidatura do Dr. Bernardino Monteiro e assim agirá sem preocupações de victoria ou de derrota, com a serenidade e firmeza de quem cumpre um dever imperioso.

Esta vária causou grande impacto, sobretudo no Espírito Santo, encorajando definitivamente o conjunto da oposição a enfrentar a oligarquia *monteirista*. Dos três senadores, dois já estavam na oposição: João Luís Alves e Domingos Vicente. Apenas Bernardino Monteiro defendia o governo de Marcondes de Souza. Na bancada de quatro deputados federais, também a oposição era a maioria: Torquato Moreira, Deoclécio Borges e Paulo Mello, de um lado. Do outro lado, ficava apenas Jerônimo Monteiro. A oposição se reforçaria, mais adiante, com a adesão do vice-presidente estadual, Alexandre Calmon, o chefe político de Linhares, cuja sede era a Vila Colatina.

2.1 O GOLPE DA REFORMA

Entretanto, a oligarquia Monteiro se apetrechara para o embate, ainda em 1915, consumando, em apenas oito dias, uma reforma na Constituição Estadual, alterando profundamente a legislação eleitoral do Estado. A legalidade do procedimento do Congresso Estadual para alcançar tal fim foi o primeiro objeto da disputa. É que a reforma estabeleceu a prorrogação dos mandatos dos deputados estaduais, de janeiro para junho, a fim de que eles pudessem escrutinar e, em seguida, reconhecer formalmente a eleição do novo presidente estadual prevista para 25 de março de 1916.

A iniciativa da reforma se deu no final de outubro de 1915, logo depois da oferta do senador João Luís Alves de renunciar à sua própria cadeira em favor da eleição do coronel Marcondes Alves de Souza ao Senado Federal. Esta proposta tinha sido o último esforço para conciliar as forças do Partido Republicano Espírito-santense. Se aceita, João Luís Alves seria o candidato da situação à presidência estadual, numa combinação política com a qual estava de acordo Wenceslau Brás. O presidente da República vinha considerando como obstáculo, para uma necessária ajuda federal às combalidas finanças capixabas, a permanência da oligarquia “*monteirista*”

(SILVA, 1975, p. 104-105) no poder estadual. Por isto mesmo tentara, por duas vezes, encontrar uma solução. Primeiro, conversando com o senador Bernardino Monteiro no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Depois, chamando ao Palácio Guanabara, no dia 20 de novembro, o presidente estadual, Marcondes de Souza. Wenceslau Brás e ele ficaram reunidos das 21 até as 23 horas, tempo que o coronel capixaba utilizou para convencer o presidente da República dos seus “esforços no sentido da normalização da vida financeira” do Espírito Santo. (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 4.9.1916, p. 239). O presidente da República estava preocupado com o que podia acontecer, porque já estava ciente da resposta que Marcondes de Souza dera à proposta que lhe fora feita pelo senador João Luís Alves, no mês anterior.

Desde o dia 15 de outubro, o senador João Luís Alves já havia recebido uma carta do presidente estadual descartando a oferta. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Sessão de 11.5.1916, p. 179).⁴⁸ Mesmo assim, tentou-se resolver o problema em derradeira reunião, feita dia 27 de novembro na residência do senador João Luís Alves, no Rio de Janeiro. Deste encontro participaram, além do anfitrião, os senadores Domingos Vicente e Bernardino Monteiro, os deputados federais Jerônimo Monteiro, Paulo de Mello e Deoclécio Borges, o vice-presidente estadual Alexandre Calmon e Júlio Leite (ex-presidente do Congresso Estadual). A proposta da facção situacionista foi a de uma chapa com Bernardino Monteiro, tendo como vice Alexandre Calmon, o que não foi aceito. O resultado final foi que a oposição, cujo porta-voz fora o senador Domingos Vicente, formalizou definitivamente sua posição contrária à candidatura de Bernardino Monteiro.

Marcondes de Souza, em Vitória, de fato, já estava comprometido com a candidatura do senador Bernardino Monteiro e pretendia levá-la às últimas conseqüências. Começou por patrocinar a radical reforma na Constituição Estadual, cercando-se de garantias. Na 31ª sessão do Congresso Estadual do dia 21 de outubro, antes que o citado Congresso encerrasse suas atividades ordinárias relativas ao ano de 1915, o deputado estadual governista, Ubaldo Ramalhete, anunciou que estava sobre a

⁴⁸Trecho da carta-resposta de Marcondes de Souza a João Luís Alves, lida por este no Senado: “A sua permanência no Senado como representante do Espírito Santo se faz necessária, é um direito adquirido que ninguém lhe pode negar. O meu amigo João Luís tornou-se credor da estima pública do povo espírito-santense e igualmente da confiança do governo; portanto, em hipótese alguma poderia eu aceitar sua cadeira de Senador; empregarei todos meus esforços para que tenha o Espírito Santo como seu representante na alta Câmara do País o Dr. João Luís.”

Mesa da Casa o projeto de lei, pedindo dispensa de leitura, alegando sua *extensão*. A matéria levou o número 15 e, no mesmo dia, ficou aprovado que a mesma já seria levada à impressão no *Diário da Manhã*, órgão oficial de imprensa.

No dia 26, já estava pronto para ser aprovado o parecer favorável da Comissão de Justiça, assinado pelo deputado coronel Etienne Dessaune.⁴⁹ Na ata desta 35ª sessão, publicada muito depois, consta que o parecer foi lido, aprovado e enviado a publicação para entrar na ordem dos trabalhos, já com número 21. No dia 27, na 36ª sessão, com a presença de 19 dos 25 deputados, o projeto entrou na fase da primeira discussão, com a dispensa da leitura e interstício requerida pelo deputado Ramalhete. E, no dia 28, a segunda discussão estava esgotada e a matéria aprovada. Assim, oito dias depois de iniciada a tramitação, havia sido aprovada uma profunda reforma constitucional⁵⁰ e mais dois outros projetos. A oposição, incluídos os deputados federais e senadores, só tomaria conhecimento de que uma nova lei eleitoral já estava vigorando no dia 12 de novembro, mesmo assim, sem saber exatamente do seu conteúdo.

Telegrama enviado, naquela data, pelo deputado estadual da base governista, Manoel Monjardim, ao senador João Luís Alves, ilustra o caráter sorrateiro do processo no qual a reforma fora aprovada (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Sessão de 12.5.1916, p. 191):

Já deves saber que o Congresso aprovou um projeto, que hoje é lei, adiando as eleições para o Congresso Estadual para 3 de maio. Esse projeto nunca foi impresso, tendo eu comparecido ao Congresso no dia da votação do projeto nº 15, que ninguém sabia o que era, porque não constava dos cadernos dos deputados. Passou o projeto sem protesto, só vindo eu a saber do que se tratava quando, dias depois, no *Diário da Manhã* o li, publicado pelo Marcondes.

Ou seja, não havia avulsos à disposição dos parlamentares.

⁴⁹ Em 1920, Jerônimo Monteiro tentaria empossar Etienne Dessaune presidente estadual se conseguisse prender Nestor Gomes, apoiado por Bernardino, antes da posse deste. Era o rompimento definitivo dos irmãos. Entrevista do ex-governador Carlos Fernando Monteiro Lindenberg, sobrinho de Jerônimo e Bernardino, concedida aos jornalistas Rogério Medeiros e Cláudio Bueno Rocha, para a *Revista Agora*, em março de 1973.

⁵⁰ A respeito da sessão da votação final do projeto, acusou o senador João Luís Alves: “A sessão foi aberta a uma hora da tarde e, no espaço de uma hora e meia, votaram três projetos, artigo por artigo, um dos quais em perto de duzentos artigos.” Mais preciso, o deputado Torquato Moreira contou 165 artigos, 60 parágrafos e 63 alíneas discutidas, votadas e aprovadas em menos de uma hora.

A redação final do que teria sido votado e aprovado no Congresso Estadual, no dia 28 de outubro de 1915, somente seria publicada na edição do dia 14 de maio de 1916 do *Diário da Manhã*. Até então, se sabia apenas que uma reforma ampla havia sido aprovada, o que levou a oposição a acusar o governo de ter manipulado o próprio conteúdo da nova Constituição durante o tempo em que ela permaneceu inédita. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Sessão de 20.5.1916, p. 192).⁵¹

Um dos pontos mais controvertidos da reforma foi o que dizia respeito à competência das Juntas Apuradoras. A Constituição Estadual de 1913 prescrevia que competia aos juízes distritais, em número de quatro por distrito, a função de compor as Mesas Eleitorais, que escrutinavam os votos e depois faziam as atas. Esses quatro juízes eram eleitos como titulares mas, em uma lista aberta, na qual todos os demais figurariam como suplentes. Assim, quando a minoria não conseguia eleger nenhum dos quatro titulares, pelo menos alcançava um suplente. Com a reforma, no seu artigo 40, mantinha-se a eleição dos quatro mais votados para ficarem como titulares; mas, numa lista fechada, onde o número de suplentes ficaria limitado também a quatro. Porém, não foi apenas esta alteração - só conhecida quando da publicação da lei no órgão oficial - que escandalizou a oposição. O problema maior foi que, depois de toda reforma publicada, ainda foi rodado, como *errata*, um folheto (ANAIS DA SESSÃO DO SENADO FEDERAL, 20.5.1916, p. 192)⁵² trazendo uma nova alteração, pela qual passou-se a estabelecer que o juiz distrital seria somente um, o cidadão mais votado do distrito, e que as suplências caberiam aos quatro mais votados a seguir; na prática, deixando a oposição de fora das Juntas Apuradoras.

A nova legislação também aboliu a obrigatoriedade dos juízes distritais de fornecer os resultados parciais da votação da própria Mesa, inclusive o número de votantes e as abstenções, até que a apuração fosse totalmente concluída (art. 77). Assim, bastaria, a partir de então, informar apenas o total de votos dados especificamente ao solicitante. Somente após a proclamação do resultado final é que se poderia saber quantos votos haviam sido atribuídos aos adversários. O dispositivo passou a

⁵¹ Deputado Torquato Moreira. Sessão de 20 de maio de 1916. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, V. I. p. 369). Na mesma sessão, em aparte, o deputado Deoclécio Borges declarou: "Este projeto de certo não chegou a ir ao Congresso do Estado; foi feito em palácio."

⁵² O folheto foi impresso na gráfica do órgão oficial, mas num papel de qualidade inferior. O senador João Luís Alves mandou comprar 500 exemplares do que foi publicado para sustentar a denúncia. (ANAIS DA SESSÃO DO SENADO FEDERAL, em 12.05.1916, p. 192).

dar margem a que, ao final dos trabalhos, os mesários pudessem aumentar a quantidade de votantes e a quantidade de votos do candidato da situação.

Uma série de outras limitações foi imposta à oposição, tal como a exigência de um ofício, com firma do candidato reconhecida pelo escrivão de cada distrito, para que o seu fiscal pudesse ser aceito pela Junta. Passou-se, também, a exigir que os fiscais chegassem ao local de votação antes da chamada dos eleitores. No entanto, como a nova lei estabelecia que cada mesa apuradora só poderia ter, no máximo, cinco fiscais, passou-se a temer que, quando o fiscal da oposição chegasse ao local de votação, o juiz distrital apresentasse uma lista pronta de nomes e informasse que a relação de fiscais já estava completa.

O artigo 148 da nova Carta conferiu ao presidente estadual o privilégio de receber e deferir recursos contra qualquer ato praticado no processo eleitoral para vereadores, prefeitos (criados nesta reforma) e juízes distritais. Bem como passou ele a ter a prerrogativa de reconhecer ou não eleitos, anular as eleições, nomear as mesas e juízes distritais e, até, nomear interventores nos municípios com a finalidade de exercer, por sua delegação, estas mesmas prerrogativas que lhes eram conferidas pelo mesmo artigo 149, parágrafo 2º. Pouco antes das eleições, o coronel Marcondes de Souza enviaria circular a todos os chefes políticos municipais que lhe eram ligados, recomendando que, passado o pleito, só remetessem as atas diretamente a ele, tanto as que seriam destinadas à Junta Apuradora, como as que deveriam seguir para o Congresso Estadual. E que, posteriormente, ele próprio as enviaria às instituições competentes.

As forças governistas não pretendiam subestimar a oposição. Havia um levantamento feito pelo advogado, economista e político de prestígio nacional, Cincinato Braga, indicando que a oposição no Espírito Santo era uma das mais fortes do país, “senão a mais forte.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. IV, 10.7.1916, p. 713). Depois de haver montado toda a severa estrutura legisferante, a oligarquia *monteirista* passou à ofensiva política. Foi lançado um manifesto em apoio à candidatura de Bernardino Monteiro, encabeçado pelo próprio presidente estadual. Entre os primeiros subscritores do documento estava o chefe de Polícia do Estado, Manoel Xavier Paes Barreto, acompanhado de Carlos Xavier Paes Barreto, procurador-geral do Estado e futuro chefe de Polícia.

Assinaram, ainda, o manifesto, vários deputados estaduais que tiveram os mandatos prorrogados. Pelo menos seis deles, mesmo com o parlamento estadual funcionando, atuariam como presidentes de Câmaras Municipais e integrariam as Juntas Apuradoras. Em 22 de dezembro, a convenção do Partido Republicano Espírito-Santense ratificaria a candidatura lançada.⁵³ Já prevendo a possibilidade de recrudescimento durante a batalha eleitoral, o governo estadual tratou de aumentar a força pública. O coronel Marcondes de Souza também lançou mão da prerrogativa, outorgada pela reforma constitucional, de intervir quando achasse conveniente.

No distrito de Accioly de Vasconcellos (atualmente, toda a região de Ibirajú e João Neiva), pertencente à época ao atual município de Linhares, alegou-se uma antiga imprecisão nas divisas para decretar uma intervenção.⁵⁴ O distrito era, na verdade, um importante reduto eleitoral do coronel Alexandre Calmon. O interventor destacado foi o tenente da Polícia Militar, Gastão Franco Americano, com poderes para nomear os membros da Mesa Apuradora, atribuição que seria do Juiz Distrital eleito pela comunidade.

A principal mudança da Constituição era, entretanto, a prorrogação dos mandatos do Congresso Estadual, habilitando os parlamentares a proceder ao Reconhecimento de Poderes do novo presidente eleito do Espírito Santo. Os deputados haviam sido eleitos em 9 de janeiro de 1913, sob a vigência da Constituição Estadual de 1910, que previa um mandato de exatamente três anos - portanto, encerrando a legislatura em 9 de janeiro de 1916. Outra reforma constitucional, de 13 de maio de 1913, já havia alterado a duração dos mandatos ao fixar seu encerramento para 9 de fevereiro de 1916. Estes 30 dias a mais de mandato foram acrescentados sob a justificativa de que a apuração dos votos dos futuros eleitos demandaria pelo menos um mês, porque a maioria do eleitorado era do interior do Estado. Então, com a nova reforma, mudava-se a data das eleições do

⁵³ A candidatura de Pinheiro Júnior seria lançada no dia 12 de janeiro, após pressões federais para a desistência de Bernardino. Moniz Freire foi consultado neste ínterim, ofereceu três nomes, mas nenhum foi aceito pelas partes.

⁵⁴ Decreto de Intervenção, assinado por Marcondes de Souza: "Art. 1º: Fica cometida ao interventor do distrito de Accioly de Vasconcellos, tenente Gastão Franco Americano, a atribuição de designar, no dia 10 do mês corrente, os membros componentes da mesa ou mesas eleitorais que deverão presidir as eleições para Presidente e Vice-Presidente do Estado e para Juiz distrital, a se realizarem no dia 25 deste mês, naquele distrito. Art 2º: No distrito a que se refere o artigo antecedente, por achar-se em litígio o seu território, não se realizará eleição para prefeito, nem para vereadores municipais."

Congresso Estadual para 3 de maio ficando, portanto, a conclusão dos mandatos para um mês depois, 3 de junho.

2.2 A POLÊMICA NO CONGRESSO NACIONAL

No Rio de Janeiro, o Congresso Nacional reabriu os trabalhos de 1916 no dia 3 de maio, com a leitura da Mensagem Presidencial. Já na mensagem, Wenceslau Brás informava providências tomadas em relação ao que chamou de *Caso do Espírito Santo*. No dia 12 daquele mês e ano, no Senado, foi apresentada a primeira indicação à Comissão de Constituição e Diplomacia daquele ano, exatamente a de número 1. Também tratava precisamente do tema. O senador João Luís Alves, autor do expediente, pedia um parecer a propósito da regularidade da reforma constitucional no Espírito Santo e sobre a constitucionalidade do ato do Congresso Estadual para reconhecer o novo presidente do Estado. A indicação foi precedida por um pronunciamento demorado, no qual o senador lembrou ter antes enviado correspondências a Marcondes de Souza e a Bernardino Monteiro, relatando criticamente suas preocupações a este respeito, mas que de ambos não recebera qualquer resposta.

O presidente da Comissão de Constituição e Diplomacia era o senador maranhense Fernando Mendes de Almeida,⁵⁵ que logo tomou seu lado na disputa travada no Espírito Santo e, em diversas ocasiões, assim se manifestaria. Foi levado, por esse posicionamento, a uma acirrada discussão com os senadores João Luís Alves e Domingos Vicente, que passaram a acusá-lo de parcialidade. A polêmica ampliou-se quando Mendes de Almeida concedeu entrevista ao vespertino carioca *A Rua*, perguntando “com que dinheiro os opositoristas aliciaram capangas, compraram armas e munições e sustentam a sua capangada? (ANAIS DO SENADO FEDERAL, v. II, 8.6.1916, p. 79).

⁵⁵ Mendes de Almeida era detentor do título de conde que obtivera da Santa Sé. Aristocrata, era filho do advogado e jornalista Cândido Mendes de Almeida, o Visconde de Vieira da Silva, defensor do bispo dom Vital de Oliveira, no episódio ocorrido em 1874 e conhecido como “Questão Religiosa.”

Interpelado, também publicamente, pelo senador Vicente, o conde Mendes de Almeida justificou que, tudo o que dissera, havia lido nos jornais *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Commercio*, *O Paiz* e no *Jornal do Brasil*, os quais publicaram que se encontravam no Rio de Janeiro embarcações da Alfândega e da Capitania dos Portos do Espírito Santo para recolher armas e munições adquiridas para derrubar o presidente Bernardino Monteiro. Tinha lido também que para o Espírito Santo seguiram “indivíduos que foram do Rio de Janeiro ganhando 5 mil réis diários para fazer uma revolução contra o governo e impedir a posse do presidente eleito legalmente.” Questionado ainda pelo deputado Torquato Moreira, Mendes de Almeida negou, no entanto, que tivesse insinuado que o patrocinador das despesas de 1:500\$000 (mil e quinhentos contos de réis) para a aquisição das armas e homens fosse o próprio presidente Wenceslau Brás.

O relator na comissão era outro aristocrata, o senador Manoel Alencar Guimarães.⁵⁶ Seu parecer sobre a Indicação de João Luís Alves estaria concluído em 5 de julho, mas só foi à votação, determinando o arquivamento da matéria, no dia seguinte, aproveitando-se da ausência do senador capixaba na sessão, em função de uma moléstia, ausência esta que ele justificaria depois - lamentando o procedimento da Mesa. O parecer foi, então, prontamente lido e aprovado, sem que ninguém houvesse requisitado a palavra à tribuna para debater o assunto.

No entanto, o sinal indicando a desvantagem da oposição capixaba no Senado Federal poderia ser percebido ainda no dia 26 de maio, quando o senador fluminense, Érico Marinho da Gama Coelho,⁵⁷ requereu a exclusão do nome de Bernardino Monteiro da lista de senadores, argumentando que ele já não o era, pois estava eleito presidente estadual e empossado desde o dia 13 daquele mês. Com cópias de telegramas que lhe foram enviadas do Espírito Santo, o senador Érico Coelho apostava na criação de um fato consumado. A artimanha seria reforçada por solicitações idênticas dirigidas à Mesa pelos senadores Raymundo Pontes de Miranda, José Euzébio, Mendes de Almeida e outros que se manifestaram em apartes.

⁵⁶ Alencar Guimarães era filho do diplomata Manoel Alencar Guimarães – o Visconde de Nácar. Fazia política no Paraná, onde foi deputado estadual por dez vezes, federal por cinco vezes e senador por duas vezes, além de governador. Muito ligado ao compadre de Marcondes de Souza, Pinheiro Machado, de quem se dizia porta-voz.

⁵⁷ O senador Érico Coelho se notabilizou pelas tentativas de legalização do Jogo do Bicho, apresentando projetos na Câmara Federal, quando deputado, pelo Rio de Janeiro, e depois no Senado.

Porém, na sessão do dia 29, o presidente de Senado, Urbano dos Santos da Costa Araújo comunicaria que a deliberação sobre estes pedidos manter-se-ia ainda na dependência do desfecho do parecer sobre a indicação de João Luis Alves. E assim foi feito. Tão logo se publicou, no *Diário do Congresso*, dia 11, a decisão determinando o arquivamento da Indicação número 1, o Senado declarou a vacância da cadeira do senador Bernardino Monteiro. Mais do que isso, o presidente do Senado Federal, Urbano dos Santos, comunicou ao governo do Espírito Santo que podia proceder à eleição para preencher a vacância constatada da outrora vaga pertencente a Bernardino Monteiro.⁵⁸

Tal encaminhamento repercutiu fortemente na Câmara dos Deputados, onde ainda era debatida a mensagem que o presidente Wenceslau Brás enviara em 31 de maio para que a Casa se manifestasse sobre a necessidade de intervenção federal no Espírito Santo.⁵⁹ Iniciou-se, então, aberto debate sobre uma *conspiração* visando submeter a Câmara dos Deputados às vontades do Senado. Alguns parlamentares reagiram, ameaçando apoiar um projeto, de autoria do deputado Afrânio Mello Franco, que tramitava na Casa, determinando que novos pedidos de intervenção fossem encaminhados primeiramente à Câmara. Lembravam que o Senado seria apenas “um tribunal de revisão, de emenda, de retificação” do que era produzido na Câmara Federal.

O *Caso do Espírito Santo* ensejou diversos debates teóricos sobre os mais variados temas no Congresso Nacional, naquele ano de 1916. O próprio parecer do relator da matéria refletiu uma preocupação muito presente daquela fase política do país, particularmente no que diz respeito às intervenções federais nos estados. O tema estava atualizado porque o governo anterior, de Hermes da Fonseca, tivera como um dos seus traços característicos a rotina intervencionista nos procedimentos políticos.

O relator na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara era o deputado federal paulista Arnolpho de Azevedo, produtor de café de Lorena, no Vale do Paraíba, e

⁵⁸ O senador paulista Urbano dos Santos acumulava a vice-presidência da República, cargo para o qual seria eleito novamente em 1922. Eleito como o vice do mineiro Artur Bernardes, morreu antes da posse.

⁵⁹ O deputado fluminense Pedro Moacyr chegou a dizer que a ação do Senado estava “fora de todos os princípios, de todas as praxes, ordenadas pela Constituição e pela alta cortezia que deve imperar sempre entre os membros e as duas casas do Poder Legislativo Federal.” Daí o comentário do deputado, também do Rio de Janeiro, Nicanor Nascimento, de que o Senado agiu como “o Conselho dos Doges.”

filho do Antônio Rodrigues de Azevedo Ferreira, o Barão de Santa Eulália. Na presidência da Comissão estava o deputado maranhense Francisco Cunha Machado, e os seus demais membros eram Prudente de Moraes Filho, Gumerindo Ribas,⁶⁰ Annibal de Toledo, José Gonçalves, Afrânio de Mello Franco⁶¹ e Maximiano de Figueiredo.⁶²

Ainda haveria, pela Comissão de Finanças, um parecer do deputado Barbosa Lima - colhido em razão do custo estimado (300\$000 (trezentos mil contos de réis)) para uma eventual intervenção federal no Espírito Santo. Barbosa Lima deu parecer favorável à liberação dos recursos destinados à intervenção federal.

Outros pareceres em separado e proposições substitutivas também foram debatidos e votados.

Até que se desse a votação final do parecer sobre a mensagem do presidente da República - o que somente ocorreria no dia 17 de agosto daquele ano - muitos acontecimentos tiveram lugar dentro do Congresso Nacional e, principalmente, no Espírito Santo.

Diariamente chegavam ao gabinete do presidente da República e ao Congresso Nacional telegramas procedentes de cidades, vilas e distritos capixabas, enviados por correligionários das duas facções políticas em disputa.

Além das mensagens telegráficas, muitas cartas e publicações na imprensa local e do Rio de Janeiro, davam conta de narrar os lances de crescente agravamento do conflito. A oposição necessitava de pressa na definição da Intervenção, pois seu movimento era de resistência, que minaria com o tempo.

O outro lado, ao contrário, com o tempo, ia consolidando posições.

No seu parecer, o relator começava dizendo que havia no Espírito Santo um “governo de fato”, e que só restava saber qual era o “governo de direito.”

⁶⁰ Deputado e jurista gaúcho ligado a Borges de Medeiros.

⁶¹ Genro de José Cesário de Faria Alvim Filho, presidente de Minas Gerais por duas vezes.

⁶² Deputado paraibano ligado ao então senador Epitácio Pessoa.

2.3 AS DUPLICATAS DE ELEITOS

Sob a vigência da lei nº 1.008, resultante da reforma eleitoral de 30 de outubro de 1915, no dia 25 de março realizaram-se as eleições para presidente estadual e vice, concorrendo duas chapas: uma encabeçada pelos cachoeirenses Bernardino Monteiro (presidente) e Antonio Francisco Athayde (vice); e a outra com o também cachoeirense José Gomes Pinheiro Júnior (presidente) e o linharenses Alexandre Calmon (vice).

A reforma havia extinguido a 2ª e 3ª vice-presidências. Passados os trinta dias, definidos pela legislação em vigor, para o recolhimento das urnas do interior, no dia 24 de abril ocorreu a apuração geral dos votos. No dia 25, também se realizaram nos municípios as eleições para prefeitos e vereadores.

Como o Espírito Santo tinha trinta e um municípios, a apuração estadual deveria ser processada com a presença de pelo menos quinze presidentes de Câmaras Municipais, conforme a legislação.

Os governistas reuniram vinte e duas representações, na sede da prefeitura de Vitória, e procederam as apurações, sob a garantia conferida por um *habeas-corpus* do Supremo Tribunal Federal. Imediatamente depois, diplomaram Bernardino Monteiro e Antonio Francisco Athayde.⁶³

Paralelamente, no mesmo dia e hora, os oposicionistas, reunidos numa outra sala, do mesmo prédio, organizaram uma Junta Apuradora com três presidentes de Câmaras Municipais e doze vereadores e suplentes de governadores municipais,⁶⁴ e fizeram sua própria apuração.

⁶³ Telegrama de Marcondes de Souza ao presidente do Senado Federal, informando sobre a apuração dos votos: "Vitória, 25 de abril – Tenho o prazer de comunicar V.Ex. que a junta apuradora das eleições realizadas neste Estado, em 25 de março de 1916, concluiu ontem às 10 horas da noite os seus trabalhos e expediu diplomas de Presidente e Vice-Presidente do Estado para o futuro quadriênio, respectivamente aos candidatos Senador Bernardino Monteiro e Dr. Antonio Francisco Athayde, eleitos o primeiro, por treze mil cento e dezenove votos e o segundo por treze mil cento e quarenta e seis votos. Os candidatos Dr. Pinheiro Júnior e o coronel Alexandre Calmon receberam o que a junta verificou, o primeiro três mil cento e cinqüenta e dois votos para Presidente e o segundo três mil cento e vinte e cinco votos para Vice-Presidente do Espírito Santo. – A Comissão de Constituição e Diplomacia."

⁶⁴ Como até a reforma de 1915 ainda não existia a figura do Prefeito, os municípios eram governados por uma Câmara, ou Intendência, onde um deles era escolhido pelos pares para administrar a cidade, com mandato de um ano.

Resultou daí a eleição de Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon, que foram, a seguir, devidamente diplomados como presidente e vice.⁶⁵

Faltava, além disso, a etapa mais importante das eleições na República Velha: o obrigatório Reconhecimento de Poderes dos eleitos, no caso, prerrogativa do Congresso Estadual. Conforme determinava a mesma lei nº 1.008, o Reconhecimento deveria se dar no dia 13 de maio.

Só que, antes desta data, no dia 3 de maio, ainda haveria a eleição do próprio Congresso Estadual, com o devido prazo dos trinta dias para a apuração de votos e diplomação dos deputados eleitos, de forma que os novos parlamentares do Congresso Estadual só estariam habilitados para o Reconhecimento formal dos eleitos para presidente e vice em 3 de junho. Quem, então, no dia 13 de maio, faria o Reconhecimento do presidente estadual e seu vice, eleitos em 25 de março, diplomados em 24 de abril?

Até então, portanto, já havia dois presidentes estaduais eleitos e diplomados, com seus respectivos vices. A questão agora era como efetivar o Reconhecimento. A oposição entendeu que os trinta dias previstos para a diplomação dos deputados estaduais eleitos a 3 de maio era apenas um prazo limite e que a diplomação bem poderia se dar antes do dia 13, data prevista pela legislação para o Reconhecimento da eleição do Executivo.

Deste modo, a oposição considerava que os novos deputados tinham competência legal para o ato. Já a outra facção defendia que os novos deputados eleitos em 3 de

⁶⁵ Telegrama enviado pela oposição à presidência do Senado Federal, informando sobre a sua apuração: "Vitória, 25 de abril – Temos honra comunicar V. Ex. foi instalada ontem, acordo disposições legais, junta apuradora eleição presidencial deste Estado para próximo quadriênio. Apesar edifício governo municipal achar-se repleto capangas e força polícia, conseguiram membros junta apuradora realizar ali trabalhos apuração maior ordem presença representantes jornais cariocas *Época*, *Imparcial*, *Correio da Manhã*, *Rua*, *Tarde*, desta capital; *Centro*, de Santa Leopoldina; *Jornal Notícia*, da Bahia. Concluíram hoje duas horas tarde apuração que deu seguinte resultado: para Presidente do Estado: Pinheiro Júnior, dez mil seiscentos e vinte sete votos; Bernardino Monteiro, três mil quatrocentos e treze votos; para vice-presidente: coronel Alexandre Calmon, dez mil quatrocentos e dois votos e Dr. Athayde Júnior, três mil quatrocentos e dois votos. Junta foi presidida pelo deputado Paulo Mello, qualidade presidente governo municipal Santa Leopoldina. Funcionaram como membros da Junta presidentes municipais Paulo Mello, Santa Leopoldina; Mariano Simões, Guarapary; José Castelo, Serra; Firmino Loureiro, Nova Almeida; Demósthene Magalhães, Vitória; Francisco Cardoso, Cariacica, Santos Provedel, Alfredo Chaves, João Moraes, Viana; Seraphim Tiburcio, Afonso Cláudio; Francisco Milagres, Linhares; Antonio Perine, Santa Tereza; Manoel Laurindo, Santa Cruz; Aguilar Moreira, Cachoeiro de Itapemirim, Mathunino Evangelista, Muquy; Francisco Alves, Rio Novo. Respeitosas saudações – Senador Domingos Vicente. – Deputado Paulo Mello. – Deputado Deoclécio Borges. – A Comissão de Constituição e Diplomacia."

maio somente estariam no pleno gozo de suas funções no Congresso Estadual depois do trigésimo dia de que falava a lei nº 1.008, ou seja, dia 2 de junho. E que até lá era o antigo Congresso Estadual quem tinha autoridade legal para o exercício do Reconhecimento de Poderes dos eleitos.

Assim, logo depois do dia 3, os deputados oposicionistas constituíram uma Junta Apuradora, escrutinaram os votos atribuídos aos novos deputados estaduais, que na seqüência foram dados como eleitos e diplomados para, em seguida, procederem ao Reconhecimento dos próprios poderes e instalarem extraordinariamente o Congresso Estadual no dia 13 de maio, a fim de promover o reconhecimento da eleição da chapa Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon.⁶⁶ A facção *monteirista*, por sua vez, esperou o dia 13 para convocar o antigo Congresso Estadual eleito em 1913 e que teve o mandato prorrogado até 2 de junho, e de tal modo encaminhou os trabalhos para proclamação do Reconhecimento de Poderes de Bernardino Monteiro e seu vice.⁶⁷ Pesou em favor de Bernardino Monteiro a transmissão solene do cargo, a entrega do palácio e de todo manejo administrativo e militar pelo presidente Marcondes de Souza, na manhã do dia 23 de maio do mesmo ano.

No entanto, no mesmo dia, também em Vitória, a oposição realizou um ato solene em honra dos seus eleitos e se deslocou no dia seguinte para Colatina, transferindo para lá a sede do governo estadual. Para Colatina também seguiram os deputados estaduais oposicionistas e, naquela vila, da mesma maneira, instalaram a sede do Congresso Estadual. Pinheiro Júnior logo se afastou do governo, partindo para o Rio de Janeiro a fim de acompanhar, na capital da República, o pedido de intervenção federal formulado pela oposição. Assumiu o governo o vice, coronel Alexandre

⁶⁶ No dia 13 de maio, assinado pelos deputados estaduais ditos da nova legislatura, Joaquim Guimarães, Flávio Coutinho e Mário Aguirre, membros da Mesa do Congresso Legislativo do Espírito Santo, seguiu para a presidência do Senado Federal o telegrama informando do reconhecimento dos poderes do presidente e vice-presidente eleitos, Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon. Num outro telegrama, os deputados federais Paulo Mello e Deoclécio Borges relatam que o ato de reconhecimento foi aprovado por unanimidade dos 17 deputados estaduais presentes: Joaquim Guimarães, Flávio Coutinho Pessoa, Mário Aguirre, Joaquim Lyrio, Luiz Américo, Arthur Velloso, Pena Lima, Celso Calmon, Sacramento Vieira Machado, Idelfonso Miranda, Rocha Tavares, Ducla Aguiar, José Espínola, Paula Moraes, Arthur Coutinho, Aldano Paiva, Araújo Silva e Serafim Tibúrcio.

⁶⁷ A facção *monteirista*, também no dia 13, envia telegrama ao Senado, dando ciência do reconhecimento da eleição de Bernardino e Athayde, assinado pelos deputados Geraldo Vianna (presidente), Virgílio Silva, João de Deus, Schwab Filho, Ubaldo Ramalhete, Barros Júnior, Henrique Laranja, Porfírio Furtado, Bernardes Sobrinho, José Maire, Marcílio Lacerda, Nestor Gomes, Etienne Dessaune, César Machado, Francisco Rocha, Felinto Martins, José Cupertino, Antonio Honório, Manoel Monjardim, Cyrilino Simões e Sebastião Gama.

Calmon, que passou a reunir os meios para a resistência, que duraria trinta e três dias.

Todos os municípios foram polarizados ,e em muitos deles, parte da população acabou envolvida nas desavenças. Os dois lados passaram a empreender sua ação da seguinte forma: primeiro, arrebatavam o poder local, com a conseqüente fuga dos perdedores, ou passavam a exercê-lo em paralelo ao outro agrupamento; depois, solene e publicamente, proclamavam fidelidade aos líderes que lhes eram correspondentes no plano estadual; e, a partir daí, telegrafavam aos outros municípios e ao Rio de Janeiro dando ciência do acontecido.

Pelos telegramas chegados à presidência da República e ao Congresso Nacional, observa-se que tinham um traço em comum: todos justificavam o procedimento recorrendo à menção das normas legais. Um lado referia-se sempre a obediência à legislação de 1913 e o outro à lei da reforma, de outubro de 1915. Uma característica comum das mensagens de ambas as facções era a denúncia, de parte a parte, de violentas arbitrariedades praticadas pela corrente adversária.

Tudo isso só fez crescer a agitação e o confronto em todos os municípios, começando por Vitória - razão pela qual a oposição se deslocou para o interior. Nas primeiras horas da noite do dia 22 de maio, a capital capixaba foi tomada por intenso tiroteio. No dia anterior, já circulavam os boatos prevendo enfrentamento envolvendo policiais e jagunços dos dois lados. Às oito horas da noite, a energia elétrica e a comunicação telegráfica de Vitória foram cortadas. Os adversários se acusavam pelo atentado e pela fuzilaria que se seguiu tão logo uma pequena multidão, reunida defronte ao Hotel Internacional,⁶⁸ no centro da cidade, começou a saudar a investidura de Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon como presidente e vice do Espírito Santo.

Ambos estavam no interior do hotel, junto com os novos deputados, preparando para o dia seguinte um ato político, revestido de alguma grandeza, a fim de contrastá-lo com o evento protocolar de entrega do palácio governamental aos adversários, na Cidade Alta, na mesma hora. A presença de Pinheiro Júnior em Vitória devia-se à insistência dele mesmo, porque no dia 20 o capitão do Porto,

⁶⁸ O antigo Hotel Internacional ficava na antiga rua do Comércio (atualmente avenida Florentino Avidos), próximo ao velho Porto dos Padres, com os fundos para o início da Avenida República pelo lado direito. Podia ser avistado a partir do palácio presidencial, a cerca de duzentos metros dali.

Reginaldo Teixeira, tinha telegrafado ao deputado Paulo de Mello considerando o seu comparecimento uma temeridade, “face numerosa força às ordens do governo do Estado que, como o amigo sabe chegará ao último extremo para conseguir seus fins.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11.7.1916, p. 757). O capitão da Marinha chegou a negociar com as autoridades estaduais o desembarque de Pinheiro Júnior no porto de Vitória, para que ele pudesse chegar ao evento no hotel. Este oficial era mantido informado sobre os acontecimentos pelos jornalistas Luiz Adolpho Thiers Velloso⁶⁹ e Arthur Cardoso Aguirre. Dias antes, os dois tiveram suas respectivas residências atacadas pela Polícia, razão pela qual passaram a ficar mais escondidos, buscando contato regular com a autoridade federal.

Com o tiroteio na porta do hotel, a multidão dispersou, porém, os líderes oposicionistas terminaram por passar a noite no recinto, porque nas ruas os disparos durariam por toda a madrugada. Perto dali, o edifício onde se localizava o oposicionista jornal *A Tarde* foi cercado pela Polícia e “espingardeado”, conforme telegrama depois enviado ao presidente da República e à presidência do Congresso Nacional, descrevendo a noite de “terror.” A Polícia invadiu o cômodo onde ficava a oficina do jornal, para empastelá-lo.

No dia 24, já com muitas lideranças da oposição fora de Vitória, a repressão recrudesciu na capital. O jornal foi mantido sob o cerco até que a Polícia, alegando que dentro do prédio havia armas, proibiu a entrada e saída de pessoas. Nem alimentos os redatores confinados no seu interior puderam receber. Os policiais, por fim, invadiram a redação e, então, prenderam o capitão Therêncio Rosa, diretor-gerente do jornal. Este mesmo capitão, desde o dia anterior, havia pedido um *habeas corpus* ao Juízo Federal do Vitória e aguardava o despacho da medida para deixar o imóvel em segurança. Do lado de fora do prédio do vespertino, as pessoas se aglomeraram, para tentar constranger a ação policial. O deputado federal Paulo de Mello, a salvo dentro da sede dos Correios (TATAGIBA, 2005, p.24),⁷⁰ que estava guardada por cinquenta soldados do Exército enviados na semana anterior

⁶⁹ Thiers Velloso, baiano, advogado, escritor e jornalista fundaria, em 1928, o *Jornal A Gazeta*, que muitos anos mais tarde passaria ao controle dos descendentes da família Souza Monteiro.

⁷⁰ A Agência dos Correios também ficava na Avenida República, a poucos metros do Hotel Internacional, o que indica que a sede do jornal era nas vizinhanças. A informação sobre o endereço dos Correios é de José Tatagiba (2005, p. 24).

pelo presidente Wenceslau Brás, pôde testemunhar, através da janela, a cena da invasão. Ele contou o que viu num telegrama que enviou ao Congresso Nacional.⁷¹

A imprensa ficou monopolizada nas mãos do governo.

No dia 23 o jornal governista *A Ordem* provocava, na primeira página, pretendendo indagar:

Para que insiste o Sr. Pinheiro Júnior em pôr em seu respeitável nome um epíteto zombeteiro, o de presidente de bobagem? Deixe-se disso. Volte a seus quietos propósitos de estudo e meditação, abandone os maus amigos que o cercam: não vá atrás de cantigas nem de palavras, convença-se de que no palácio presidencial de Vitória S.S. não tomará assento. É presidente do Estado o Sr. Dr. Pinheiro Júnior, e quem tem palácio, dinheiro e forças, três elementos de que dispõe o Senador Bernardino (sic).

Antes de partir para Colatina, Pinheiro Júnior telegrafaria para o presidente da República relatando o ocorrido e concluindo:

(...) esta lamentável situação exclusivamente criada pelos amigos do governo [Marcondes de Souza], cujo mandato hoje findou, para se poderem perpetuar no domínio do Estado, contra a livre vontade do povo espírito-santense, encontra, entretanto, remédio indispensável na Constituição [federal] de 24 de fevereiro de 1891, quando confere ao chefe do Executivo Nacional, ao Governo Federal, enfim, o poder de intervir nos Estados para normalizar situações como esta a que venho aludir.

Estava desencadeado o pedido de intervenção no Espírito Santo. O deputado federal Paulo Mello, sentindo-se ameaçado, enviou telegrama para o presidente da Câmara dos Deputados narrando que as pessoas, em Vitória, estavam sendo revistadas pela Polícia quando saíam às ruas; grupos de policiais faziam ronda com carabinas e que ele mesmo se achava “sem garantias de vida” se saísse da sede dos Correios. O deputado federal Deoclecio Borges só foi retirado do hotel com a ajuda do capitão Reginaldo Teixeira. De lá, foi levado rapidamente com a família ao abrigo da Escola de Aprendizes de Marinheiro, na cidade do Espírito Santo (hoje

⁷¹ Telegrama do deputado Paulo de Mello: “Acabo de assistir do edifício do Telegrapho arrombamento da porta entrada da *Tarde*, meio mais de cem pessoas que admiram este acto de verdadeira tyrannia. Desde hontem que homens estavam lá foram retirados pretexto arrombamento ter armas já corre Juízo Federal pedido *habeas-corpous* favor redatores que não podiam entrar no edificio.”

Vila Velha). Naquela unidade militar federal ele ficou sob a proteção do comandante Aguirre. O deputado não podia voltar para sua casa porque, na noite anterior, ela fora metralhada. Outros opositores tiveram que se esconder em casas de militares amigos.⁷²

Sobre a agitação havida na noite anterior, Bernardino Monteiro também externaria sua versão, culpando a oposição. Em telegrama que enviou ao presidente Wenceslau, ele descreveu que “depois de interromperem a iluminação elétrica da capital, dinamitando torres de fios condutores de energia, atacaram subitamente e a um tempo todos os edifícios públicos, servindo-se para esse fim de armas de guerra manejadas por grande número de desordeiros, cautelosamente emboscados.”

No dia 26, Bernardino Monteiro voltou a telegrafar para o presidente da República, desta vez para proclamar a sua lealdade ao governo federal, recordando que no rumoroso período que decorreu da apresentação da sua candidatura evitou dar entrevistas sobre o veto que lhe foi imposto pelo próprio Wenceslau Brás, pois não pretendeu ser “veículo de comentários estéreis, inconvenientes e impatrióticos.” Concluiu prometendo que, daí em diante, estaria “envidando todos os esforços para que a situação econômica, financeira e política do Espírito Santo nenhum desgosto ocasione” ao presidente da República.

As lutas pelo controle do poder local nos municípios, vilas e distritos se acirraram a partir da posse dos dois presidentes estaduais e se estenderam até o início de agosto. O governo do presidente Bernardino Monteiro enviou forças militares para Alegre, Itapemirim, Afonso Cláudio, Santa Leopoldina, Santa Tereza e Pau Gigante. É que, nestes municípios, a luta ficou mais exacerbada. Em outros, as próprias forças policiais locais foram suficientes para conter a oposição.

Em Alfredo Chaves, a oposição estava no poder local. Mas a facção *monteirista*, em 23 de maio, reuniu-se numa residência particular para dar posse ao o prefeito Pinto Júnior, junto com os vereadores Casotti Piovesan, F. Togneri, Guardia Bertoldi e Colombo Guardia. No edifício do governo municipal de Alfredo Chaves, entretanto, quem estava assumindo eram os vereadores Antonio Cardoso da Silva, Santo

⁷² Ilustrando esta alternativa de proteção, foi lido na Câmara um telegrama enviado de Vitória: “Cidade anarchizada. Durante toda noite formidável tiroteio ruas, ficando cidade escuras. Todos nós ameaçados morte. “Tarde” diversas casas cercadas polícia, numerosas prisões. Capangas governo carabinas hombros percorrem ruas catando opositores. Peço providencias garantir vida própria família. Estamos refugiados casa coronel Almeida. Impossível sair rua. Responda.- Cláudio.”

Provedel, Antonio Gava, Pasinato Guisepe e Olympio Rangel. O prefeito deste grupo, Guido Wat Doëllinger, foi anunciado no dia 25.

No Município de Serra, reduto oposicionista, liderado pelo deputado Torquato Moreira, Marcondes de Souza se antecipou, destituindo o juiz Distrital. Dos sete membros do Conselho Municipal, cinco eram da oposição, que obteve ainda a adesão do coronel Antonio Madruga, quando ele abandonou a facção *monteirista* em razão da amizade pessoal com o deputado Deoclécio Borges. Os dois lados entraram em conflito, elegendo duplicatas de prefeitos e vereadores - além de juizes distritais. No dia 24, na residência do vice-presidente da Câmara, José Castello, tomaram posse os vereadores. Na presidência ficou o major Cipriano Pereira Silva e, na vice-presidência, Manoel Rocha Pimentel. Os demais eleitos foram João Miranda, Manoel Sobrinho, João Vieira, Manoel Ignácio, João Costa e José Castello. Porém, dois dias depois, as forças do governo reagiram. No principal edifício público de Serra foi realizado um outro ato dando posse a um outro presidente da Câmara Municipal, Francisco Nunes da Fraga, e aos vereadores João Miguel, Izael Fraga, Nichea Monarayas, Zacarias Miranda, Manoel Miranda e o Padre Luiz Cláudio. À frente da prefeitura ficou Fraga Ramos. O delegado de Polícia, Ubaldo Nascimento, foi destacado para acompanhar os trabalhos e garantir a posse de todos.

Em alguns municípios, a tomada do poder local não precisou acontecer, como em Anchieta e Colatina, onde as forças ligadas a Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon detinham total controle. Em Anchieta, o prefeito era o coronel Francisco Erontino Tavares e a Câmara Municipal era presidida pelo oposicionista por Alcides Costa. Os demais vereadores estavam na mesma corrente: Benedito Nunes, Lafayette Ramos, Francisco Correia e Juvêncio Vianna. Mas, no dia 24 de junho, haveria “manifestação acintosa, seguida de tiros de revólveres e gritos de morra a oposição, no centro da cidade”, por causa de um boato dando conta que o *monteirismo* lograra reconhecimento na Câmara dos Deputados. No processo de revanche, tentaram matar o prefeito, conforme acusação formulada por Marcelino Vasco, Lindner Barros, Alberico Carneiro e Álvaro Rocha.⁷³

⁷³ Estes quatro oposicionistas assinaram um telegrama enviado à Câmara Federal, denunciando o atentado.

Em Colatina, sede do município de Linhares, o presidente da Câmara era o próprio Alexandre Calmon. Seu vice era Ângelo Giuberti.⁷⁴ O prefeito municipal era o primo de Xandoca, Augusto Pedrinha Du Pin Calmon.⁷⁵

Em São Mateus, onde Alexandre Calmon morou e lecionou,⁷⁶ as forças políticas locais ficaram ao seu lado: o prefeito Jayme Andrade, o presidente da Câmara Municipal, Antonio Carvalho Campos, e os vereadores Cosme Motta e Bento Silvas de Souza. Também em Barra de São Mateus (hoje Conceição da Barra), o prefeito local, Brasil Vasconcellos, alinhava-se com o coronel Xandoca. Somou-se ainda o apoio do presidente da Câmara Municipal, Lourenço Bernardo Vieira, e dos vereadores Menegundes Machado, Manoel Vasconcelos, Belarmino Bento Ferreira, Aprígio Senna, José Pereira e Alexandrino Sebastião Fonseca.

2.4 A DISPUTA ARMADA

Na importante Vila do Alegre, o conflito começou logo depois da eleição de 25 de março, para a Intendência Municipal (Prefeitura). O resultado, apurado pelas forças governistas, foi favorável a Júlio Gomes da Fonseca. Mas, no dia 14 de abril, o opositor Francisco de Sales Amorim reuniu homens armados e tomou o poder, instalando uma Junta Governativa Revolucionária. (BRAVO, 1998, p. 54). As forças ligadas ao *monteirismo* abandonaram a cidade. O jornal *O Alegrense*,⁷⁷ porta-voz da facção situacionista, parou de circular no dia 16 de abril, só voltando à normalidade em 4 de junho. Em editorial, neste dia, justificou a interrupção explicando que seu “diretor-gerente foi forçado a refugiar-se pelas fazendas vizinhas e bem assim as demais pessoas fiéis ao governo constituído, durante a incursão e permanência dos cangaceiros nesta vila em serviço da oposição.”

A fuga em massa dos seus aliados causou grande preocupação ao presidente Marcondes de Souza. A vila era a base política do deputado estadual *monteirista*

⁷⁴ Pai do futuro prefeito de Colatina, vice-governador e senador do Espírito Santo, Raul Giuberti.

⁷⁵ Pai do futuro senador capixaba, João de Medeiros Calmon.

⁷⁶ É desta época o apelido de “professor Xandoca”, depois agregado também ao “coronel Xandoca.”

⁷⁷ Este jornal fora adquirido pelo governo municipal em 3 de maio de 1913, por dois contos de réis, e servia às forças *monteiristas*.

Marcílio Teixeira de Lacerda.⁷⁸ Além disso, a oposição local era uma força tradicional e existia desde o governo de Jerônimo Monteiro. Em 2 de janeiro de 1911, Jerônimo Monteiro teve que enviar à Vila do Alegre uma força policial para invadir a Câmara Municipal e depor Pedro Augusto Charpinel, que havia vencido as eleições de 26 de dezembro de 1910. No lugar deste e cumprindo ordens do governo, o comandante da força, alferes Otávio Antunes, impôs no cargo Sebastião Monteiro da Gama, o Tatão Gama, que havia sido derrotado na eleição na semana anterior. O militar aproveitou para afastar do legislativo todos os vereadores da oposição. (AMORIM, 1981).⁷⁹

Marcondes de Souza, então, novamente recorre à força contra a oposição da Vila do Alegre, com cinqüenta soldados, sob o comando do tenente Anthero Alfenas Lopes. A tropa chegou no dia 13 de maio, dia em que os dois congressos estaduais promoviam, em Vitória, o Reconhecimento de Poderes dos seus respectivos presidentes eleitos. Porém, a vila estava sob o controle da oposição, que se entrincheirara nos prédios públicos municipais e federais. O tenente, quase sem opção para alojar e posicionar os soldados, decide invadir a igreja da Freguesia de Nossa Senhora da Penha do Alegre, localizada estrategicamente na parte mais alta do centro da vila. Até o dia 27 de junho, não haveria ali nenhuma atividade religiosa.

A igreja foi transformada em quartel das forças *monteiristas*. O pároco, José Benjamin Cerqueira,⁸⁰ denunciaria por escrito o abuso ao vigário geral diocesano, monsenhor Francisco Pimenta. A presença dos militares dentro da igreja provocou um ambiente de hostilidade junto à população local. Os dois lados entraram em confronto armado por diversas vezes, ao longo dos 45 dias em que a oposição manteve-se no poder na Vila do Alegre.

⁷⁸ O deputado seria eleito, naquele ano, presidente do Congresso Estadual, função de extrema confiança para o governo de Bernardino Monteiro. Seria depois eleito senador (1918-1923) pelo Espírito Santo.

⁷⁹ AMORIM, Joaquim Pires. *Jornal Mensagem*, edição de 31 de março de 1981, sob o título *Páginas do Passado*. Alegre. ES

⁸⁰ “Deram-se vários acontecimentos políticos a ponto de a oposição tomar a Intendência Municipal, desarmando a Polícia que a defendia e depôs as autoridades locais. Em virtude disto o governante do Estado mandou para esta villa uma força de 50 soldados de polícia que invadiu a igreja, cessando, por este motivo, o culto e lá estiveram até 27 de junho de 1916. Quando a força chegou ao Alegre em 13 de maio de 1916, o comandante desta força, Anthero Alfenas Lopes, dirigiu-se ao vigário e pediu licença e o vigário concedeu e acompanhou o mesmo tenente, depois pediu para lá ficar uma guarda à porta, o que atendeu também o vigário, mas ele depois, abusivamente, fez da igreja quartel cometendo a referida força vários desacatos.” Livro do Tombo da Matriz de Nossa Senhora da Penha do Alegre).

Depois de muitos combates, a situação começou a inclinar em favor da oligarquia *monteirista*. A oposição, menos confiante no sucesso final da sua ação em escala estadual, teve que deixar a vila no dia 23 de maio. Providenciou um trem que a levou para a cidade mineira mais próxima, Carangola. Junto com os líderes, seguiram centenas de famílias. No mesmo dia, Júlio Gomes tomava posse como prefeito municipal, sob a proteção da força da Polícia Militar, que permaneceu na Vila do Alegre. O prefeito não ficaria nem um ano no mandato, renunciando em 1917. Tampouco o tenente Anthero Lopes pôde finalizar o trabalho de repressão, porque morreu no dia 30 de junho, de hidrofobia. Fora mordido por um cão raivoso e ficara vários dias sem o devido socorro, porque a confusão alterara totalmente a rotina da vila e a deixara sem médicos (BRAVO, 1998)⁸¹ e assistência. Alegre ficou, inclusive, com grandes dificuldades no serviço de transporte ferroviário. O periódico governista *O Alegrense* chegou a noticiar a ida para o Rio de Janeiro do “brioso oficial da nossa milícia” quando ele finalmente conseguiu pegar o trem, em 15 de junho.

Quanto ao padre José Benjamin Cerqueira, que ficara ao lado da oposição, foi imediatamente substituído. O monsenhor Francisco Pimenta nomeou para seu lugar, ainda no dia 28 de julho, o vigário João Alberto Deleyose, que antes atuava em Córrego do Veado (Guaçuí). Sua posse, em 2 de agosto, contou com a presença do padre José Liovesi, enviado pelo bispado estadual, com a missão de resgatar o prestígio da Igreja, abalado com a remoção do José Benjamin Cerqueira para Estrela do Sul, em Minas Gerais.

Base política tanto de Bernardino Monteiro como de Pinheiro Júnior, em Cachoeiro de Itapemirim não houve mudança na correlação de forças, apesar da tensão e da violência. Os dois lados mantinham-se consolidados nas suas posições. Na eleição do dia 25 de março produziram-se duplicatas de prefeito e vereadores. No entanto, forças do *monteirismo*, temendo que na cidade se repetisse o que acontecera em Alegre, reprimiram duramente as manifestações da oposição, inclusive em praça pública.⁸² Isso não impediu, no entanto, que Luiz Pinheiro, eleito pela oposição como

⁸¹ Conforme Carlos Magno Rodrigues Bravo, desde 1914 Alegre contava com pelos menos dois médicos (José Augusto de Carvalho Gama e Vicente de Paula e Silva) e um acadêmico (Augusto Barros Júnior) que atuaram no combate a um surto de varíola naquele ano. (BRAVO, 1998).

⁸² Telegrama, assinado por Alziro Vianna, Fernando Abreu, Teixeira Mesquita e Anacleto Ramos - destinado ao presidente da República – denunciava no dia 16 de junho: “Levo ao conhecimento de V. Ex. que a polícia acaba de atacar o povo inerte, na praça pública, fazendo muitas vítimas. A cidade está entregue aos jagunços que, comandados por oficiais de polícia, atiram contra amigos do Dr. Pinheiro Júnior. Pedimos a V. Ex. imediatas providencias. A situação é de terror.”

presidente da Câmara Municipal, tomasse o prédio do legislativo. Reuniu os vereadores, em sessão permanente, e telegrafou para a Câmara dos Deputados assegurando que a Casa, em sessão solene “unanimesmente aprovou moção de franco apoio ao governo legal de Pinheiro Júnior”, no dia 25 de maio. Nas ruas de Cachoeiro de Itapemirim, a violência se espalhou e durou quase um mês. Os comerciantes, nacionais e estrangeiros,⁸³ fecharam as portas no dia 17 de junho em razão dos “tiros e fuzilaria, existindo civis mortos e vários feridos”. Pediram providências ao governo federal contra a ação das forças policiais estaduais, que eram auxiliadas por jagunços.

No município de Itapemirim, o prefeito Ângelo Brighente exprimiu adesão a Pinheiro Júnior, numa sessão solene realizada na Câmara Municipal, sob a presidência do vereador Waldemiro Alves. Estavam presentes os vereadores Arsênio Evangelista de Jesus, Joaquim Ferreira Borges, Franklin Gomes Moreira e Ormino de Freitas Mello. Entrementes, em Itapemirim, também houve mortos e feridos, porque o município não contava com qualquer estrutura federal de proteção aos opositoristas.

Guarapari era reduto da oposição e, também lá, aconteceram manifestações favoráveis à oposição por parte do prefeito, Mariano Simões, e dos vereadores Rodrigo Oliveira (presidente), Custódio Gonçalves, Ataliba Reis, Joaquim Arantes, Arlindo Alcântara e Manoel Alves. Só que, em agosto, quando a facção de Bernardino Monteiro já estava no completo controle da situação, as perseguições começaram. A residência do deputado Deoclécio Borges foi, então, invadida por jagunços, que arrancaram as torneiras e todo o sistema de encanamento, a fim de que os empregados do deputado não se servissem de água. No início daquele mês, inclusive, o capitão Antonio Ferreira - primeiro suplente de juiz federal - ligado a Deoclécio Borges, fugira com a família para Benevente. Em fuga da polícia, também abandonou Guarapari o capitão Sizenando Fernandes Martins. Na seqüência das intimidações, até mesmo uma fonte aquática em praça pública, construída em homenagem ao deputado por ter ele instalado na cidade a rede de água, foi destruída.

⁸³ João de Deus Madureira, Alfredo Lima Filho, Sattuff, Gil Moreira, Ataliba Almeida, José Fernandes de Souza, Olympio Pereira, Milton Pinheiro Alves, Luiz Silva Pinheiro e Estanislau Pires Braga.

Também em Santa Tereza, os oposicionistas assumiram o controle, sob o comando do prefeito Orlando da Silva Rosa Bomfim⁸⁴ e do seu vice, Miguel Piziolo. Da mesma forma, em Piúma, a situação local apoiava a eleição de Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon. O prefeito era Trajano Bourguignon Vianna e os vereadores na mesma linha eram Camillo Pires Martins, Luiz Paulino Baptista, Joaquim Seraphim Anjos, João Gomes Portela e Alexandrino Antonio Cardoso.

O prefeito de São José do Calçado, Horácio Lobo, e os vereadores Alcebiades José Gomes, Manoel Joaquim Bento, Samuel Marçal da Silva, Manoel Baptista de Moraes e Virgílio Rosa Vieira, igualmente disseram-se solidários com a chapa oposicionista. Em Pau Gigante houve conflito, porque a corrente oposicionista elegeu seus vereadores, mas não pode assumir “devido à grande força do governo embalada para impedir a posse.” Ficaram ao lado da oposição estadual os vereadores Sarcinelli Antonio, Olindo Garcia, Vescovi Giuseppe e Gocólito Modesto.⁸⁵

Os oposicionistas contaram com o apoio, ainda, do prefeito de Rio Novo, Nestor Athayde, e dos vereadores Joaquim Alves Abessalli e Osório Martins José Real. Além disso, em Rio Pardo (hoje região de Irupi, Ibatiba e Lúna) também fizeram atos em favor da oposição o prefeito, João Faria Bicalho, e os vereadores Francisco Tristão Costa Soares, Alfredo Baptista Araújo, Antonio Pereira da Silva, Joaquim Gomes Ferreira e Francisco Gonçalves Andrade. Em Viana, base política do senador Domingos Vicente desde o tempo do Império, o povo, o próprio prefeito - José Modenesi - e o presidente da Câmara Municipal, Silvio Moneglia, estavam ao lado de Pinheiro Júnior.

Os conflitos mais violentos se deram em Afonso Cláudio, Vila de Colatina, Boa Família e Alto Guandu - parte desta região compreende atualmente Itaguaçu, Laranja da Terra e Itarana. Em Afonso Cláudio foram registradas pelo menos vinte e duas mortes, inclusive a de um deputado do novo Congresso Estadual. Quando a luta desencadeou, o poder municipal foi logo controlado pela oposição, sob o comando do presidente da Câmara, coronel Seraphim Tibúrcio da Costa, no dia 23

⁸⁴ Pai do advogado trabalhista e líder comunista, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Minas Gerais, Orlando Bomfim Júnior.

⁸⁵ Telegrama transmitido do aparelho da estação ferroviária de Lauro Müller (atualmente Ibirapu), dia 25 de maio. O que indica também algum controle da oposição sobre a estratégica ferrovia Vitória a Minas. Marcondes de Souza radicalizou na intervenção no distrito de Acióli, a poucos quilômetros dali, tendo em vista impedir que a oposição se apossasse por completo da estrada de ferro, que era a principal ligação com Colatina.

de maio. Muitos adversários tiveram que abandonar a cidade. Mas Afonso Cláudio era o alicerce político de um importante quadro da oligarquia Monteiro. Tratava-se do coronel Ramiro de Barros Conceição, que em 1902 disputara, pelo Partido da Lavoura - criado por Jerônimo Monteiro -, a presidência estadual contra Moniz Freire.

O coronel Ramiro Conceição não estava em Afonso Cláudio por ocasião dos conflitos, pois se achava em missão no exterior. (SOUZA, 1993).⁸⁶ O controle da cidade só mudaria de mãos quando o coronel Seraphim Tibúrcio batesse em retirada, com seus homens, no dia 25. É que, neste dia estava chegando a Afonso Cláudio um numeroso contingente da Polícia Militar, comandado pelo temido capitão Ramiro Martins, tio do presidente Bernardino Monteiro e de Jerônimo Monteiro.

O coronel Seraphim Tibúrcio da Costa se protegeu com suas forças em sua fazenda, na região. Mas, mesmo lá, foi atacado pelas forças da Polícia Militar, que foram ao seu encalço no dia 27. O enfrentamento armado havido na sede do município e, depois, na fazenda do coronel, resultou na maioria das mortes, conforme informação levada à Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro. O capitão Ramiro Martins, contudo, não contava com a chegada de reforços da oposição, sob o comando do coronel e deputado eleito para o novo Congresso Estadual, Antonio Martinho Barbosa. Este fora enviado em auxílio do coronel Seraphim Tibúrcio da Costa, por ordem do coronel Alexandre Calmon. O capitão Ramiro Martins, então, recuou e voltou para Afonso Cláudio para se organizar e informar ao governo sobre as dificuldades encontradas. Enquanto isso, seus soldados executaram várias prisões dos adversários, entre eles dois líderes oposicionistas, Francisco Vasconcellos e João Frizzera, que foram barbaramente espancados.

Bernardino Monteiro começou a perceber, àquela altura, que o enfrentamento com a oposição passaria a exigir mais força e, por isto, enviou para Afonso Cláudio quase todo o contingente da Polícia Militar do Espírito Santo. Lá, seu tio ainda tratava de

⁸⁶ Republicano histórico, o coronel foi amigo de Afonso Cláudio de Freitas Rosa que, quando presidente estadual, apoiara a emancipação de Alto Guandu. Nas disposições transitórias da Constituição de 1892, o lugar recebeu a denominação que conserva até hoje. O coronel Ramiro Conceição havia sido diretor de Finanças (secretário de Fazenda) na administração de Jerônimo Monteiro e, de 1916 a 1918, foi negociador, em Paris, da dívida estadual junto aos credores internacionais por delegação do presidente Marcondes de Souza. Só voltaria ao Espírito Santo no governo de Bernardino Monteiro para assumir outro cargo de confiança na área fazendária. Stella Hadad de Souza. Buscando a tradição de um povo (A história de Afonso Cláudio). Vitória. 1993. Acervo da Biblioteca da Ufes.

recrutar toda a capangada disponível, conseguindo juntar cerca de 160 jagunços, pagos a \$5 (cinco réis) e a \$10 (dez réis) a diária⁸⁷. Eles atuavam como força auxiliar da Polícia. Estava claro que o sucesso da empreitada militar do governo passava antes pela derrota do coronel Martinho Barbosa. Só depois é que teriam aberto o caminho para entrar em Colatina, onde estava a sede do governo oposicionista.

O capitão Ramiro Martins, finalmente, recebeu ordem para atacar Boa Família, onde estava concentrada a milícia do coronel Martinho Barbosa, chefe político do lugar. De Boa Família, o capitão Ramiro Martins pretendia seguir direto para Colatina. Na iminência do confronto, um telegrama é imediatamente enviado ao Rio de Janeiro. Era o presidente da Câmara Municipal de Boa Família, Lucas Câmara, avisando as autoridades federais que o coronel Alexandre Calmon, sabendo do plano de ataque do governo, tratou de enviar um forte contingente armado na direção de Boa Família para o “encontro com o inimigo” e que a oposição responsabilizaria “o Dr. Bernardino Monteiro pelo já inevitável derramamento de sangue.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume III, Sessão de 22.06.1916, p. 164).

Bernardino Monteiro reage, negando a intenção de atacar Colatina. Alega que o movimento das suas tropas tinha caráter defensivo e que, por isto, pretendia “permanecer nesse propósito” até que fosse “solucionada a Indicação submetida à apreciação do Congresso nacional.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1916, Volume III, Sessão de 30.06.1916, p. 246). Ou seja, Bernardino se compromete com o presidente do Senado Federal a não atacar Colatina até que sua eleição para presidente estadual fosse colocada fora de dúvida pelo Congresso Nacional, com a votação dos pareceres que ainda eram debatidos na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal e na Comissão de Justiça e Diplomaciação do Senado Federal.

⁸⁷ Parte dos contratados era de criminosos sentenciados por assassinatos, os quais eram *perdoados* e soltos sob a condição de ajudar a Polícia. Um deles era Manoel Joaquim da Costa, de Rio Pardo, condenado a 29 anos e nove meses de prisão, em 1913. Outro era Manoel Pereira dos Santos, condenado a uma pena de 30 anos em abril de 1912, na Comarca de Guandu. Muitos jagunços foram recrutados em Minas Gerais, pelo coletor estadual, Francisco Monteiro, que fechou a Coletoria Estadual de Alegre e foi a Carangola contratar pistoleiros mineiros a cinco réis. A escolha do coletor para o trabalho levou a oposição a denunciar o uso do dinheiro público na contratação dos jagunços. Um outro aliciador de capangas da oligarquia era Francisco Assis, também denunciado em pronunciamento na Câmara Federal. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, em diversos pronunciamentos, de maio a julho de 1916), denunciando os métodos da oligarquia para reunir forças paramilitares.

O capitão Ramiro Martins retorna à capital com parte da tropa, não sem antes haver instalado no poder as forças *monteiristas* de Afonso Cláudio. Na ausência do coronel Ramiro Barrros Conceição, o município ficou aos cuidados dos coronéis José Giestas e José Cupertino de Almeida, este deputado estadual. Em Vitória, Ramiro Martins seria recebido com pompas de herói pelo sobrinho, presidente estadual.

Em Vitória, no dia 26 de junho, Bernardino Monteiro já tinha procurado o comerciante Antonio Calmon,⁸⁸ irmão de Alexandre Calmon. Pediu que ele fosse a Colatina transmitir ao Coronel Xandoca a mensagem de que o governo oferecia “todas as garantias que julgasse necessárias para a completa segurança de sua pessoa e família e propriedade.” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1916, Volume III, Sessão de 30.06.1916, p. 247). Outro esforço no sentido de obter a rendição pacífica de Alexandre Calmon foi feito pelo deputado estadual Manoel Silvino Monjardim, que estava ligado à corrente de Bernardino Monteiro, mas que ainda mantinha com o coronel boas relações desde quando trabalharam juntos na construção da ferrovia Vitória a Minas. (ALMEIDA, 1978).⁸⁹ Manoel Monjardim seria depois deputado federal por duas vezes (1918-1920 e 1921-1923) e senador (1924-1930).

Mas a expectativa do coronel Xandoca estava voltada para a chegada de armas e munições que os revoltosos encomendaram no Rio de Janeiro. Elas viriam em embarcações controladas pelos funcionários da Capitania dos Portos e da Alfândega, saindo do Rio de Janeiro com destino a Regência, na foz do Rio Doce, e dali subiria até Colatina. Pinheiro Júnior estava na capital federal desde o final de maio, para as articulações políticas visando a intervenção e, certamente, lá, acompanhava esta demanda. O intermediário para a aquisição das armas era o futuro estelionatário das cartas falsas atribuídas a Artur Bernardes, Oldemar

⁸⁸ Antonio Calmon era sócio-proprietário da primeira padaria com forno elétrico de Vitória e era fornecedor de pães ao Quartel da Polícia Militar. Segundo Serafim Derenzi (Caminhos Percorridos. 1974) a “Padaria Elétrica, de Neves & Cia.”, ficava localizada na antiga Rua Misael Pena, atualmente Rua João Santos Neves, onde estava a escadaria da Santa Casa de Misericórdia. Durante o conflito teve seu contrato rompido pelo governo. O outro sócio da padaria era o cunhado de Antonio Calmon, o professor João dos Santos Neves, pai do futuro interventor e depois governador do Espírito Santo, Jones dos Santos Neves.

⁸⁹ O coronel Xandoca foi representante da empresa Sá & Carvalho, que fornecia víveres e equipamentos para a construção da estrada de ferro, oportunidade em que trocou a sede de Linhares pela Vila de Colatina, então mais próspera por causa da ferrovia. Em várias passagens do livro *O Desbravamento das selvas do Rio Doce* (1978), o engenheiro Ceciliano Abel de Almeida faz referências ao trabalho do coronel naquela época. Já Manoel Monjardim era o médico que assistia os trabalhadores contratados para a realização da obra.

Lacerda, na época amigo pessoal do ministro da Guerra, general-de-divisão José Caetano de Faria Albuquerque, com quem era visto com freqüência dentro do automóvel oficial. (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Volume IV, Sessão de 07.07.1916, p. 496).

Oldemar era uma espécie de lobista e estava sendo processado no Supremo Tribunal Federal, acusado de contrabando na Alfândega do Rio de Janeiro. Pretendendo os seus serviços estavam também revoltosos de Mato Grosso, que desejavam derrubar, pelas armas, o governo local. Além de revólveres, fuzis da marca Mauser e munição, o contrabandista deveria fornecer aos opositoristas do Espírito Santo uma metralhadora, e esta só havia no depósito do Ministério da Guerra. Nenhum parlamentar da oposição negou a pretensão da compra de armas. Ao contrário, o senador João Luís Alves explicou que os homens contratados constituíam uma força

(...) organizada, de polícia, criada por Pinheiro Júnior, cuja manutenção era feita pelos recursos de que podia dispor o governo por ele organizado; que esses homens eram pagos pelos chefes da oposição espírito-santense, no intuito de, oportunamente, logo que a situação se regularizasse, serem devidamente pagos pelos cofres estaduais. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume II, Sessão de 08.06.1916, p. 80).

No dia combinado, de fato, chegaram a Colatina muitas caixas; mas, dentro delas elas só havia pedaços de madeira, tijolos e areia. A fraude foi muito comentada na capital da República e o ministro Caetano de Albuquerque se manifestou, negando que qualquer armamento tivesse saído das instalações do Exército. A frustrada tentativa de adquirir armamento para sustentar a luta armada abateria, de forma definitiva, os revoltosos capixabas.

2.5 PERSEGUIÇÃO E DESTERRO

Enquanto aguardava o desfecho no Congresso Nacional, Bernardino Monteiro investia na tática da persuasão, que se lhe apresentava como razoável nas circunstâncias. Na primeira semana de julho, já haviam retornado de Colatina para

Vitória três deputados estaduais do novo Congresso estadual: Mário Aguirre, Flávio Pessoa e Joaquim Thevenard. O governo deu logo ampla publicidade ao fato e foi além: no dia primeiro de julho, o jornal monteirista *Diário da Manhã* publicou nota, assinada pelo chefe de polícia, Carlos Xavier Paes Barreto, pedindo “a todas as famílias governistas ou oposicionistas e aos respectivos chefes” que voltassem “com toda liberdade e confiança aos seus lares e afazeres.”

A nota, evidentemente, advertia que o governo estava suficientemente “preparado para reprimir toda e qualquer desordem em qualquer canto do território do Estado,” mas também entendia que “os transviados por maus conselheiros em um momento de irreflexão, ouvindo as suas consciências, tratam de abandonar o caminho errado em que iam.” Era um apelo, mas no sentido da obtenção da capitulação dos adversários. Uma conduta que produzia resultados no Espírito Santo e poderia ganhar repercussão no Rio de Janeiro, neutralizando o discurso oposicionista denunciando violentas perseguições.

Instruído pelo próprio Bernardino Monteiro, o chefe de Polícia seguiu para o Sul do estado para passar, pessoalmente, por todas as estações de trem, entre Alegre e a cidade mineira de Espera Feliz, distribuindo exemplares do jornal aos refugiados. Posteriormente, Carlos Xavier Paes Barreto fazia o mesmo em Santa Luzia de Carangola. Por último, ele ainda telegrafou ao prefeito de Natividade de Carangola, coronel Francisco Novaes, pedindo ajuda para recambiar para o Espírito Santo aqueles que quisessem retornar. Toda a ação foi relatada às autoridades federais na capital da República.

O governo de Bernardino Monteiro, de fato, podia aguardar o parecer final no Congresso; mas, no Espírito Santo, apertava-se o cerco político e militar, de Colatina e adjacências. O senador de Minas Gerais, coronel Francisco Sales, a pedido de Bernardino, conseguiu “cem praças da Polícia mineira para tomar a passagem dos fugitivos,” (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 11.07.1916, p. 766), que procuravam refúgio no estado vizinho. Nos municípios de menor visibilidade da região Central e do Sul, no entanto, os coronéis ligados ao *monteirismo* mantinham as represálias aos oposicionistas - segundo relatos que, diariamente, chegavam à imprensa do Rio de Janeiro e ao plenário da Câmara e do Senado.

Os principais alvos eram os funcionários federais, em sua totalidade nomeados graças a indicações dos parlamentares oposicionistas. É que, a certa altura do conflito, eram exatamente os funcionários federais os únicos a conservarem algum poder de confronto nos municípios controlados pelo *monteirismo*. Em Nova Almeida, o funcionário dos Correios Antonio Della Fonte teve sua casa destruída e preferiu fugir. Da mesma forma, o coletor federal daquela localidade. Diversos casos como este aconteciam no Espírito Santo.

Em Santa Leopoldina, por exemplo, no dia 6 de agosto, o delegado de Polícia, Aristides Passos, junto com o coletor estadual, Heráclides Gonçalves e vários soldados atacaram o Hotel Soares e, lá, agrediram o capitão, Franz Rudio Júnior e Alfredo Blaley, este genro do deputado federal Paulo de Mello. Santa Leopoldina era o grande município comercial do Espírito Santo e forte reduto oposicionista. Os funcionários federais eram ligados ao deputado Paulo de Mello, como José Organo, agente dos Correios, também espancado pelo delegado. A autoridade policial estadual chegou a ameaçar demolir um edifício federal no município, onde funcionava o escritório da imigração alemã. Em Vitória, o cônsul francês, Maurice Lotar, diretor do Banco Hipotecário⁹⁰, que estava ao lado da oposição, teve a casa apedrejada. Ainda na capital, o senador oposicionista Domingos Vicente sofreu um atentado, quando atravessava uma rua. *Habeas corpus* foram tentados para impedir prisões, mas não evitavam as retaliações. Em São João do Muquy - base política principal do coronel Marcondes de Souza - os comerciantes ligados à oposição sofreram apedrejamento de seus estabelecimentos. A repressão em Muquy era comandada pelo tenente Américo, enviado especialmente de Vitória. O tenente e seus praças contaram com a ajuda de homens armados da colônia libanesa residentes na cidade. A resistência da oposição em Muquy foi comandada pelo ajudante do Procurador da República, Pedro João, que ficou entrincheirado no único órgão federal do município, a agência dos Correios.

Todos os jornais da oposição foram proibidos durante o conflito. A população acompanhava o desenrolar dos acontecimentos, sobretudo, pelo governista *A Ordem*, que no Espírito Santo passou a ser o cronista quase exclusivo do conflito. Aquele jornal, numa edição nos primeiros dias de julho, se dirigiu diretamente aos

⁹⁰ O Banco Hipotecário devia grande soma a uma instituição francesa que, pelo contrato, indicava um dos seus diretores.

coronéis Seraphim Tibúrcio e Martinho Barbosa, nos seguintes termos: “Esperem, que não há de se tardar muito. Hão de acabar arrancando os cabelos dentro das grades de uma prisão.”

O correspondente do periódico carioca *A Época* reportou os acontecimentos no Espírito Santo, mas teve grandes dificuldades para sair da capital capixaba. Só conseguiu ir embora porque seguiu por Minas Gerais, demorando uma semana para chegar ao Rio de Janeiro. (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 11.07.1916, p. 766). O jornalista Thiers Velloso recorria à imprensa carioca para publicar suas denúncias. Logo no início do mês de agosto, ele publicou, no jornal *O Imparcial*, um longo artigo debatendo o parecer do deputado relator, Arnolpho Azevedo, questionando o ponto de vista do parlamentar que, apesar da imoralidade, dever-se-ia resguardar a legalidade das eleições no Espírito Santo. O artigo de Thiers Velloso foi adotado pelos parlamentares da oposição como um argumento a mais no debate travado sobre o pedido de intervenção. As discussões no plenário eram sempre acaloradas, mas inclinadas à compostura e feito protocolar próprios da retórica parlamentar da época.

Não obstante, nada disso impediu as contundentes acusações à oligarquia *monteirista*, denúncias que eram feitas não somente pelos oposicionistas capixabas, mas também por senadores e deputados de outras regiões do Brasil. Questionava-se como uma oligarquia com aquela trajetória houvesse sobrevivido ao tempo das *salvações* e, ainda, conservasse tanta guarida junto às mais numerosas e influentes bancadas estaduais no Congresso. À medida que a controvérsia do *Caso do Espírito Santo* era empurrada para o centro do debate nacional, não eram poucos os que constataavam simetrias entre o *monteirismo* e as mais tradicionais oligarquias estaduais do Brasil, muitas das quais já depostas há algum tempo.

Sem a mesma eloquência, a legalidade do governo de Bernardino Monteiro também era defendida por políticos de outros estados, particularmente os de Minas Gerais. A polêmica era acompanhada pela imprensa nacional e, a cada dia, artigos nos jornais do Rio eram publicados, sob encomenda dos dois lados, contra ou a favor da intervenção federal no Espírito Santo. Boa parte dos deputados não se limitava a opinar durante apartes e pronunciamentos. Manifestava-se por escrito e o relator expressaria, no seu texto, a influência das diversas opiniões e pareceres produzidos dentro e fora do Congresso Nacional sobre o *Caso do Espírito Santo*.

O senador Ruy Barbosa foi um dos que defendeu a oligarquia Monteiro, assinando um parecer pretendendo provar não ter havido a prorrogação dos mandatos do Congresso Estadual que reconheceu os poderes de Bernardino Monteiro no Espírito Santo. O parecer, na verdade, fora encomendado pelo próprio presidente Bernardino Monteiro, que o mandou publicar no *Jornal do Commercio*, edição do dia 18 de maio, a fim de abater inúmeras teses em contrário, tendo em vista a reputação do jurista baiano. Porém, muitas refutações seriam interpostas, inclusive pela imprensa, ao trabalho de Ruy Barbosa.

O jurista cachoeirense Joaquim Guimarães Neto fez publicar sua opinião em *O Imparcial*, especialmente contestando o senador da Bahia. A imprensa veiculou, com grande repercussão, a apreciação que o senador Adolfo Gordo e outros fizeram sobre o assunto. O parecer do jurista Clóvis Bevilácqua - que desfrutava de grande destaque na época, pois colaborava na elaboração do novo Código Civil em tramitação no Congresso Nacional - foi publicado antes da posse dos dois presidentes no Espírito Santo. Ainda no dia 17 de abril, quando nem sequer tinha havido as eleições para o novo Congresso Estadual, Bevilácqua fora empreitado para produzir parecer considerando constitucional a reforma e a prorrogação dos mandatos dos deputados, cujo parecer concluía que a eles cabia o Reconhecimento de Poderes do presidente eleito em 25 de março.

Outro que defendeu publicamente a argumentação favorável à oligarquia Monteiro foi o paraibano Eptácio Pessoa, então influente senador da República, no dia 21 de maio. O deputado Paulo de Mello, entretanto, levantou suspeição sobre os dois senadores. A propósito de Ruy Barbosa, o deputado oposicionista justificou dizendo que o senador baiano tinha “motivos de ligação íntima com o governo do Espírito Santo, porque S.ex., na questão de limites daquele Estado com o de Minas Gerais, é o advogado do Espírito Santo.”⁹¹

⁹¹ A questão em litígio, na qual Ruy Barbosa era o advogado do Espírito Santo, era em torno da região de São Manoel do Mutum, Lajinha e outras localidades, que constituíram o que ficou conhecida como Zona do Contestado. O Espírito Santo, em 1911, chegou a incorporar a área ao seu território, com o nome de Marechal Hermes. A justiça foi demandada e um laudo do Serviço Geográfico do Exército subsidiou a sentença favorável a Minas Gerais em 1916.

Quanto a Eptácio Pessoa, o pedido de suspeição estava relacionado a um rumoroso crime ocorrido em Vitória, pouco tempo antes. (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 10.07.1916, p. 713).⁹²

2.6 A DECISÃO NA CÂMARA

Como o parecer do relator Arnolpho Azevedo ainda estava em fase debate no Rio de Janeiro - recebendo emendas aditivas, supressivas e substitutivas -, a resistência política e militar da oposição, no Espírito Santo, não agüentaria tanto tempo. A sincronia de acontecimentos, dentro e fora do Estado, com uma intervenção imediata, fora o planejado. A demora só favorecia ao *monteirismo*, que procedia justamente para tornar irreversível o controle do Estado pela oligarquia. No final de junho, já se sabia na capital federal que Alexandre Calmon recuava, com os colatinenses, cada vez mais para a divisa com Minas Gerais. Havia também a versão de que o próprio presidente Wenceslau Brás, inteiramente informado sobre tudo, fizera apelo para que o coronel e sua família seguissem para o Rio de Janeiro, a fim de evitar mais derramamento de sangue.

No dia 11 de junho, o deputado Maurício de Lacerda acusou, em plenário, o mineiro Ribeiro Junqueira de conspirar contra o próprio presidente da República, arquitetando com o senado, Francisco Antonio Sales o plano para dar vitória ao grupo de Bernardino Monteiro na Câmara dos Deputados. O deputado fluminense não tinha dúvida de que a ajuda do grupo de Sales a Bernardino Monteiro, disponibilizando-lhe a bancada de Minas Gerais, era parte de um movimento de deputados mineiros visando recolocar o nome do coronel Sales, pela terceira vez,

⁹² Acusou o deputado Paulo de Mello, em seção do dia 10 de julho: "Declaro que entre o Sr. senador Eptácio Pessoa e o Sr. Dr. Jerônimo Monteiro há uma ligação que não se pode facilmente apagar, porque foi o Sr. Jerônimo Monteiro quem conseguiu o parente e amigo daquele, Dr. Joaquim Pessoa, que traiçoeira e covardemente, assassinou em público, na cidade de Vitória, onde era delegado fiscal, um ilustre jornalista, inteligentíssimo médico, caráter de probidade modelar e exemplaríssimo chefe de família, Sr. Dr. César Velloso, foi o Sr. Jerônimo Monteiro, repito, quem conseguiu que, poucos meses depois, com assombro de toda a população honrada da cidade de Vitória, com o pasmo de todo povo do Espírito Santo, fosse esse homem absolvido e viesse para o seio da sociedade, como se nenhum mal tivesse praticado contra as leis coercitivas que são feitas justamente para aqueles que não querem coadunar com o meio social em que vivem." (ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 10.07.1916, p. 713).

como candidato à presidência da República. (CARVALHO, 1963).⁹³ Acusou ainda o fato de que, junto com Ribeiro Junqueira, estava nesta articulação o líder da bancada de Minas Gerais, Antonio Carlos⁹⁴, cuja pretensão de governar Minas Gerais passava pelo apoio de Sales - que controlava havia mais de 20 anos a poderosa Comissão Executiva do Partido Republicano Mineiro, também conhecida como "Tarasca."

Maurício de Lacerda (apud ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, Volume IV, Sessão de 11.06.1916, p. 731), assim explicitou seu raciocínio:

O Estado do Espírito Santo é um Estado pequenino; é sabido que, na política relativa às sucessões presidenciais, depois que se deslocou do Presidente da República, pelo hercúleo esforço do Sr. Pinheiro Machado, o direito de indicar o sucessor, para transferi-lo aos anárquicos movimentos e desorientados gestos, da Coligação, aos governadores de Estados, ficou pertencendo aos grandes Estados a solução desse problema, mas, naturalmente, cada grande Estado, para pesar mais que outros na balança do País, precisa de contrapeso dos pequenos, e Minas, desde já, vai trazendo na sua esteira o Estado do Espírito Santo.

O deputado fluminense foi mais adiante e culpou diretamente o presidente Wenceslau Brás pela crise, acusando-o de omissão face às dificuldades da oposição no Espírito Santo, razão pela qual a bancada mineira teria ido se *aconselhar* com o senador Francisco Sales. Disse que estava convencido também de que o presidente da República corria contra o tempo para obter um acerto com a oligarquia vitoriosa, porque começara a perceber que a intervenção combinada com a oposição capixaba caminhava para o fracasso.

Maurício de Lacerda lembrou episódios estaduais parecidos com o do Espírito Santo, como os do Rio de Janeiro e do Pará, nos quais Wenceslau Brás envolveu-se, para afirmar que o presidente da República estava revelando um padrão de

⁹³ Em 1905, quando presidente de Minas Gerais, Francisco Sales teve seu nome articulado para a presidência da República, mas ao final apoiou o mineiro Afonso Pena. Depois, já no governo de Hermes da Fonseca, de quem foi ministro da Fazenda, novamente o nome de Sales apareceria como presidenciável e outra vez ele vai desistir em favor de outro mineiro, Wenceslau Brás. (CARVALHO, 1963. p. 33;35).

⁹⁴ Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, de tradicional família política, cujo tio-avô era José Bonifácio de Andrada e Silva, somente seria eleito presidente de Minas em 1926, para um mandato até 1930, quando então poderia passar a aspirar a presidência da República, pela lógica política da República Velha, não fosse a Revolução de 1930.

comportamento político. Primeiro, ele aparece como aliado a uma facção. Porém, depois termina contemporizando com o lado vitorioso.⁹⁵

No dia 12, foi o próprio deputado Antonio Carlos - em discurso em que rebatia a acusação que Lacerda lhe fizera no dia anterior - quem apelou ao presidente da Câmara dos Deputados, Astolfo Dutra Nicácio, para que fosse dada celeridade à tramitação do parecer. Na inevitável nova discussão que se travou, o líder Antonio Carlos admitiu “conhecer intimamente o pensamento do ilustre chefe mineiro que é o Sr. Dr. Francisco Sales”⁹⁶ e que, por se considerar “representante da sua orientação e de suas tendências como os que mais o sejam,” não vacilava “em dizer que S. Ex, como todos os chefes da política de Minas Gerais, entende que nesta hora o que o mais elementar critério aconselha é que não se cogite desse transcendente assunto” da sucessão de Wenceslau Brás.

Em seu pronunciamento, Antonio Carlos foi aparteado também pelos parlamentares capixabas, que insistiram nas mesmas considerações acerca da trama da bancada mineira com o *monteirismo* no Espírito Santo. No esforço para negar a ligação política a que se referia a oposição capixaba, o líder mineiro declarou que se, de fato, Wenceslau Brás quisesse a intervenção federal no Espírito Santo, toda a bancada do Partido Republicano Mineiro (PRM) o acompanharia.⁹⁷ Com isso, ele evidenciava o caráter político da decisão a ser tomada, relegando a um plano secundário o mérito jurídico do *Caso do Espírito Santo*. Torquato Moreira ainda argumentou, lembrando que a vária presidencial de 18 de janeiro, por si mesma, já eliminava qualquer dúvida sobre a opinião política do presidente da República a respeito da luta que era travada.

A partir de então, o líder Antonio Carlos de Andrada sentiu-se obrigado a discorrer considerações em relação à publicação da vária mencionada pelos opositoristas:

⁹⁵ Trecho do pronunciamento de Maurício de Lacerda no dia 25 de julho de 1916: “O Sr. Wenceslau pleiteou com a oposição do Espírito Santo a queda dos Monteiros, mas como estes não caem o Sr. Wenceslau, que pleiteou e perdeu, ganha quando os outros ganham: manda o Sr. Antonio Carlos como seu líder, fechar a questão contra essa oposição e em favor dos Monteiros e até nega comezinhas providências no exame de projetos que, embora remotamente, possam favorecer a seus antigos aliados. Vê V. Ex. que tenho razão em dizer: Ai dos aliados do Sr. Wenceslau Brás.”

⁹⁶ Quando governou Minas Gerais (1902-1905), Francisco Sales chegou a fundir as secretarias de Agricultura e Finanças, para entregá-las a Antonio Carlos, então um jovem advogado com escritório em Juiz de Fora-MG.

⁹⁷ A declaração polêmica de Antonio Carlos: “É o momento, Sr. Presidente, em que posso declarar que a política mineira e a bancada do Estado de Minas Gerais, seguiria neste caso [Intervenção], sem vacilações, a diretriz que lhe fosse traçada pelo Sr. Wenceslau Brás.”

Bastam estas palavras, creio eu, para justificar plenamente, perante a Câmara e perante o País, o interesse que o Sr. Presidente da República revelou quanto a sucessão presidencial em determinados Estados, onerados por dívidas, cujo serviço se achava suspenso, e, o que é mais grave, sem que houvesse sido tentado junto dos respectivos credores um acordo qualquer, sem que se tivesse procurado, sequer, detalhar as explicações, as justificativas que uma situação dessa natureza impõe aos devedores conscientes das suas responsabilidades e dos seus devedores. Tinha, pois, de interessar primordialmente ao Sr. Presidente no Estado do Espírito Santo.

O coronel Francisco Antonio Sales, por sua vez, nunca se manifestou publicamente sobre o *Caso do Espírito Santo* (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume V, p. 76-77).⁹⁸ Não era bem esse o estilo daquele fazendeiro tradicional de Lavras, que, antes dos 40 anos, já se fizera o presidente estadual de Minas Gerais. (CARVALHO, 1963).⁹⁹ Bacharel aos 23 anos pela Faculdade de Direito de São Paulo, Sales foi republicano ainda nos tempos de estudante. Integrara a *Tarasca* do PRM - único partido organizado em Minas Gerais na República Velha - em 1898, e só a deixaria em 1918. Não se sabe ao certo quando começou a sua ligação com Jerônimo Monteiro. Estudaram na mesma escola paulista, mas em época diferente. Entre os 162 formandos da turma de Sales, nenhum era do Espírito Santo.

Porém, é possível que o contato entre os dois tenha se dado antes que o oligarca capixaba Jerônimo Monteiro tivesse tomado posse como presidente estadual, em 1908. Isto porque, entre sua eleição e a posse, naquele ano, Jerônimo Monteiro se avistou com jovem presidente mineiro, João Pinheiro,¹⁰⁰ sucessor de Sales no governo de Minas Gerais e por este indicado para o cargo. Ainda quando era secretário de Finanças no governo Bias Fortes (1894), o coronel Sales já se articulava com o Espírito Santo, acertando convênio para a tributação do café na origem do estado produtor. As relações entre Sales e Monteiro se consolidariam depois de 1910, quando o líder mineiro já era o ministro da Fazenda de Hermes da Fonseca e o oligarca capixaba estava na segunda metade do mandato do seu

⁹⁸ Durante todo o ano de 1916, o senador Francisco Sales só fez um pequeno pronunciamento na tribuna do Senado, dizendo poucas palavras sobre matéria tributária relacionada a Minas Gerais, na sessão do dia 12 de setembro. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, v. V, p. 76-77).

⁹⁹ Sobre a maneira de ser do coronel, seu biógrafo Daniel de Carvalho diz: "Na capital mineira, onde jornalistas talentosos, independentes e baldos de assunto, seu [de Sales] espírito de economia era facilmente transmutado em avareza, a sobriedade do vestuário em atraso de caipira, o hábito de ouvir muito e falar pouco em maneira esperta de ocultar ignorância e estupidez, a preocupação em atender os chefes do interior em filhotismo." (CARVALHO, 1963).

¹⁰⁰ João Pinheiro foi o *tertius* escolhido por Sales, aproveitando-se do embate das forças entre as candidaturas de Wenceslau Brás (Sul) e Bias Fortes (Zona da Mata).

oneroso governo no Espírito Santo. Foi Sales quem formulou o convite para que Jerônimo Monteiro dirigisse o Departamento de Correios e Telégrafos, conforme o próprio oligarca capixaba asseguraria num pronunciamento feito em 29 de novembro de 1916.¹⁰¹ No mesmo discurso, Jerônimo Monteiro confirmou o apoio que deu a candidatura do coronel Francisco Sales à sucessão do marechal Hermes: “Amigo pessoal, dedicado e sem condições deste eminente mineiro, sempre conservei e espero poder conservar sempre fiel a tudo quanto interesse à sua pessoa. Pela sua candidatura à sucessão do Sr. Marechal Hermes, que me pronunciei sem reboços até à última hora, quando se verificou a sua incompatibilidade.”(ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 29.11.1916, p. 650).

Além da acusação de estar manipulando os parlamentares mineiros para beneficiar Bernardino Monteiro, outro problema preocupava o líder Antonio Carlos da Andrada: a quantidade de emendas propondo alteração de mérito no parecer do relator Arnolpho Azevedo. Na própria Comissão de Constituição e Justiça já havia dois pareceres em separado neste sentido. Um, do deputado Pedro Moacyr, propondo que a conclusão, fosse qual fosse, ganhasse a forma de um projeto de lei a ser votado, no qual devia constar o nome do candidato legalmente eleito no Espírito Santo. Moacyr considerava anti-regimental a proposta de puro e simples arquivamento da matéria - conforme pretendia o relator.¹⁰² O outro parecer em separado da Comissão era o assinado pelo deputado pernambucano Gonçalves Maia, no qual ele declarava concordar com a conclusão final do parecer do relator, mas fazia severas restrições ao exagerado não-intervencionismo contido no relatório. É que o deputado Arnolpho Azevedo, como todos os demais parlamentares da bancada de São Paulo,¹⁰³ não perdia a oportunidade de destacar a postura não-intervencionista como um princípio político adotado pelos paulistas. Assim sendo, o relator paulista utilizaria o seu parecer para produzir um libelo antiintervencionista,

¹⁰¹ Neste pronunciamento, Jerônimo Monteiro declarou também que o próprio presidente Hermes da Fonseca reiteraria o convite, que teria recusado por razões próprias e não por causa da denúncia feita por Moniz Freire. (ANAIS DA CÂMARA FEDERAL, Sessão de 29.11.1916, p. 608).

¹⁰² Dizia Pedro Moacyr no seu parecer: “Arquivamento é o recurso processual parlamentar empregado quando das mensagens do Executivo ao Congresso não pode resultar para este uma ação que se traduza em projeto de lei (...). Arquiva-se uma mensagem, se não há como nem porque prover no caso que ela sugere ou submete à competência do Poder Executivo.”

¹⁰³ No período das *salvações* no governo anterior do Marechal Hermes, São Paulo viveu permanente ameaça de intervenção insistentemente buscada por Pinheiro Machado. Em muitos municípios paulistas formaram-se, inclusive, ligas anti-intervenção.

refletindo uma preocupação política ainda presente entre os paulistas e que vinha desde os tempos das *salvações*:

Já o disse mais de uma vez e repeti-lo-ei agora: não sou intervencionista; em consciência prefiro errar em benefício da autonomia local a arriscar-me a prejudicar-lhe os direito. Tenho passado minha vida pública na defesa sincera e convicta do regime federativo consagrado em nossa lei fundamental e a reclamar a honesta observância de seus sábios preceitos e o rigoroso respeito às suas garantias de liberdade e de ordem.

Já o deputado Gonçalves Maia declarava uma posição diametralmente oposta. Era um deputado muito envolvido nas disputas oligárquicas desenvolvidas em Pernambuco, onde se ligara ao general Dantas Barreto, que destituíra o oligarca Francisco de Assis Rosa e Silva. No seu parecer, Maia propôs uma regulamentação nos dispositivos constitucionais que previam a intervenção federal. No seu entendimento, a decisão de intervir deveria ficar restrita ao presidente da República, como forma de evitar manipulação política em casos como o do Espírito Santo.

Ao relator da Comissão de Constituição e Justiça foram encaminhadas todas as emendas. Ele teve depois de enviá-las à Comissão de Finanças, porque as emendas favoráveis à Intervenção Federal preconizavam o necessário provimento de recursos para as despesas com a sua execução. Por maioria, a Comissão de Finanças opinou que, por concordar com a conclusão do parecer do relator, julgava desnecessária a reserva de crédito para tal fim e que era, portanto, contrária às propostas modificativas e substitutivas ao relatório de Arnolphi Azevedo. Um membro da Comissão de Finanças, deputado Barbosa Lima, no entanto, redigiu um voto em separado, insistindo que se houvesse reconsideração da Comissão de Justiça quanto ao mérito da matéria, ele proporia a importância de 300:000\$000 (trezentos mil réis) para as despesas da diligência federal. Barbosa Lima aproveitou a oportunidade do seu voto para opinar em favor da intervenção no Espírito Santo.¹⁰⁴

A emenda substitutiva contrária à conclusão do parecer foi assinada pelos deputados capixabas Paulo de Mello e Torquato Moreira:

¹⁰⁴ Barbosa Lima argumentou que a autonomia “não é direito assegurado aos governantes e sim aos governados para em cada Estado nomear os seus delegados temporários que hajam de querer honradamente o produto das contribuições destinadas aos serviços públicos, assegurando o pleno exercício de todas as liberdades características do regime republicano.”

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É o Presidente da República autorizado a intervir no Estado do Espírito Santo, por força do art. 6º Parágrafo 2º e na forma do parágrafo 4º da Constituição Federal, para o fim de colocar no Governo do Estado os Srs Dr. José Gomes Pinheiro Junior e o coronel Alexandre Calmon, respectivamente eleitos e reconhecidos pela Assembléia legal, presidida pelo Sr. Joaquim Guimarães, presidente e Vice-Presidente do Estado, para o exercício de 1916 a 1920.

Art. 2º - Fica igualmente o presidente da República autorizado a despende com a intervenção a quantia precisa, abrindo os necessários créditos.

Sala das sessões, 11 de junho de 1916 – Paulo de Mello e Torquato Moreira.

O deputado Maurício de Lacerda também foi autor de outra emenda substitutiva, propondo uma intervenção, mas para um outro encaminhamento: o presidente nomearia um interventor com poderes para, dentro de 30 dias, realizar novas eleições no Espírito Santo. A proposta do deputado fluminense estabelecia também que o interventor ficaria obrigado a apresentar ao Congresso Nacional um relatório circunstanciado dos seus atos.

Conhecido o parecer do relator e suas conclusões contrárias à intervenção, já devidamente aprovadas no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça; conhecidas também as emendas, que não foram acolhidas pelos membros da mesma comissão, o debate do *Caso do Espírito Santo* se transferiu agora para o plenário da Câmara dos Deputados, onde a matéria foi definitivamente deliberada. O parecer do deputado Arnolpho Azevedo estava longa e fartamente argumentado, pois o relator pretendeu reunir no seu trabalho todo o conjunto de considerações levantadas até então pelos deputados, senadores, juristas e jornalistas acerca do problema. Ao todo, o denso parecer ocupou mais de 50 laudas de texto.

Apesar das suas conclusões, o relator rendeu-se às críticas da oposição, não deixando de mencionar que a oligarquia *monteirista* praticava “desmandos encobertos por atos legais de notória inconveniência para o bem público.” E até admitiu, no parecer, que o Congresso Estadual aprovara “uma lei eleitoral *ad hoc*, em virtude da qual ficou reservado aos próprios membros desse Congresso o ato supremo e inapelável da investidura política do Presidente do Estado.” Estes trechos passaram a ser aceitos como uma contradição com as conclusões a que chegara o próprio relator. Na imprensa do Rio de Janeiro, que cobria diariamente os debates no plenário, a oposição procurava valorizar este tipo de pormenor, a fim sustentar sua disputa.

No dia 25 de julho começaram as manobras regimentais com vistas à votação final do parecer do deputado Arnolpho Azevedo. O desfecho em plenário demoraria ainda mais de 20 dias, porque os deputados oposicionistas insistiam para que a Mesa colhesse o voto nominal dos deputados a cada votação de algum parecer. Tentavam, assim, impor acanhamento aos parlamentares que, eventualmente, se constrangessem com a exposição do voto guiado cegamente pela orientação dos líderes de bancada. A Câmara Federal era composta por duzentos e doze deputados e, na tarde do dia 17 de agosto - uma quinta-feira -, cento e vinte e três parlamentares estavam em plenário. Submetido à votação, o parecer do relator - determinando o arquivamento da consulta feita pelo presidente da República obteve cento e oito votos, contra quinze deputados que defendiam a intervenção no Espírito Santo.¹⁰⁵ Nenhum voto em branco e nenhuma abstenção. Duas ausências importantes naquela votação: Torquato Moreira e Jerônimo Monteiro.

2.7 A ANISTIA

Derrotado em plenário o projeto de uma intervenção no Espírito Santo, começou-se a tratar das conseqüências políticas que daí resultariam. A disputa política no Espírito Santo causara profunda divisão entre os mais importantes coronéis e líderes políticos municipais. Parte da população fora desterrada. Em Colatina, centenas de famílias haviam fugido para Minas Gerais na companhia dos líderes da revolta. O mesmo acontecera em outros municípios situados na linha de divisa com o Estado vizinho, principalmente na região do Caparaó e no Alegre. Temiam-se represálias no retorno. O presidente da República e o próprio Congresso Nacional sabiam que a deliberação tomada não escapava das controvérsias que ganharam profusão na imprensa do Rio de Janeiro, onde já estavam os coronéis Alexandre Calmon, Martinho Barbosa e Seraphim Tibúrcio e respectivas famílias.¹⁰⁶

¹⁰⁵ Os 15 votos favoráveis à intervenção foram dados pelos deputados: João Elysio, Julio de Mello, Costa Rego, Leão Velloso, Paulo de Mello, Dioclécio Borges, Barbosa Lima, Vicente Piragibe, Faria Souto, Maurício de Lacerda, Mario de Paula, Alaor Prata, Bueno de Andrada, Antunes Maciel Júnior e Rafael Cabeda.

¹⁰⁶ Em Colatina, dia 29 de julho, o capitão, Primo Feliciano dos Santos, telegrafou a Bernardino Monteiro informando que a oposição abandonara completamente a vila.

Os que ficaram no Estado estavam mantidos sob dura perseguição policial. Os que se esconderam eram processados à revelia. A oposição logo começou a responsabilizar o Congresso Nacional pela insegurança a que ficaram sujeitos aqueles que se opuseram à oligarquia *monteirista*. Foi então que o senador João Luís Alves recorreu à idéia de uma anistia que protegesse os perseguidos. Mas, para ser aceita, a alternativa deveria ser subscrita por, pelo menos, a metade dos senadores. O número mínimo foi obtido no dia 29 de agosto de 1916.¹⁰⁷ O decreto de Anistia teve um só artigo e a votação aconteceu logo no dia primeiro de setembro:

O Congresso Nacional decreta:

Artigo Unico - São anistiados todas as pessoas envolvidas em fatos políticos e conexos, passíveis de sanção penal, ocorrido no Estado do Espírito Santo, em virtude da sucessão presidencial do mesmo Estado, desde 1 de janeiro deste ano até a presente data; revogadas as disposições em contrário.

A anistia foi aprovada por unanimidade, com dispensa da votação da redação final. A matéria foi imediatamente enviada à Câmara dos Deputados, onde o deputado pernambucano Júlio de Mello pediu regime de urgência. Seria também aprovada e sancionada no dia 22 de setembro. A única crítica ao decreto de Anistia aprovado no Senado Federal foi feita no dia 30 de agosto, na Câmara dos Deputados, exatamente por Jerônimo Monteiro. (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, v. VII, 31.8.1916, p. 993)¹⁰⁸ Era a primeira vez que ele se manifestava em plenário sobre o *Caso do Espírito Santo*. Justificou sua ausência nos debates anteriores dizendo que não quis interferir na decisão da Casa, pois estava seguro de um resultado que lhe seria favorável. Além disso, havia o seu *estado de saúde precário*, que o impedia. No entanto, no dia 31 de agosto, Jerônimo Monteiro falaria por horas no plenário, aparteado por alguns membros da oposição e por parlamentares de outros estados,

¹⁰⁷ Subscreveram o projeto de anistia os seguintes senadores: João Luís Alves, João Lyra, Costa Rodrigues, Araújo Góes, Cunha Pedrosa, Lauro Sodré, José Euzébio, Soares dos Santos, Vitorino Monteiro, Ribeiro Gonçalves, Abdon Baptista, Hercílio Luz, Gonzaga Jayme, Bueno de Paiva, Manoel Gomes Ribeiro, Francisco Sá, José Murtinho, Abdias Neves, Vidal Ramos, Eloy de Souza, Xavier da Silva, Pereira Lobo, Lopes Gonçalves, Rivadavia Corrêa, Alcindo Guanabara, Pires Ferreira, Índio do Brasil, Irineu Machado e L. de Bulhões.

¹⁰⁸ “Ontem, surge esse projeto desacompanhado de maiores comentários e só visando modificar a má situação daqueles que se excederam na longa e custosa luta política.” Jerônimo Monteiro, em discurso feito dia 31 de agosto de 1916. (ANAIIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 31.8.1916, v. VII, 1916, p. 993).

sempre cobrando dele resposta às acusações que pesavam contra a sua oligarquia. Novamente alegando problemas de saúde, ele interrompeu o pronunciamento deste dia, para retomá-lo no dia 4 de setembro.

Jerônimo Monteiro fez, então, um relato dos fatos, segundo sua versão. Atacou o presidente da República pela proteção conferida aos opositores¹⁰⁹ e salientou o sentido da sua ação: “Defender a autonomia da nossa terra, que, para se dirigir e se conduzir, não precisa da intervenção estranha.” Entretanto, não se referiu, sequer uma vez, ao trabalho político feito pelo senador mineiro Francisco Antonio Sales em favor da sua oligarquia no *Caso do Espírito Santo*. O líder oligarca criticou a demissão e remoção de funcionários públicos federais ligados ao *monteirismo* e a “larga distribuição de suas patentes da Guarda Nacional,” permitindo que a oposição passasse a contar com muitos alferes e coronéis durante a disputa política de 1916. Mencionou também a rescisão “violenta e arbitrária” do contrato do *Lloyd Brasileiro* com a empresa de Antenor Guimarães & Comp. Segundo ele, o governo federal contratou o concorrente, Manoel Pinto de Mesquita, para o trabalho de estiva no Porto de Vitória porque este cidadão era um “excelente fornecedor de recursos para a causa adversária” do governo estadual. Antenor Guimarães, de acordo com Jerônimo Monteiro, foi punido apenas por ser “fiel ao seu partido político no Estado.”

¹⁰⁹ Jerônimo Monteiro criticou especialmente o ministro da Viação e Obras Públicas, Augusto Tavares Lyra (que no período foi ministro interino da Justiça) por ele ter franqueado a transmissão de telegramas para os opositores. O ministro havia solicitado à direção da Vitória a Minas, em 7 de abril, a franquia para o trabalho da Justiça Federal, mas na prática isso deu vantagem à oposição.

CAPÍTULO 3 - OS LÍDERES DA REVOLTA

3.1 JOSÉ GOMES PINHEIRO JÚNIOR

Os dois principais líderes da revolta da oposição em 1916, Pinheiro Júnior e Alexandre Calmon, são originários de famílias tradicionalmente políticas no Espírito Santo - cujo prestígio remonta aos tempos do Império. Uma do Sul e a outra do Norte do Espírito Santo. Pinheiro Júnior, médico, descendia das duas famílias rivais que disputavam entre si o poder em Itapemirim, na primeira metade do século XIX.

Município desde 1815, Itapemirim fora, nesta época, o mais importante centro produtor e exportador de açúcar e de aguardente do Estado. O movimento do seu porto, incluindo o desembarque de escravos, foi superior ao do Porto de Vitória até o final daquele século. José Gomes Pinheiro Júnior descendia tanto de Joaquim Marcelino da Silva Lima - o barão de Itapemirim -, como da família dos Gomes Bittencourt, que monopolizavam a política de toda região, que se estendia da faixa litorânea até a Serra do Castelo.

Filiado ao Partido Republicano Construtor, fundado por Moniz Freire, Pinheiro Júnior elegeu-se deputado estadual por duas vezes (1895-1897), (1904-1909) e, no intervalo dos dois mandatos, foi deputado federal. Quando Moniz Freire rompeu com Henrique Coutinho, Pinheiro Júnior ficou ao lado do primeiro. Em 1907, opôs-se à candidatura de Jerônimo Monteiro à presidência estadual, embora no final de 1908 tenha aderido, junto com todas as forças do Estado, à idéia de formar uma única agremiação republicana, o Partido Republicano Espírito-Santense - que seria liderado por Jerônimo Monteiro, então presidente estadual.

Porém, depois, na sucessão de 1912, figuraria como 1º vice-presidente na chapa oposicionista de Getúlio dos Santos, no enfrentamento à candidatura de Marcondes de Souza, escolhido por Jerônimo Monteiro. Pinheiro Júnior havia sido, também, presidente da Intendência da Cachoeira de Itapemirim por cinco vezes, ocasião em que Bernardino Monteiro era vereador. No seu último mandato como Intendente (1907), seria substituído por Marcondes de Souza - à época representante do distrito

cachoeirense de Muqui. A oposição à oligarquia *monteirista* vinha, portanto, desde Cachoeiro de Itapemirim. O Legislativo cachoeirense sempre contara com a presença da família de Pinheiro Júnior desde o Império, que rivalizava com a oligarquia Monteiro.

O pai, José Gomes Pinheiro, cumprira mandato de vereador de 1871 até 1882, tendo sido também presidente da Intendência em 1874. A família já estava estabelecida na região desde meados daquele século, quando Cachoeiro de Itapemirim ainda pertencia a Itapemirim.

3.2 ALEXANDRE CALMON

Alexandre Calmon Ferreira Sobrinho era, também, proveniente de família que já atuava na política, ainda no tempo do Império. Era sobrinho do pioneiro de Linhares, João Felipe Du Pin Calmon, empreendedor das sesmarias obtidas por doação real, em 1809. Inicialmente, a sesmaria que lhe foi entregue por Dom João estava localizada na região de Guarapari. Mas, por aconselhamento do ministro do príncipe Regente, Dom Rodrigo de Souza Coutinho - o Conde de Linhares - os planos reais foram alterados. Dom Rodrigo, que conhecera e se encantara com o rio Doce,¹¹⁰ defendia a colonização do vale mais exuberante que apreciara e indicou João Felipe Calmon para a empreitada. O maior problema a ser enfrentado eram os índios botocudos, então predominantes na região. A família de Bragança já conhecia os Calmon, cristãos procedentes da cidade de Cahors, na França, mas já estabelecidos na Bahia desde as lutas para a expulsão dos holandeses, no século 17.

A ligação familiar se estreitou quando Maria Romana de Aragão Du Pin foi escolhida como preceptora de Maria da Glória, filha de Dom Pedro I, que se tornaria Maria II de Portugal. Em 1860, ao visitar o Espírito Santo, Dom Pedro II fez questão de ir pessoalmente, e a cavalo, às propriedades da família Calmon, onde pernoitou. Uma das fazendas ficava nas cercanias de Juparanã, onde o monarca almoçou, servindo-se da refeição posta sobre uma “pedra pardecinta e nua” (VERÍSSIMO, Revista do

¹¹⁰ É do Conde de Linhares a classificação do rio Doce como “Nilo brasileiro.”

IHGES, nº 7, p. 231), que ficava na parte mais alta de uma ilha rochosa localizada no meio da lagoa. Esta ilhota, depois do almoço real, teria seu nome trocado de Santana para Ilha do Imperador.

Durante todo o período do Império, os Calmon desfrutaram de largo prestígio na Corte, particularmente o ramo baiano da família. O mais conhecido foi Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1796-1865) - o marquês de Abrantes -, formado na Faculdade de Direito de Coimbra e que, em 1822, liderou os brasileiros contra o general português Madeira de Mello, na luta pela Independência da Bahia. Ele não deixou filhos, mas vários seus homônimos destacaram-se na vida política do país. No Espírito Santo, os Calmon tiveram atuação relevante desde os tempos provinciais.

Um deles foi o coronel Augusto Calmon Nogueira da Gama, eleito deputado estadual por seis vezes¹¹¹ e chefe político de Linhares, onde nasceu em 1857, mas com residência em Colatina. O coronel era filho de Antonio Augusto Nogueira da Gama, tabelião que se casou com uma Calmon de Linhares, onde morava desde que seu pai, Antonio Joaquim Nogueira da Gama deixou Vitória para formar propriedade na região.¹¹² Ainda no Império, o coronel Augusto Calmon exercera cargos importantes. No início da República, foi representante do Espírito Santo no Convênio do Café, em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. Em 1888, subordinado ao major Domingos Vicente, foi nomeado pelo governo para reestruturar a fiscalização e o sistema tributário das províncias do norte do país. (PEREIRA, 1914).

No período republicano, presidiu o legislativo estadual por duas vezes,¹¹³ foi diretor do Tesouro Estadual no primeiro governo de Moniz Freire e secretário-geral do Estado no governo de Graciano dos Santos Neves, função mantida no governo de Henrique Coutinho. Escreveu, como colaborador, durante muito tempo, no jornal *A Província do Espírito Santo*, de propriedade de Moniz Freire e Cléto Nunes. Em 1892, como tenente-coronel, foi o chefe do Estado-Maior da Guarda Nacional no Espírito Santo. Poeta, Augusto Calmon dirigiu o Arquivo Público Estadual, nomeado

¹¹¹ Foi deputado estadual de 1892 a 1894, 1895 a 1897, 1898 a 1900, 1901 a 1903, 1904 a 1906 e de 1907 a 1909.

¹¹² Antonio Joaquim Nogueira da Gama chegou a Espírito Santo em 1812, nomeado Escrivão e Deputado da Junta da Real Fazenda. (DAEMON, Bazílio Carvalho. *Província do Espírito Santo*. Parte 5, 1879, p. 214).

¹¹³ Presidente do Congresso Estadual de 1897 a 1904 e em 1907.

por Jerônimo Monteiro. Aposentou-se como secretário-geral do Estado em 1909. Representou, junto com Alexandre Calmon, o município de Linhares na fundação do Partido Republicano Espírito-Santense, no dia 4 de dezembro de 1908. Um de seus filhos, Celso Calmon Nogueira da Gama, seria secretário do Interior do Interventor, Punaro Brey, e o substituiria interinamente por 11 vezes no governo estadual. Outro filho do coronel foi o professor, promotor público, secretário estadual de Segurança Pública e deputado estadual (1950-1954), Lauro Calmon Nogueira da Gama, que durante o mandato acompanharia de perto a construção da ponte de Linhares.

Alexandre Calmon era filho de uma sobrinha de João Felipe Calmon, Maria Josephina Du Pin Calmon, e do português Antonio Ferreira Balança, que logo morreu, deixando apenas o menino Xandoca, nascido em Linhares em 1862. (PEREIRA, 1914). A viúva se casou, novamente, com um baiano, Paulino Ferreira Fernandes, que junto com um irmão tinha ido para Linhares, a fim de escapar do recrutamento para a Guerra do Paraguai (1864-1870). Com ele Lilia teve outros seis filhos. Alexandre Calmon estudou os primeiros anos em Linhares. Ainda muito jovem, continuou os estudos na Bahia e, depois, transferiu-se para Vitória, onde cursou Humanidades, no Ateneu Provincial. Nos anos 80, foi para o Rio de Janeiro estudar Direito, mas não concluiu o bacharelado. Já casado, morou também em São Paulo.¹¹⁴

De volta, lecionou em Linhares e fundou uma escola em São Mateus. No início do século 20, provavelmente por influência do ministro da Viação e Obras Públicas do governo de Afonso Pena (1906-1909), Miguel Calmon Du Pin e Almeida, Alexandre Calmon trabalhou como fornecedor de víveres e equipamentos para a construção da Vitória-Minas, no trecho que ligava a capital capixaba a Colatina, inaugurado em 1906. A ferrovia faria com que o crescimento de Colatina suplantasse o de Linhares. A estrada de ferro começou a ser construída em 1903, no governo de Moniz Freire e os trilhos chegariam a Colatina três anos depois.

O principal produto do Espírito Santo era o café, que à época exigia terrenos que fossem naturalmente férteis - portanto somente encontrados em terras novas, conforme conceito de *cultura itinerante* apresentado por José de Souza Martins, (1979). Colatina surgia, então, como resultado da expansão da fronteira cafeeira que

¹¹⁴ Em São Paulo, nasceu a filha caçula, Helena, mãe do renomado pianista e compositor Waldir Calmon (1919-1982).

tinha origem no Sul do Estado. Neste sentido, a ferrovia cumpriria o papel de reforçar as atividades do Porto de Vitória, para onde seria levado o café do Norte,¹¹⁵ e também de buscar escoamento para produção mineira. O porto da capital entraria agora na sua melhor fase desde a ligação ferroviária entre Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, no final do século XIX. A importância que Colatina passou a representar para o conjunto da economia do Espírito Santo logo se reproduziria politicamente. E foi exatamente esta perspectiva que compeliu o já coronel Alexandre Calmon a promover uma transferência, forçada, da sede de Linhares para Colatina.

Em 1906, o coronel Alexandre Calmon era o Intendente e principal líder de Linhares, mas passava mais tempo na vila de Colatina, onde praticamente residiu durante os três anos em que se deu a construção da ferrovia. No dia 22 de agosto daquele ano - seis meses antes da inauguração da ferrovia -, o coronel Alexandre Calmon, juntamente com seus irmãos, primos e outros parentes que já moravam em Colatina, desembarcou no porto das Pedras,¹¹⁶ em Linhares. Foi recebido por diversos linharenses; subiu as ladeiras que dão para as ruas do Mundo Novo e da Conceição, chegando à praça 22 de Agosto, onde ficava a Intendência Municipal, já tomada por populares, local onde houve intenso debate e muita confusão.

As brigas não resultaram em nenhuma morte, porque os envolvidos eram praticamente todos aparentados, uns defendendo a transferência da sede de Linhares para Colatina, e outros contrários à iniciativa do coronel Xandoca. Algumas pessoas, no entanto, ficaram feridas. Por fim, o fiscal efetivo do Distrito de Colatina, Liberalino Nunes de Moraes¹¹⁷ recolheu todos os documentos referentes à Intendência e com eles seguiu no vapor *Milagres*, com destino a Colatina. O vapor tinha o modelo de uma gaiola e pertencia à família Calmon, em sociedade com a família Milagres, da região do Baixo Guandu. Meses depois, a transferência foi oficializada e, no ano seguinte, o juiz de Direito da comarca, Francisco Paula Mendes Wanderley, seguiria para residir em Colatina, com os cartórios e o aparelhamento do foro.

¹¹⁵ O terminal da ferrovia era na Estação Pedro Nolasco, em Vila Velha, e de lá o café era levado por caminhões para o porto de Vitória.

¹¹⁶ Este porto ficava no encontro do rio Doce com o rio Juparanã, onde desemboca a maior lagoa de Linhares.

¹¹⁷ Requerimento número 204/1968, de autoria do vereador Geter Lopes de Farias, que diz respeito ao voto de pesar pelo falecimento de Liberalino Nunes de Moraes, aprovado em 22 de agosto de 1968, onde são mencionadas passagens da sua vida profissional. (ANAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE COLATINA, 1968).

A atitude do coronel Alexandre Calmon privaria Linhares de uma prefeitura própria até os anos da década de 1940. E a partir de 1921, quando o município de Colatina é criado, Linhares fica reduzido à condição de uma vila colatinense.¹¹⁸ Alexandre Calmon era, em 1908, também promotor público, nomeado no governo de Jerônimo Monteiro. Em Colatina, Calmon dirigiu, de fato, o poder local, e deu início à modesta atividade pecuária em terras onde atualmente está situado o centro da cidade, porque a área mais habitada ainda ficava em Colatina Velha. A ausência de uma ponte¹¹⁹ que ligasse as duas margens do caudaloso Rio Doce permitiu que, até a década de 20, algumas aldeias indígenas ainda sobrevivessem no lado Norte. (DERENZI, 1974).¹²⁰ Porém, os Calmon já acumulavam 100 anos de experiência no trato com os índios, combinando a repressão com o aliciamento.¹²¹ Enquanto isso, na margem Sul, o ritmo de desenvolvimento das atividades da lavoura e da extração de madeira era intensificado com a ferrovia. Colatina, portanto, ligava-se à capital pela Vitória a Minas e a Linhares pelo Rio Doce, que persistiria navegável por mais algumas décadas.

Alexandre Calmon fundou em Colatina a primeira escola da vila, ainda na primeira década, e a entregou à esposa, Cândida Clementina de Vasconcelos Calmon, para dirigi-la. *Dona Candinha* foi a professora da primeira escola de Colatina. (LAVGANOLI, 1989).¹²² A escola, única por muitos anos, era mista e começou com 30 alunos. Funcionava no térreo do prédio da prefeitura e no fórum. Nos fundos do imóvel, ficava a cadeia pública. Outro professor era Virgínio Calmon Ferreira Fernandes, irmão do coronel e o primeiro prefeito de Colatina (1921-1925). O casal Alexandre e *Candinha* teve seis filhos: Harryfaro de Vasconcellos Calmon, Paulo de Vasconcellos Calmon e Mário de Vasconcellos Calmon, Helena, Olga e Alcina. O

¹¹⁸ No dia 22 de agosto de 1833 foi instalada a Câmara Municipal de Linhares, que deixou de pertencer a Reis Magos (Nova Almeida), embora ainda fosse considerada vila. (...) Em 1906 chegam a Colatina os trilhos da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM). Colatina era um reles povoado, distante uns 60 km, subindo o rio, na sua margem direita. Ficou fácil ir de lá a Vitória, inclusive para os moradores de Linhares (...).” Altair Malacarne. *Jornal Folha do Norte*. Ano XXIV, nº 1388.

¹¹⁹ A Ponte Florentino Avidos somente seria inaugurada em 1928, embora dois anos antes estivesse estruturada e com alguma utilização.

¹²⁰ De acordo com Serafim Derenzi (1974), em *Os italianos no Estado do Espírito Santo*, “até 1920 o lado norte só era conhecido por caçadores. Permanecia no silêncio de sua pujança secular.”

¹²¹ São muitas as versões, algumas tomadas até como verdadeiras, de que Alexandre Calmon teve com uma índia um filho mestiço de nome Nazareth, que teria olhos azuis como os seus.

¹²² Depoimento de Geraldo Lavagnolli, nascido na vila de Colatina em 1902 (filho dos imigrantes italianos José Lavagnolli e Josefa Garbini Lavagnolli, que chegaram a Colatina em 1882), à Revista Nossa, edição de agosto de 1989, p. 10.

engenheiro Ceciliano Abel de Almeida (1978), em alguns dos seus trabalhos, faz referências à família do coronel Alexandre Calmon e revela que *Dona Candinha* há muito acalentava o sonho de mudar-se de Linhares para Colatina, definitivamente.¹²³

Os relatos deixados pelo engenheiro sobre a própria participação na construção da Vitória-Minas fazem menção também às filhas de Alexandre Calmon, sobretudo a Olga, que se casaria com um dos empregados do coronel e se mudaria com ele para o bairro Grajaú, no Rio de Janeiro, onde continuariam a amizade com Ceciliano Abel de Almeida e sua esposa,¹²⁴ quando lá foram morar. O autor (1978), na sua crônica, relata a preocupação de *Dona Candinha* quanto à inadequação do namoro às escondidas do pai coronel.¹²⁵ Já com a filha Helena, o coronel foi intolerante. Ela também se casou com um homem de outra classe social, Waldemar Barreto Gomes, mas o sogro só se reconciliou com o casal no fim de sua vida.

Como líder político da região mais próspera do Norte do Espírito Santo, o coronel Alexandre Calmon compôs uma das três vice-presidências estaduais do coronel Marcondes de Souza, chegando a assumir uma breve interinidade, em 1914. Teve seu nome também apresentado como vice na chapa de Bernardino Monteiro,¹²⁶ em dezembro de 1916. Quando foi para Colatina, no início de construção da Vitória-Minas, ele tinha levado consigo muitos parentes que também eram de Linhares. Entre eles, estavam os primos Augusto Calmon Du Pin Pedrinha e Xenócrates Calmon de Aguiar, que se elegeria vereador, deputado federal e ficaria como herdeiro político de Alexandre Calmon em Colatina.

¹²³ “Foi João [Felipe Du Pin] Calmon quem, de sua Fazenda Bomjardim, obstou, por vezes, que o povoado de Linhares sucumbisse aos ataques dos botocudos e conseguiu chantar ali um marco civilizador, definitivo, e confio em Alexandre Calmon que há de sustentar e impulsionar o progresso de Colatina. Um defendeu Linhares, o outro, meu marido, há de fazer progredir o primitivo arraial de Santa Maria. E Xandoca vai fazer-me a vontade dando-me uma boa casa em Colatina.” (ALMEIDA, 1978).

¹²⁴ Ceciliano Abel de Almeida e Serafim Derenzi, referências da historiografia do período, foram também técnicos, e dos mais importantes, das sucessivas administrações da oligarquia dos Monteiro na primeira metade do século XX, mas sempre dispensaram a Alexandre Calmon e família as melhores considerações.

¹²⁵ “Sérgio [de Albuquerque] continua como subgerente dos armazéns e nunca soubemos que o Coronel o detraísse. A princípio muito se amargura. Pouco a pouco se conforma com o sucedido e persevera no afeto que dedica à prendada senhorinha. O casamento realiza-se depois da retirada, em 1908, do Dr. Bosísio da Companhia. Foram felizes. Ele faleceu em 1950 e ela reside no Rio, respeitada e amada pelos filhos. Foi esposa virtuosíssima. Da amizade do casal sempre nos orgulhamos.” (ALMEIDA, 1978).

¹²⁶ Depois da reforma constitucional de outubro de 1915, o Espírito Santo passou a ter somente um vice-presidente.

De 1916 até 1930, Xenócrates Calmon presidiu a Câmara Municipal e, durante este período, foi a figura dominante na política colatinense. Já como deputado federal, em outubro de 1930, foi o único político do estado presente, em palácio, para receber os oficiais da tropa mineira que, sob o comando do coronel José Armando Ribeiro de Paula, invadiu o Espírito Santo para depor o governo de Aristeu Borges de Aguiar. (COSTA; TALLON, 1980). A Xenócrates Calmon é atribuído, como maior feito, sua luta pela construção da primeira ponte sobre o Rio Doce. Linhares só teria a sua ponte, sobre o mesmo rio, em 1954, quando lá esteve Getúlio Vargas para a inauguração,¹²⁷ um mês antes do suicídio do presidente da República.

Em Linhares, desde 1906, o coronel havia deixado desafetos, contrariados com a transferência da sede do município. Os descontentes, por muito tempo, culpariam Alexandre Calmon pelo descompasso no crescimento econômico que passou a se apresentar entre Colatina e Linhares na primeira metade do século XX. Mas os Calmon, como tradicional e influente família do Norte capixaba, mantiveram os laços políticos e de parentesco com muitas famílias importantes da região. Particularmente com os Cunha e os Santos Neves, ambas famílias de São Mateus. Os Cunha descendiam de Antonio Rodrigues da Cunha - o barão de Aymorés de São Mateus, e os Santos Neves legaram à política dois governadores: Graciano dos Santos Neves (1886-1887) e Jones dos Santos Neves (1943-1945 e 1951-1955), além do conhecido empresário e deputado federal, Jones dos Santos Neves Filho. As relações familiares só fortaleceram os laços políticos, que se constituíram, com o tempo, em uma tradição conhecida da política capixaba, perdurando por muitos anos.

Exemplo da estabilidade política existente entre estas famílias se deu em 1943, quando Linhares recuperava finalmente sua condição de município, com sede própria. Na época, o governador era Jones dos Santos Neves¹²⁸ e o nome escolhido para ser o primeiro prefeito do já então recém-criado município foi o de Roberto Calmon, filho do coronel Lastênio Calmon (1880-1965), para um mandato de três anos à frente da prefeitura, sendo sucedido, em 1946, por Humberto Neves Calmon, sobrinho de Alexandre Calmon e primo do governador.

¹²⁷ A Ponte Getúlio Vargas teve sua obra iniciada no governo de Jones dos Santos Neves, mas concluída na administração de Carlos Lindenberg – filho de Bárbara Monteiro, irmã de Jerônimo e Bernardino Monteiro.

¹²⁸ O primeiro governo de Jones dos Santos Neves (1943-1945) foi na condição de interventor, nomeado por Getúlio Vargas no Estado Novo e sucedendo a Punaro Bley (1930-1943).

3.3.1 O coronel Xandoca

Para se entender o tipo de coronel que era Alexandre Calmon, é necessário ter em conta o ambiente onde se forjou sua liderança. Ele não era um coronel latifundiário e, se o fosse, até poderia ser aceito como o arquétipo usado para compor o coronel que existiu na República Velha. Provinha ele, sim, de uma família possuidora de extensas propriedades em Linhares. Mas, isto nas primeiras décadas do século XIX, portanto, cem anos antes. A base social que o legitimava politicamente não mantinha com o coronel qualquer dependência econômica assentada na propriedade da terra. Colatina era uma vila povoada por colonos brasileiros e italianos, distribuídos em núcleos com lotes urbanos medindo dez metros de frente por quinze de fundos.¹²⁹

Não era também um coronel comerciante no padrão tradicional, daqueles que estabeleciam a ligação do interior com os centros importadores e exportadores de mercadorias agrícolas ou industriais, razão pela qual constituíam aí a relação de dependência. De fato, Calmon atuou no ramo comercial, mas não era o senhor do empreendimento privado. Ele apenas arranjava-se como um preposto na importante, e lucrativa atividade de fornecimento de bens e serviços para a construção da ferrovia até que ela fosse inaugurada.

Depois, entrou no negócio da extração de madeiras de lei *in natura* em terras devolutas e até então inexploradas.¹³⁰ Nunca foi dono de serraria ou outra unidade industrial de beneficiamento madeireiro.

O coronel também não era um líder messiânico, tal como se infere de desavisada historiografia a respeito da Revolta de Xandoca, inculcada a partir de supostos feitos teatrais e tresloucados de alguém que transferiu a capital do Espírito Santo para Colatina. A liderança de Alexandre Calmon tampouco se servia de posições na máquina partidária, fenômeno muito característico nos estados mais desenvolvidos -

¹²⁹ Segundo Luiz Busatto, em *Estudos sobre a imigração italiana no Espírito Santo*, capítulo II, depois para Colatina foram também os alemães e poloneses.

¹³⁰ Em seu trabalho *Águia Branca - uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba* (2004), Altair Malacarne cita a página 197 do volume VII da Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, onde consta que, por volta do ano de 1916, começava de fato a exploração da margem direita do Rio Doce, no trecho dele que vai da antiga Zona do Contestado em Minas Gerais, até Colatina. A maior riqueza neste período, naquela região, era a madeira.

onde os partidos republicanos se transformavam em correias de transmissão da ordem e dominação numa sociedade ainda insuficientemente distribuída em classes sociais. Foi contemporâneo de um Brasil republicano, mas com raízes familiares bem situadas no regime anterior, embora tivesse conseguido manter boas relações com os demais coronéis do seu tempo político¹³¹.

Eul-Soo Pang (1959, p. 57;60), em sua ousada obra sobre o coronelismo, arrisca enquadrar em perfis a grande diversidade de coronéis que pulularam na República Velha. É deste autor a variedade *coronel-guerreiro*:

(...) a essência de sua legitimidade como senhor-guerreiro não se baseava em seu prestígio sócio-econômico por uma determinada ocupação, mas em sua habilidade em agir como líder tribal para congregar os oligarcas regionais. A violência e o carisma pessoal eram os fatores nos quais se equilibravam a vida e a morte de um senhor-guerreiro em política. (PANG, 1959, p. 57;60).

A “tribo”, ainda de acordo com Pang (1959, p. 57;60), seria o conjunto das oligarquias de todo tipo instaladas num mesmo território, cuja pertença política lhe era “legalmente reconhecida pelo estado e pela federação.”

Este perfil parece bem mais correspondente ao voluntarioso coronel Alexandre Calmon que, na maturidade dos 54 anos, trocara a cômoda posição de vice na chapa situacionista para reforçar o desafio de uma oposição que havia muito se batia com o fito de encontrar o caminho da vitória. Oposição que só empreenderia tamanho repto se pudesse contar com alguém à altura para levar ao limite uma luta política tão decisiva para o futuro das forças que se pretendiam alternativa à oligarquia dos Souza Monteiro da direção no Espírito Santo. Alguém cuja intervenção política resultasse em lances capazes de escapar, noventa anos depois, do cerco imposto pela versão histórica dos vitoriosos.

No ano seguinte à *Revolta de Xandoca*, a Guarda Nacional foi transformada em força de reserva do Exército Brasileiro, com o fim da distribuição política de patentes de coronel, ocasião em que o país contava com 44.242 oficiais desta natureza. A

¹³¹ Não consta que Alexandre Calmon tenha sido hostilizado pelo seu passado da família Calmon, como algumas vezes eram fustigados pelos opositores outros líderes capixabas, tais como Joaquim Lyrio, o Barão de Monjardim, Aristides Freira, Horta Araújo, Bernardo Horta, Domingos Vicente e outros que chegaram a ser políticos importantes durante a monarquia. Moniz Freire foi um prócere do antigo Partido Liberal do Império, convertido ao republicanismo.

partir de então, deixaria de ser uma corporação subordinada ao Ministério da Justiça, para onde eram dirigidas as solicitações para a obtenção das patentes. Não havia remuneração pela graduação, que era um título conferido aos chefes políticos municipais que exerciam o papel de elo de ligação com o eleitorado, numa cadeia que começava pelo presidente da República.

Alexandre Calmon mudou-se definitivamente para a capital federal depois da *Revolta de Xandoca*. Partiu, às pressas, com a família, em um trem para Minas Gerais e, de lá, para o Rio de Janeiro. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume II, Sessão de 17 de abril de 1972, p. 9-11).¹³²

Não há registro de que tenha retornado a Colatina. No Rio de Janeiro obteve a titularidade de um cartório no centro da cidade, e o tabelionato passou a ser sua principal atividade.

Em 1921 e 1922, a convite do governo de Epiácio Pessoa, trabalhou na coordenação da festa do Centenário da Independência na capital da República. Morreu no dia 10 de outubro de 1929, aos 67 anos, e seu corpo está sepultado no jazigo perpétuo da família, número 7.325, no Cemitério São Francisco Xavier (Caju), no Rio de Janeiro. Em Colatina, a principal avenida da cidade tinha seu nome mas, depois de 1930 foi rebatizada como Getúlio Vargas. Todavia, uma importante rua, também no centro da citada cidade, conserva o nome de Alexandre Calmon.

¹³² Na escapada, sua filha Alcina levava nos braços um recém-nascido de 4 meses, Mário Calmon Eppinghaus, que em 1970, como primeiro capixaba brigadeiro da Força Aérea Brasileira (FAB), retornaria ao Espírito Santo, pilotando pessoalmente um jato DC-3, que transportava a bordo os senadores Carlos Lindenberg, Raul Giuberti e Eurico Rezende, além dos deputados federais João Calmon e Oswaldo Zanello. O grupo seguia de Brasília para Vitória, a fim de instalar o Conselho Permanente do Desenvolvimento do Espírito Santo, órgão coordenado nacionalmente pelo neto de Alexandre Calmon. O assunto da viagem foi, naturalmente, a Revolta de Xandoca. (ANAIS DO SENADO FEDERAL, Volume II, Sessão de 17 de abril de 1972, p. 9-11).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desfecho do *Caso do Espírito Santo* marcou o fim da oposição organizada contra a oligarquia Monteiro, que se consolidaria no poder até a Revolução de 1930. Pinheiro Júnior, Alexandre Calmon, Paulo de Mello, Deoclécio Borges, João Luís Alves e Domingos Vicente são alguns dos líderes que não mais protagonizarão as ações políticas no Espírito Santo. Este último morreria no dia 23 de outubro de 1916, depois de longa vida pública iniciada ainda no Partido Conservador, em 1871, como deputado provincial. Domingos Vicente Gonçalves de Souza, nascido em Vitória em 1842, morreu pobre e abatido, depois de ter sido também inspetor do Tesouro Estadual e, como senador na primeira constituinte republicana do país, secretário da Mesa Diretora. Torquato Moreira se transferiria para a política baiana, elegendose deputado federal, em cujo mandato seria o líder do presidente Epitácio Pessoa na Câmara dos Deputados em 1919.

Pinheiro Júnior, depois de permanecer no Rio de Janeiro por um tempo, retornará à direção Executiva do Partido Republicano Espírito-Santense no governo de Nestor Gomes, que se esforçava para atrair o apoio dos tradicionais adversários de Jerônimo Monteiro. Na noite de 28 de junho de 1928, Pinheiro Júnior estará em Colatina, ao lado de Thiers Velloso e outros antigos opositores de 1916, no banquete oferecido ao presidente Florentino Ávidos, por ocasião da inauguração da ponte sobre o rio Doce. Coube a Xenócrates Calmon a saudação às autoridades visitantes - entre elas Aristeu Borges da Aguiar - que no dia anterior haviam inaugurado as seis pontes ligando Vitória ao continente.¹³³ Dois dias depois Florentino Ávidos passaria o governo ao sucessor Aristeu Aguiar (1928-1930).

A *Revolta de Xandoca* foi o derradeiro esforço da oposição para evitar que no Espírito Santo se firmasse uma oligarquia padrão, de cujo *modus operandi* a República Velha produziu fartos exemplos, particularmente no que diz respeito à confusão entre o público e o privado. Não é possível afirmar que a oposição, empalmando o poder, adotasse procedimento diferente. Afinal, era aquela uma

¹³³ Ribeiro, Lucílio da Rocha - Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina. Ed. do Autor. 1996, p. 107/108.

época na qual a tendência mais geral conduzia à oligarquização das administrações estaduais.

O confronto de 1916 se deu entre coronéis que dirigiam os municípios, ou parte deles, com métodos simétricos. Um lado foi a campo proclamando mover-se na defesa da autonomia do Espírito Santo, que estaria posta à prova como nunca antes no novo regime republicano, mas, na realidade, o êxito dependeu de sua apresentação subalterna frente à facção mineira com a qual interagiu. O outro só se encorajou por causa do gesto do presidente da República e foi tão longe por avaliar que este apoio fosse se dar incondicionalmente.

O episódio mostrou que as alianças políticas daquele tempo, no Espírito Santo, não se constituíram a partir de parâmetros geográficos. Oposição e governo estavam fincados em todos os municípios e, neles, as classes sociais eram ainda pálidas conseqüências das atividades econômicas. Tratamos de uma época histórica onde o capitalismo já era hegemônico mas, na sua dimensão, puramente econômica. O sistema burguês coexistia com formações remanescentes da fase anterior e, por isto, o tempo político era bem outro, escapava-lhe a correspondência.

Na ausência de oposição com alguma autoridade, a oligarquia *monteirista* se viu livre para conquistar politicamente todo o Estado. Investiu em Colatina e, em dez anos, concluiu a ponte sobre o Rio Doce. Nas sucessões seguintes, oportunizou o ascenso de quadros com desenvoltura técnica. O sucessor de Bernardino foi o antigo guarda-livros da oligarquia Monteiro, Nestor Gomes (1920-1924). Compadre e freqüentador da casa do coronel Lastênio Calmon (pai do autor de *Vultos, fatos e lendas linharenses*), em Linhares, Nestor Gomes investiu na abertura de canais para facilitar a navegação na barra do Rio Doce, em 1923. Uma segura navegabilidade do rio seria sempre a prioridade dos chefes políticos de Linhares, até a construção da ponte em 1954.

O sucessor de Nestor Gomes foi o ex-cunhado de Jerônimo e Bernardino, Florentino Avidos (1924-1928), engenheiro, viúvo de Henriqueta de Souza Monteiro desde 1919. E o sucessor deste foi Aristeu Borges de Aguiar, secretário de Governo do próprio Florentino Ávidos, foi escolhido candidato único à presidência estadual no ambiente familiar e palaciano. Aristeu Aguiar buscava uma aproximação com São Paulo, afastando-se de Minas Gerais. Por isto, vai cair junto com o paulista Washington Luiz, em 1930.

A oligarquia deu-se à ostentação de desatar uma luta interna, opondo Bernardino a Jerônimo Monteiro, em 1920. Este não retornaria mais ao poder e seria descartado da própria oligarquia que criara, o que reforça o caráter familiar sobre o individual daquela formação.

Jerônimo Monteiro morreu em 23 de outubro de 1933, às vésperas de assumir um mandato de senador. Seu filho, Jerônimo Monteiro Filho, seria eleito senador em 1935, para um mandato de dois anos. Bernardino Monteiro já havia morrido, no dia 12 de maio de 1930, no Rio de Janeiro.

Em Minas Gerais, o coronel Francisco Sales seria destruído politicamente com a subida de Arthur Bernardes, em 1919, ao governo daquele estado. Bernardes, que se impusera à presidência estadual mineira contra a vontade do então poderoso Sales, depois de eleito, desencadearia um processo de substituição das antigas lideranças do PRM.

Seu secretário de Fazenda seria João Luís Alves, levado depois ao ministério da Justiça e Negócios Interiores quando Bernardes assumisse a presidência da República (1922-1926). Francisco Sales morreria no ostracismo, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1933.

REFERÊNCIAS

ABREU, Carol. **Vitória: trajetórias de uma cidade**. Vitória/ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 1993.

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira. **A escravidão na história econômica - social do Espírito Santo 1850 - 1888**. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 1981. 240p. Tese (Mestrado em História).

ALMEIDA, Ceciliano Abel de. **O desbravamento das selvas do Rio Doce**. A Estrada de Ferro Vitória-Minas. Capítulo III. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1978. (Coleção Documentos Brasileiros).

AMORIM, Joaquim Pires. Jornal Mensagem, edição de 31 de março de 1981, sob o título Páginas do Passado. Alegre. ES.

ANDRADE, M. M. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Atlas, 1993.

BANCK, Geert. **Dilemas e Símbolos: estudos sobre a cultura política no Espírito Santo**. Cadernos de História, n. 13, Vitória/ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 1998.

_____. Fragmento de cosmópolis: política, espaço e imagem urbanos em Vitória, Brasil. In: ACHIAMÉ, Fernando; NEVES, Reinaldo Santos.(Org.). **O reino conquistado**. Coleção Renato Pacheco, n. 1. Vitória/ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2003.

BITTENCOURT, Gabriel. **A formação econômica do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Cátedra, 1987.

_____. et al. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993.

BOBBIO, N. **Estado, governo e sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BORGES, Vavi Pacheco. **O que é história**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

_____. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. ANAIS. 48ª Sessão. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 11.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 20.5.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 11.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 7.7.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 13.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 11.07.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 13.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 11.7.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 13.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 11.7.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 13.03.2007.

_____. _____. _____. Volume VII, 31.8.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 16.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 29.11.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 16.03.2007.

_____. _____. _____. Volume IV, Sessão de 10.07.1916. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/internet/biblarq/obrasraras/catalogo.html>>. Acesso em: 16.03.2007.

BRASIL. CÂMARA DOS DEPUTADOS. ANAIS. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. MENSAGEM DO PRESIDENTE MARCONDES DE SOUZA, 1915. Disponível em:

BRASIL. SENADO FEDERAL. ANAIS, 1912. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 19.03.2007.

_____. _____. _____. Volume V. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 19.03.2007.

_____. _____. _____. Volume IV, Sessão de 22.08.1912. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 19.03.2007.

_____. _____. _____. Volume II, Sessão de 03.05.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 20.03.2007.

_____. _____. _____. Volume II. Sessão de 03.05.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 20.03.2007.

_____. _____. _____. Volume I, Sessão de 9.5.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 20.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 12.05.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 20.03.2007.

_____. _____. _____. Sessão de 12.5.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 21.03.2007.

_____. _____. _____. Volume I, Sessão de 15.05.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 21.03.2007.

_____. _____. _____. Volume II. Sessão de 03.06.1916. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 21.03.2007.

_____. _____. _____. Volume II, Sessão de 17.4.1972. Disponível em: <<http://recreio.senado.gov.br:4505/ALEPH/-/start/rara>>. Acesso em: 21.03.2007.

_____. _____. **Dados bibliográficos dos Senadores do Espírito Santo 1826-1998.** Secretaria de Informação e Documentação. Brasília: 1998.

BRAUDEL, F. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

BRAVO, Carlos Magno Rodrigues. **Nossas Raízes** - O Alegre até o ano de 1920: fatos e biografias. Edição Banco do Brasil/Prefeitura Municipal de Alegre. Alegre/ES: 1998.

BURKE, Peter (Org.) **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Ed. UNESP, 1992.

BUSATTO, Luiz. Estudos sobre a imigração italiana no Espírito Santo. In: **Revista do IHGES**. nº 38, Vitória, 1988. Capítulo II.

CALIXTE, Marien. **Florentino Avidos: Um homem à frente do seu tempo**. Vitória/ES: Cidade Alta, 1998.

CALÓGERAS, J. Pandiá. **Formação Histórica do Brasil**. v. 42. São Paulo: Brasiliense, 1967.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. **O novo arrabalde: aspectos da formação urbana de Vitória**. Vitória/ES: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

_____. **A construção da cidade**. Vitória/ES: Florecultura, 2002.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. O estudo do projeto de Moniz Freire como contribuição ao desenvolvimento do Espírito Santo. In: **Revista do IHGES**, n. 57. Vitória/ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2003.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim. **Nosso município: Iconha**. Iconha/ES: Instituto Histórico e Geográfico de Iconha/ES (IHGI), 2004.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história: ensaios e metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

CARONE, Edgar. **A Velha República I (Instituições e Classes Sociais)**. 4. ed. São Paulo: Difel, 1971.

_____. **A Velha República I (Instituições e Classes Sociais)**. 5. ed. São Paulo: Difel, 1972.

CARVALHO, Daniel de. **Francisco Sales** - Um político de outros tempos. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.

CARVALHO, José Murilo de. Coronelismo. In: BELOCH, Israel e ABREU, Alzira (org) **Dicionário Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, FGV/CPDOC, 1984.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo**: uma discussão conceitual. Rio de Janeiro: IUPERJ Biblioteca. 1996.

CASTRO, José Manuel de Monteiro de. **Iconha**: origem e história. Vitória/ES: IHGES, 2003.

CAVATTI, João Batista. **História da imigração italiana no ES**. Belo Horizonte: São Vicente, 1973.

CERQUEIRA, José Benjamim. **Livro do Tombo da Matriz de Nossa Senhora da Penha do Alegre**. Alegre: 1916.

COLATINA. CÂMARA MUNICIPAL. ANAIS. 1968. Biblioteca da Câmara Municipal de Colatina-ES.

COSTA, Luciana; TALLON, Miguel Depes. O Espírito Santo na revolução de 30. Vitória: **Diário Oficial**, 1980.

DAEMON, Bazílio Carvalho. **Província do Espírito Santo**. Parte 5. Vitória: O Espírito-santense, 1879.

DERENZI, Serafim, **Os italianos no Estado do Espírito Santo**. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ELIAS, Rodrigo. **Revista Nossa História**. Ano 3/nº 33. Julho 2006.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e Oligarquia 1889-1934**: a Bahia na primeira república brasileira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**: estrutura de poder e economia. São Paulo: DIFEL, 1975.

FAUSTO, Boris. **O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: Difel, 1976.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Ed. EDUSP, 1994.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUALBERTO, João. **A invenção do coronel**. Vitória/ES: Edufes, 1995.

HERKENHOFF, Simone Lemos Vieira. **Mauá e Moniz Freire: ferrovias e pioneirismo econômico no século XIX**. Vitória/ES: Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES), 2000.

JORNAL DIÁRIO DA MANHÃ. Recife/PE: Ed. de 14 de maio de 1916.

LAVAGNOLLI, Geraldo. Narrativa de Geraldo Lavagnoli. **Revista Nossa**, edição de agosto de 1989, p. 10.

LE GOFF, Jaques et al. **A nova história política**. Lisboa: Ed. 70, 1974.

LEAL, Vitor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. 4. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

LINHARES, Maria Yeda. (Org.) **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

LYRIO, Affonso. Feitos e proezas de um piedoso conde do Papa (subsídios para a História do Brasil Republicano). In: **Sessão de 11/07/1915**. ANAIS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, 11.07.1915.

MALACARNE, Altair. **Jornal Folha do Norte**. Ano XXIV, nº 1388,

_____. Altair. **Águia Branca** - uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba. v. VII. Rio de Janeiro: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 2004.

MARTINS, José de Souza. **O Cativo da Terra**. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.

MORAES, Ormando. **História dos Bancos no Espírito Santo**. Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo (IHGES). Vitória/ES: IHGES, 1992.

NOVAES, Maria Stella de. **História do Espírito Santo**. Vitória/ES: Fundo editorial do Espírito Santo, (s.d).

_____. **Jerônimo Monteiro** - sua vida e sua obra. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1979.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Estado do Espírito Santo**. 2. ed. Vitória/ES: Amp., 1975.

PEREIRA, Amâncio. **Homens e cousas espírito-santenses**. Vitória: Sociedade das Artes Gráficas, 1914.

PRADO JÚNIOR, Caio. **Evolução Política do Brasil**. Brasília: Brasiliense, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: FAUSTO, Boris. **O Brasil Republicano**. 1. vol. São Paulo: Difel, 1975.

REMOND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/FGV.1996.

ROCHA, Haroldo; COSSETI, Maria da Penha. **A dinâmica cafeeira e a constituição da indústria no Espírito Santo 1850-1930**. Vitória/ES: COPLAN/IJSN/GERES/UFES/FCAA, 1983.

RIBEIRO, Lucílio da Rocha. **Contribuição à história da imigração italiana no município de Colatina**. Colatina/ES: Ed. do Autor, 1996.

SAES, Décio. **Formação do estado burguês no Brasil (1888-1889)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Coronelismo e Estado burguês**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores Nacionais e Imigrantes no Mercado de Trabalho do Espírito Santo (1888-1930)**. Vitória/ES: Ed. EDUFES, 1996.

SALETTTO, Nara. **Transição para o Trabalho Livre e a Pequena Propriedade no Espírito Santo**. Vitória/ES: Ed. EDUFES, 1996.

_____. **Partidos Políticos e Eleições no Espírito Santo da 1ª República**. Vitória/ES: Ed. EDUFES, 1998.

SILVA, Hélio. **A História da República Brasileira**. v. 4. São Paulo: Três, 1975. Cap. XII.

SIMÃO, Idalgiso. **História de uma colonização**: Piúma e Iconha. 2. ed. Cachoeiro de Itapemirim/ES: Frangraf, 1991.

SIQUEIRA, Penha. **O desenvolvimento do Porto de Vitória 1870-1940**. Vitória/ES: CODESA, 1984.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Burguesia Brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1964.

_____. **Formação Histórica do Brasil**. 11. ed. São Paulo: Difel, 1980.

SOUZA, Stella Hadad de. **Buscando a tradição de um povo** (A história de Afonso Cláudio). Vitória. 1993. Acervo da Biblioteca da Ufes.

TATAGIBA, José. **Vitória - Cidade presépio**. Vitória/ES: Municipalidade, 2005.

TEIXEIRA, Francisco M. P.; DANTAS, José. **História do Brasil**: da Colônia à República. São Paulo: Moderna, 1979.

TORRES FILHO, Arthur E. Magarinos. **O estado do Espírito Santo e seu desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Lithographia, 1913.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO. Biblioteca Central. **Normalização e apresentação de trabalhos científicos e acadêmicos**: guia para alunos, professores e pesquisadores da UFES / Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória: A Biblioteca, 7. ed. rev. amp., 2006.

VERÍSSIMO, Costa, título e subtítulo, **Revista do IHGES**, nº 7, p. 231.

ZORZAL e SILVA, Marta. **Espírito Santo**: Estados, Interesses e Poder. Vitória/ES: Ed. FCCA, 1995.